00100.052721/2022-91

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVII Nº 62, TERÇA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 2022

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)
2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)
1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)
2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
3º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)
2º - Senador Luiz Carlos do Carmo (PSC-GO)
3ª - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)
4º - Senador Zequinha Marinho (PL-PA)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 42ª SESSÃO, ESPECIAL SEMIPRESENCIAL, EM 2 DE MAIO DE 2022

1.1 – ABERTURA 8

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar o Dia do Trabalhador, a Abolição da Escravatura e o Dia do Trabalhador Rural, nos termos do Requerimento nº 239/2022, do Senador Paulo Paim e outros Senadores. 8

1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro 9

1.2.2 – Discurso do Presidente (Senador Paulo Paim) 9

1.2.3 – Oradores

Sr. Romulo Machado e Silva, Subsecretário de Inspeção do Trabalho da Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência 13

Sra. Mariel Angeli Lopes, Supervisora do Escritório Regional do Distrito Federal do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) 15

Sra. Magda Barros Biavaschi, Desembargadora aposentada, pesquisadora e professora na Universidade de Campinas (UNICAMP) 18

Senadora Zenaide Maia 21

Sra. Maria Rosângela Lopes, Secretária para Assuntos Raciais e Combate à Discriminação da Força Sindical, Secretária de Relações Públicas da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas de Material Elétrico de Santa Rita do Sapucaí-MG 23

Sra. Reginete Souza Bispo, Coordenadora do Instituto Akanni, Suplente do Senador Paulo Paim e ativista do Movimento Negro 25

Sr. Paulo Douglas Almeida de Moraes, Procurador do Trabalho e Representante do Procurador-Geral do Trabalho José de Lima Ramos Pereira 28

Sr. Luiz Antonio Colussi, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) 31

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.052721/2022-91

Sra. Elisângela dos Santos Araújo, Secretária Agrária Nacional do Partidos dos Trabalhadores e Integrante do Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas da Fundação Perseu Abramo 34

Sr. José Gilberto Gomes dos Santos, Diretor de Cultura e Movimentos Sociais na Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (COBAP) 37

Sr. Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Primeiro Vice-presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST) 39

Sra. Eliete Paraguassu, Conselheira quilombola, integrante do Movimento dos Pescadores e Pescadoras, integrante da Coalizão Negra Articulação Nacional das Comunidades Quilombolas e militante coordenadora 42

Sr. Antonio de Oliveira Lima, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT) 44

1.3 – ENCERRAMENTO 48

2 – ATA DA 43ª SESSÃO, ESPECIAL SEMIPRESENCIAL, EM 2 DE MAIO DE 2022

2.1 – ABERTURA 50

2.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar os 30 anos da Associação Brasileira dos Promotores de Eventos (Abrape), nos termos do Requerimento nº 280/2022, da Senadora Daniella Ribeiro e outros Senadores. 50

2.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro 50

2.2.2 – Discurso do Presidente (Senador Nelsinho Trad) 50

2.2.3 – Exibição do vídeo institucional em comemoração aos 30 anos da Abrape 51

2.2.4 – Oradores

Sr. Daniel Moraes de Miranda Farias, Diretor Jurídico da Abrape 51

Sra. Mariela de Abreu Souza Benassi, Diretora de Secretaria 53

Sr. Doreni Isaias Caramori Junior, Presidente da Associação Brasileira dos Promotores de Eventos (Abrape) 53

Sr. Ricardo Silva, Deputado Federal 56

2.2.5 – Exibição do vídeo institucional em comemoração aos 30 anos da Abrape 57

2.3 – ENCERRAMENTO 57

PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Comunicações

Do Senador Humberto Costa, de participação de S. Exa. em missão, nos termos do Requerimento nº 447/2021-CDIR. 59

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.052721/2022-91

Da Liderança do PODEMOS, de substituição de membros na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania **(Ofício nº 15/2022).** 60

Da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, de desconvocação da XIV Sessão Especial e da LXXXI Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, previstas para 16 de maio de 2022, em Montevidéu, Uruguai **(Ofício nº201/2022)**. 61

Cancelamento da missão objeto dos Requerimentos nºs 155, 159, 163 e 164/2022-CDIR 63

3.1.2 – Indicação

Nº 21/2022, do Senador Fabiano Contarato, que *sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação a revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Direito para inclusão da disciplina de Direito do Trânsito.* 65

3.1.3 – Ofícios do Ministro de Estado de Minas e Energia

Nºs 201 e 202/2022, na origem, em resposta aos Requerimentos nºs 195 e 196/2022, do Senador Jaques Wagner. 70

3.1.4 – Projetos de Lei

Nº 1075/2022, do Senador Fabiano Contarato, que *altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para assegurar aos condutores o direito a ter o exame toxicológico obrigatório custeado pelo empregador.* 72

Nº 1076/2022, do Senador Fabiano Contarato, que *altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para determinar a implementação, nos cursos de graduação em Direito, a disciplina do Direito do Trânsito.* 77

Nº 1077/2022, do Senador Fabiano Contarato, que *acresce o art. 73-A à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para permitir a qualquer cidadão ou entidade civil representar, para defesa de interesses individuais homogêneos, coletivos ou difusos, à Defensoria Pública e ao Ministério Público em matéria de trânsito.* 82

Nº 1086/2022, do Senador Rodrigo Pacheco, que *acrescenta o art. 879-B à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para pacificar o entendimento quanto à incidência de correção monetária e juros de mora no ordenamento jurídico pátrio.* 86

3.1.5 – Projeto de Resolução

Nº 16/2022, do Senador Nelsinho Trad, que *modifica a denominação da Sala do Municipalismo para "Sala do Municipalismo – Senador Juvêncio da Fonseca".* 97

PARTE III

4 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL.

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 100

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 103

7 – LIDERANÇAS 104

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 107

9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 117

10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 121

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 176

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 42ª Sessão, Especial Semipresencial, em 2 de maio de 2022

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência do Sr. Paulo Paim.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 4 minutos e encerra-se às 13 horas e 41 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – A nossa sessão especial é uma sessão remota do Senado Federal, também presencial, destinada, eu diria, a debater o Dia do Trabalhador, 1º de Maio; o Dia da Abolição – é claro que é para debater! – e o Dia do Trabalhador Rural, que são o dia 1º, o dia 13 e o dia 25, todos do mês de maio. E nunca é tarde lembrar – eu deveria ter falado isto na primeira frase que usei aqui hoje – que também há o Dia das Mães. Vamos dar uma salva de palmas a todas as mulheres do Brasil e do mundo, na abertura desta sessão. (*Palmas.*)

Assim, com essa pequena manifestação do Plenário, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial remota foi convocada nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, que regulamenta o funcionamento das sessões e reuniões remotas e semipresenciais do Senado Federal e a utilização do Sistema de Deliberação Remota, em atendimento ao Requerimento nº 239, de 2022, de minha autoria e de outros tantos Senadores que fizeram questão de assinar esse requerimento, que foi aprovado pelo Plenário desta Casa.

A sessão é destinada à explicação que eu dei, para lembrar, debater o Dia do Trabalhador, que foi ontem, o dia da chamada Abolição da Escravatura, o dia 13 de maio – alguns falam "abolição não conclusa" – e o Dia do Trabalhador Rural.

A Presidência informa que esta sessão terá a participação dos seguintes convidados:

– Sra. Mariel Angeli Lopes, Supervisora do Escritório Regional do Distrito Federal do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese);

– Sra. Maria Rosângela Lopes, Secretária para Assuntos Raciais e Combate à Discriminação da Força Sindical, Secretária de Relações Públicas da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas de Material Elétrico de Santa Rita do Sapucaí/MG;

– Sr. Romulo Machado e Silva, Subsecretário de Inspeção do Trabalho da Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência;

– Sra. Reginete Souza Bispo, ativista do Movimento Negro, Coordenadora do Instituto Akanni e Suplente do Senador Paulo Paim, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul – a entidade Akanni é o Instituto de Pesquisa e Assessoria em Direitos Humanos, Gênero, Raça e Etnias, que ela preside;

– Sr. Paulo Douglas Almeida de Moraes, Procurador do Trabalho e representante do Procurador-Geral do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira;

– Sra. Elisângela dos Santos Araújo, Secretária Agrária Nacional do Partido dos Trabalhadores e integrante do Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas da Fundação Perseu Abramo;

– Sr. Moacyr Roberto Tesch, Vice-Presidente da Nova Central;

– Sra. Eliete Paraguassu da Conceição, Conselheira Quilombola, integrante do Movimento de Pescadores e Pescadoras, integrante da Coalizão Negra Articulação Nacional das Comunidades Quilombolas e militante Coordenadora;

– Sra. Magda Barros Biavaschi, Desembargadora aposentada, pesquisadora e Professora na Universidade de Campinas (Unicamp);

– Sr. José Gilberto Gomes dos Santos, Diretor de Cultura e Movimentos Sociais na Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap);

– Sr. Luiz Antonio Colussi, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra); e

– Sr. Antonio de Oliveira Lima, Diretor de Assuntos Legislativo da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Todos confirmaram a presença ou presencial ou virtual.

Sejam todos bem-vindos. (*Palmas.*)

Convido a todos neste momento para que, de pé, em posição de respeito, a gente possa acompanhar o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar - Presidente.) – Neste momento, eu vou convidar os nossos painelistas que estão de modo presencial para que venham à mesa e, na sequência, nós vamos dando a palavra para aqueles que estarão no espaço virtual.

Convido para a mesa o Sr. Romulo Machado e Silva, Subsecretário de Inspeção do Trabalho da Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência. (*Palmas.*)

Segundo informação que nos chegou, ele teve um problema de deslocamento. Ele vai entrar, mas vai entrar virtualmente. O.k.?

Convidamos agora a Sra. Mariel Angeli Lopes, Supervisora do Escritório Regional do Distrito Federal do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Ela também vai entrar *online*.

Só estou seguindo a sequência aqui.

Presencial.

Chamo agora a Sra. Maria Rosângela Lopes, Secretária para Assuntos Raciais e Combate à Discriminação da Força Sindical, Secretária de Relações Públicas da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM). (*Palmas.*)

Seja bem-vinda. (*Pausa.*)

Nós temos algum outro convidado presencial, que eu vou direto aqui.

Sr. Paulo Douglas Almeida de Moraes, Procurador do Trabalho e representante do Procurador-Geral do Trabalho Sr. José de Lima Ramos Pereira. (*Palmas.*)

Seja bem-vindo.

E, também presencial, Sr. Luiz Antonio Colussi, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). (*Palmas.*)

Sr. José Gilberto, representando a nossa querida Cobap.

José Gilberto Gomes dos Santos, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap). (*Palmas.*)

Seja bem-vindo.

Sejam todos bem-vindos aqui, ouviu? Vamos dividir aqui o trabalho juntos.

Meu amigo da Cobap...

Neste momento, eu falo em nome da Presidência da Casa, com este pronunciamento de abertura.

Bom dia a todos e todas.

Como eu disse na abertura, maio, mês das mães, da deusa da fertilidade, dos solfejos. Uma antiga tradição francesa diz que, neste mês, era costume plantar árvore de maio em celebração de alguém; fazer reflexão sobre o mundo, a coletividade, os fatos e a realidade; buscar novos caminhos.

Temos datas simbólicas no mês de maio, como o Dia das Mães, como já falei; 1º de maio, Dia do Trabalhador e da Trabalhadora; 13 de maio, a Lei Áurea; 25 de maio, Dia do Trabalhador Rural. São três datas que nos unem aqui, hoje, nesta manhã, nesta sessão especial, em conexo triângulo de visões.

Tivemos, em recente passado, aqui, no Brasil, uma reforma trabalhista. Muitas ilusões foram vendidas. Prometeram gerar até 10 milhões de novas vagas de trabalho, mas não aconteceu. Nós falamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aqui, desta tribuna, quase diariamente, sobre essa questão e as nossas preocupações com o aumento do desemprego. O interesse, infelizmente, foi mais o de tirar direitos dos trabalhadores: aumentou a carga horária, reduziu salários, enfraqueceu contrato de trabalho, e os sindicatos foram enfraquecidos. Tivemos ainda o trabalho intermitente. O trabalho informal aumentou.

A atual crise atingiu por demais a classe trabalhadora: perda de renda, menos dinheiro no bolso, inflação, aumento do custo de vida, uberização, trabalho escravo, acidentes e doenças no trabalho. O Anuário Estatístico do INSS de 2020 registrou mais de 500 mil acidentes de trabalho. Contra esses números lamentáveis, de guerra, o único caminho que nós recomendamos – e fizemos até uma sessão de debates neste Plenário – é a prevenção. A prevenção é o melhor caminho.

São 20 milhões que temos hoje entre desempregados, desalentados e com força de trabalho subutilizada.

A política nacional de valorização do salário mínimo, inflação mais PIB, infelizmente, foi extinta. O salário mínimo chegou a valer US$350; hoje vale em torno de US$250.

O trabalhador e a trabalhadora não têm tido motivos para festejar este dia. Temos que repensar a reforma trabalhista e pensar as novas profissões, a regulamentação do trabalho à distância. Em debate aqui, na Casa – e eu sou o Relator –, nós temos o novo Estatuto do Trabalho, que está tramitando no Senado e que pode ser uma alternativa para toda essa complexidade.

É inaceitável que haja diferença salarial, por exemplo, marcante entre homens e mulheres para a mesma função. Há o PL 130, que, aprovado na Câmara, veio para o Senado e de que fui Relator; aprovamos, mas acharam uma forma inédita e mandaram de volta para Câmara, que até hoje não votou. Infelizmente, entre o salário do homem e o da mulher, chega a ter uma diferença de 50%.

No caso do salário da mulher negra em relação ao do homem branco, a diferença pode chegar a 70%.

É fundamental também o fortalecimento da estrutura da fiscalização do trabalho, é só lembrar o trabalho escravo no Brasil. Há poucos dias, a doméstica Madalena Santiago da Silva, negra, foi resgatada de um trabalho análogo à escravidão na Região Metropolitana de Salvador; ela trabalhou 54 anos sem receber salários. Não houve quem não tenha se emocionado. Eu mesmo, confesso, porque dizem que homem não chora, mas algumas lágrimas rolaram e não só dos meus olhos; tenho certeza de que nos de muitos brasileiros, porque ela – me lembro aqui – chorou ao tocar na mão de uma repórter, que era branca, da TV Bahia, muito querida ela, a Adriana Oliveira, que também foi às lágrimas, e isso aconteceu durante a gravação.

Emocionada, a doméstica desabafou sobre as agressões que sofria. A doméstica chegou a perguntar se ela podia tocar numa mão branca, em outras palavras. E ela disse – agora, aqui, palavras da doméstica –; a filha desse casal disse para a doméstica e assim a doméstica contou: "Sua nega desgraçada, vai embora!", fecho aspas, assim disse que ela ouviu da filha dos seus patrões.

Vamos, nesse momento, muito mais do que eu falar aqui, tomado um pouquinho com a emoção, o que é natural de todos nós, vamos passar o vídeo aqui. Aí eu abro um espaço para terminar meu pronunciamento. Nesse momento, eu quero passar o vídeo – desde já agradeço à Rede Globo da Bahia, que nos autorizou a transmiti-lo. Então, nesse momento, se possível, eu peço que passem o vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Acho que o silêncio, o silêncio de todos nós diz tudo, não é? Eu vi que o Plenário não sabia o que fazer e nem eu: se batia palma pela grandeza da reportagem... Mas não tinha como bater palma mediante a tristeza de tudo que nós vimos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Só vou dizer obrigado à Rede Bahia, que nos autorizou a transmissão! Obrigado, Adriana, pela sua sensibilidade! E obrigado, obrigado, obrigado, Madalena! Você foi transparente e disse aquilo que lhe ensinaram, que o racismo estrutural lhe ensinou. E você Madalena mostrou ao Brasil, com a Adriana junto, que tudo pode ser diferente.

Mas não adianta: por mais que eu fale aqui, as imagens dizem tudo.

Eu continuo com o meu pronunciamento.

Como vemos, os desafios são enormes no nosso país. É preciso que a gente una todas forças progressistas, populares e humanitárias para mudar este país, para combater o racismo estrutural e o trabalho escravo, que está aí – está aí! Não haverá desenvolvimento econômico no Brasil sem adoção de políticas efetivas de geração de emprego e de renda. Não haverá democracia plena enquanto existir racismo. A recuperação do poder aquisitivo é pressuposto para que a economia volte a girar no ritmo de que o país precisa. Que a gente não tenha mais que fazer uma sessão como esta, comparando o salário de negros e brancos. Que não tenhamos mais que passar reportagens como essa.

Mas, enfim, vamos em frente.

Há 134 anos o povo negro era – entre aspas –, eu repito aqui, "libertado". Sofre até hoje uma abolição não concluída. Onde estão os direitos e as garantias de cidadania, saúde, educação, emprego, renda, segurança, moradia?

Entre os 10% mais pobres da população brasileira, negros e pardos representam 78%. O racismo é estrutural na sociedade brasileira. Temos que enfrentar essa situação e combatê-la, nós, negros e negras, brancos e brancas.

O Congresso tem a sua responsabilidade. O Senado aprovou o PL 5.231, de 2020, que trata da abordagem policial, uma demanda do movimento negro Coalizão Negra por Direitos – eu fui o autor, e o Senador Contarato foi o Relator. A Câmara tem que aprovar; está lá um bom tempo já e ainda não votou. Da mesma forma, o PL 4.373, que tipifica como crime de racismo a injúria racial, porque neste país qualquer tipo de crime de racismo é dito como injúria. Nós aprovamos aqui o projeto, de nossa autoria, mas infelizmente a Câmara também não votou. Nessa mesma linha, mais de dez projetos que aqui apresentamos e aprovamos, com o apoio de Senadores e Senadoras, a Câmara também não deliberou e não aprovou.

Enfim, por que a Câmara dos Deputados não vota? Isso merece uma reflexão. Por que o Senado aprova dez projetos de combate ao racismo nesses últimos dois anos e a Câmara não delibera?

Vamos em frente.

Neste país torturam crianças negras. Jovens, mulheres, homens morrem assassinados por serem negros. São inúmeros relatos de violações dos direitos humanos perpetrados contra a população negra, contra os quilombolas do campo e da cidade. A chance de um homem negro morrer vítima de homicídio é oito vezes maior do que a de um homem branco. A situação ainda é pior, a que é vivida pelas mulheres negras, que sofrem a dupla discriminação: por ser mulher e por ser negra.

Treze milhões de pessoas negras que estavam empregadas antes da pandemia não conseguiram voltar ao trabalho. Entre as mulheres, as trabalhadoras negras foram demitidas em maior número, durante a crise da pandemia. Elas não conseguiram nova colocação. O número de desempregados e desempregadas negras saltou de 4,4 para 7,3 milhões – dados do IBGE. O salário da mulher negra é, em média, menos da metade do salário dos homens brancos. Os menores salários pagos no Brasil são aos negros. Infelizmente, os não negros ganham, em média, mais de R$1,2 mil por mês do que os negros. O povo negro não está em cargo de chefia, não está na linha de ponta da política, no Congresso, no Judiciário e no Executivo. É só lembrar o número de Senadores negros que vocês vão encontrar e o número de Deputados Federais negros. Não é diferente nas prefeituras, nas Câmaras de Vereadores e naturalmente também entre os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Governadores.

Enfim, 13 de maio, o momento para exaltar a resistência e denunciar, como estamos fazendo aqui, a desigualdade em um país que não conseguiu vencer as marcas da escravidão. Com o racismo e a discriminação não existe democracia, não existe bem-estar social e justiça. Somente com uma abolição que seja concluída que nós poderemos de fato nos transformar – por que não dizer? – num país de primeiro mundo.

Vamos em frente. Vou agora falar, nesta última parte, sobre o trabalhador rural.

Em 2017, estive na casa de uma agricultora familiar, Sra. Juliane Schneider, em Selback, no Rio Grande do Sul. Lá eu pude conferir, de perto, a vida de quem trabalha com a terra, de quem adormece com as estrelas e acorda antes de o sol nascer. Existe um dito popular que fala que, pelo menos uma vez na vida, você já precisou de um médico ou de um advogado para... Mas lembre-se de que pelo menos três vezes ao dia você precisa de um agricultor, porque é ele quem produz o alimento. Nossa gratidão a quem produz alimentos, aos trabalhadores e às trabalhadoras do campo, sejam brancos, sejam negros, sejam quilombolas, sejam indígenas, sejam refugiados, sejam imigrantes que chegam a trabalhar mais 12 horas por dia, sete dias por semana e não possuem décimo terceiro nem férias.

Eu estive, nessa experiência, na casa de uma pequena propriedade, e o que me disseram lá? "Para nós, não tem Natal, a gente sempre trabalha no dia de Natal". No primeiro dia do ano, eles têm que trabalhar, porque têm que tirar o leite da vaca, por exemplo; têm que alimentar os bichos, sejam onde estão os suínos, onde estão as aves. Então, para eles não tem feriado; todos os dias eles têm que trabalhar. São aqueles que lançam a semente na terra e ficam olhando para o céu, esperando a chuva para irrigar a plantação. E, quando não vem a chuva, como a seca recentemente na Região Sul, o prejuízo é enorme. Muitas vezes as chuvas chegam tarde, a estiagem faz sofrer, a terra faz cair lágrimas dos olhos.

No Rio Grande do Sul, mais de 60% da soja, do milho e do leite e de toda a produção para o autoconsumo foram pedidos no ano passado. No momento em que eles mais necessitam de socorro e de apoio, os governos não podem virar as costas – para todos!

Há uma dívida que esta Casa tem com a nossa gente: promessas sobram, mas precisam, de novo, de crédito, auxílio, Pronaf e por aí vai. O Governo Federal anunciou uma MP liberando R$1,3 bilhão, mas criou uma cláusula que exclui a maioria dos agricultores que sofrem com as estiagens. Infelizmente, a maioria que sofre não está contemplada, conforme documentos do Governo Federal que recebi e que entregamos aqui. Não podemos desconhecer que 70% da comida que vai para a mesa dos brasileiros são produzidos pela agricultura familiar. E aqui volto com outro dito popular: se a agricultura familiar não planta, a cidade não janta. Milhões de trabalhadores e trabalhadoras rurais recebem, no máximo, um salário mínimo. Não possuem sequer mínimas condições de comprar o básico para sustentar a sua família.

Há que se destacar que são frequentes os relatos da fiscalização de que se deparam com agressões físicas, cárcere privado, cerceamento da liberdade de locomoção e exposição ao risco de vida e de saúde.

São inúmeros casos que aqui poderão ser falados de trabalho escravo. O Brasil precisa valorizar o trabalhador e a trabalhadora rural, fortalecer a agricultura familiar.

Termino dizendo: creio no despertar da vida, no amor, na solidariedade e na fraternidade. Creio em todos vocês que estão aqui, pois são espelho dos que estão lá fora. Façamos a nossa parte. A nossa responsabilidade para com os que mais precisam e com o país é enorme. Tenhamos, então, aqui hoje uma excelente sessão especial de debates.

Para tanto, para esse debate e para cada um expor o seu ponto de vista, neste momento eu começo a passar a palavra para os nossos convidados.

De imediato, concedo a palavra, por dez minutos, ao Sr. Romulo Machado e Silva, que está *online*, Subsecretário de Inspeção do Trabalho da Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Dr. Romulo, a palavra é sua, por dez minutos.

O SR. ROMULO MACHADO E SILVA (Para discursar. *Por videoconferência.*) – Olá, Senador Paim. Muito bom dia! Muito bom dia a todos e a todas que nos acompanham! Saúdo os demais painelistas na pessoa de V. Exa.

Senador, parabéns por ter convocado este momento de discussão. É um momento de reflexão importantíssimo sempre que pensamos aí nas questões do trabalho e do trabalhador. É fundamental, como Inspeção do Trabalho – e aqui falando como auditor fiscal do trabalho e como Subsecretário de Inspeção do Trabalho –, todo nosso norte, todo nosso horizonte, o motivo que nos leva a trabalhar fortemente e arduamente todos os dias ser para ofertar para a nossa sociedade, para todos os nossos trabalhadores e trabalhadoras um trabalho decente. Toda a nossa construção, toda a nossa atuação tem por objetivo ofertar – digo repetidamente a todos os nossos trabalhadores e trabalhadoras – um trabalho decente a que todos tenham acesso; um trabalho produtivo, um trabalho de qualidade, um trabalho que seja adequadamente remunerado e que seja exercido em condições de liberdade, de equidade, de segurança e de dignidade.

Neste momento, nesta semana que marca a semana do trabalhador, Senador, falando como Inspeção do Trabalho, eu gostaria de destacar um pouquinho do papel da atuação da auditoria fiscal do trabalho na promoção das normas de proteção ao trabalho, inclusive nas normas de segurança e saúde no trabalho.

A inspeção do trabalho, como o Senador bem sabe – o Senador conhece a atuação da auditoria fiscal do trabalho –, é responsável por fiscalizar todas as questões de trabalho análogo ao de escravo, de trabalho infantil, de discriminação; as questões de segurança e saúde no trabalho; e não podemos jamais esquecer: toda fiscalização do FGTS, de números expressivos, que eu vou citar; toda a fiscalização para inclusão de aprendizes do mercado de trabalho, uma política pública que é fundamental, é o acesso, é a rampa de acesso para muitos jovens e adolescentes, especialmente de baixa renda; inclusão de pessoas com deficiência e reabilitados do INSS. Então, esse é um pouquinho do rol de atribuições da auditoria fiscal do trabalho.

Vou dividir a minha fala, Senador, em duas partes: uma primeira parte falando sobre resultados de 2021, para trazer para a sociedade um pouquinho do que a Inspeção do Trabalho fez ao longo de 2021.

E mais do que chamar a atenção, eu vou trazer uma segunda parte destacando dois pontos que são especiais, para os quais eu acho que a gente precisa ter um olhar de todas as lideranças. Certamente, esses dois pontos do meu segundo bloco, digamos assim, terão muito destaque.

Então, do ponto de vista de resultados de 2021, da atuação da Inspeção do Trabalho, o primeiro número que eu quero trazer – e até aproveitando a fala inicial do Senador, toda abordagem inicial, a reportagem que foi passada – é da atuação da Inspeção do Trabalho no combate ao trabalho análogo ao de escravo. Isso precisa ser pauta de todas as lideranças, e nós precisamos atuar em todas as fases do processo. E o que eu chamo de atuar em todas as fases do processo? A Inspeção do Trabalho jamais vai abrir mão do seu poder de polícia. E nós seguiremos fiscalizando, seguiremos atuando, mas é fundamental que nós tenhamos a capacidade de criar o tratamento de acolhimento para esse trabalhador após ele ser resgatado. Nós precisamos ofertar para esse trabalhador capacitação, ofertar meios para que ele seja reinserido num ambiente de trabalho digno e decente e também precisamos conscientizar trabalhadores, empregadores, suas organizações e toda a sociedade a respeito do que é considerado trabalho análogo ao de escravo em nosso país. Precisamos robustecer as nossas ações de prevenção. Precisamos levar informação para todos os rincões deste nosso Brasil de dimensões continentais. E a Inspeção do Trabalho tem atuado tanto na repressão quanto levando orientações, fazendo diversos trabalhos para orientar a sociedade.

Do ponto de vista da atuação repressiva, eu destaco, Senador, que em 2021 nós realizamos a maior operação de combate ao trabalho análogo ao de escravo já realizada no país, em parceria com o Ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Público do Trabalho, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Defensoria Pública da União, a Operação Resgate, que foi a maior operação concomitante em todas as regiões do país ao mesmo tempo, no início de janeiro, fevereiro do ano passado. E ainda em 2021, em termos numéricos, nós tivemos o maior número de operações de combate ao trabalho análogo ao de escravo já realizado desde 1995. Nós realizamos 443 operações; e, em 196 dessas operações, nós identificamos trabalho análogo ao de escravo.

Saindo um pouquinho do trabalho análogo ao de escravo, a gente cita também os nossos números de combate ao trabalho infantil, que foram os maiores números, em 2021, dos últimos cinco anos, e observamos também, na nossa atuação, a inclusão de aprendizes no curso das ações fiscais, que já voltaram em 2021 e já se aproximaram ao patamar pré-pandemia. Em 2021, nós inserimos aí 112 mil adolescentes e jovens via programas de aprendizagem. Aqui, quando se fala em trabalho infantil e inclusão na aprendizagem, eu gosto de destacar dois projetos-piloto, que nós executamos no Espírito Santo e no Maranhão, que está incluindo trabalhadores egressos do trabalho infantil em programas de aprendizagem. A fiscalização atua, afasta essas crianças, esses adolescentes do trabalho infantil, e esses adolescentes, esses jovens são incluídos em programas de aprendizagem.

É buscar a redução sustentável do trabalho infantil, é retirar a criança, aquele adolescente, de uma situação de trabalho proibida constitucionalmente e inserir esse jovem em um programa de aprendizagem.

Senador, no que tange ao recolhimento do FGTS, algo que é fundamental para os nossos trabalhadores e que é fundamental para a implementação das políticas de saneamento, a atuação da inspeção de trabalho em 2021 também representou um arco. O somatório de valores notificados e recolhidos pela inspeção do trabalho alcançou R$6,8 bilhões, e tudo isso é fruto de melhorias do nosso processo de gestão, da inclusão de ferramentas tecnológicas de inteligência artificial. Para se ter ideia, no ano de 2018, esse valor foi de R$5,2 bilhões, ou seja, todas essas medidas de melhoria de processo, de modo que, de fato, o valor de FGTS do trabalhador chegue a quem é de direito, que é o trabalhador.

Encerrando este primeiro bloco, dando destaque para algumas ações da inspeção do trabalho, eu passo para o segundo, para o que eu chamei de segundo bloco, Senador. Eu queria chamar a atenção de todos aqueles que nos acompanham, de V. Exa., de todos os presentes na Mesa. Eu destaco duas ações muito especiais da inspeção do trabalho para este ano.

Uma é a Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho. Muitas vezes, quando a gente fala em trabalho decente, sempre vêm à nossa mente as questões de trabalho infantil e de trabalho análogo ao de escravo. Nós precisamos pensar nas questões de acidentes de trabalho também, Senador. O Brasil tem gastos públicos da ordem de R$12 bilhões apenas com gastos de benefícios previdenciários acidentários. Os nossos números, que vêm melhorando ano após ano, é um trabalho, quando a gente observa as taxas, elas vêm caindo ano após ano, mas é preciso ainda uma maior conscientização, uma maior atuação em termos de políticas públicas para prevenção de acidentes.

Então, ao longo de todo ano nós estamos realizando a Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, e já convido a todos para que façam o engajamento. Para quem quiser acessar a campanha, é no *site* gov.br/sit. Lá, a gente tem um *banner*, e o tema deste ano é Gestão dos Riscos Ocupacionais: identificar perigos, avaliar riscos, prevenir acidentes e doenças no trabalho. O Senador Paim, que conhece muito de segurança do trabalho, sabe da importância disso.

Por fim, encerrando, Senador, eu gostaria de deixar um convite. No dia 5 de maio, na próxima quinta-feira, nós vamos lançar o Programa Trabalho Sustentável, promovendo a conduta empresarial responsável e o trabalho decente. É um programa gestado no âmbito da inspeção do trabalho e que vai levar orientações e instruções para trabalhadores, empregadores e suas organizações. Vai ofertar também ferramentas tecnológicas, com o objetivo de promover o trabalho decente, de modo que nós tenhamos a capacidade, como país, de alcançar o nosso objetivo maior, que é a erradicação do trabalho infantil, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

erradicação do trabalho análogo ao de escravo e a redução dos nossos acidentes de trabalho.

Eram essas as minhas palavras.

Muito obrigado, Senador Paim.

Que tenhamos uma excelente mesa! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Vida longa à inspeção do trabalho, à fiscalização e ao combate ao trabalho escravo! Meus cumprimentos pela fala!

Como havia se comprometido, esse foi o Sr. Romulo Machado e Silva, Subsecretário de Inspeção do Trabalho da Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência.

Agora nós vamos ouvir mais um convidado, uma convidada, *online*.

Passamos a palavra, por dez minutos, à Sra. Mariel Angeli Lopes, Supervisora do Escritório Regional do Distrito Federal do nosso querido Dieese.

A SRA. MARIEL ANGELI LOPES (Para discursar. *Por videoconferência.*) – Bom dia! Bom dia a todos!

Eu gostaria de cumprimentar o Exmo. Sr. Senador Paulo Paim e, com isso, cumprimentar todos os colegas da sessão.

Eu gostaria também de agradecer, em nome do Dieese, o convite para participar desta discussão. Como o Senador falou na sua introdução, nós temos que discutir o Dia do Trabalhador, o Dia do Trabalhador Rural e também a Abolição da Escravatura, principalmente considerando o que nós já conquistamos até agora e o que ainda falta conseguir.

Então, eu queria começar minha fala dizendo um pouco dos impactos que a gente consegue observar no mercado de trabalho sobre os trabalhadores brasileiros da pandemia do coronavírus. Nós temos observado que, nos últimos anos, antes da pandemia, o mercado de trabalho brasileiro passava por uma leve recuperação, muito concentrada em ocupações com uma renda muito baixa.

Desculpem-me pelo barulho, bem na hora em que a gente está com o microfone.

Mas o que a gente conseguiu observar na pandemia é uma piora muito significativa e muito mais elevada nas condições de trabalho. Nesse caso, tem que se considerar como a população negra foi mais afetada nessas mudanças que a gente observou nos últimos anos.

Então, em primeiro lugar, o que aconteceu? Na hora em que a gente olha os dados que a gente tem da PNAD, do IBGE, do final de 2021, a gente observa mais ou menos 12 milhões de brasileiros desempregados, procurando trabalho, e por volta de cinco milhões que estão desalentados, ou seja, que não procuram emprego, que desistiram de procurar emprego porque estão tendo dificuldades. Além disso, quase oito milhões de brasileiros estão em subocupações, ou seja, são aqueles que trabalham menos do que gostariam. E por volta de 40% da força de trabalho brasileira – na verdade, é um pouco menos –, 34 milhões de brasileiros, estão em ocupações sem proteção, ou seja, estão trabalhando no mercado informal e não estão contribuindo para a previdência. Nesse valor, nesse número, a gente não considera todos os trabalhadores brasileiros que estão precarizados, trabalhando, por exemplo, como microempreendor individual. O MEI é uma tendência que aconteceu muito fortemente nos últimos anos. Em vez de o trabalhador ser contratado como CLT, ele é contratado como MEI. E, por isso, ele sai da estatística do mercado informal e vira empregador. Então, esse é um problema que a gente tem.

Há outro caso. Também, obviamente, a gente considera todas as dificuldades que a gente tem no mercado de trabalho principalmente devido à reforma trabalhista, que passou em novembro de 2017. Então, a gente já estava tendo dificuldades, a reforma não ajudou nada, e, agora, durante a pandemia do coronavírus, a gente viu como as mudanças realizadas na reforma não foram suficientes para a gente conseguir a segurança da renda e do emprego desses brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Uma das outras coisas que a gente considera no Dieese e que é muito importante para a gente discutir o mercado de trabalho é a questão da renda: qual é o rendimento que esses trabalhadores conseguem no trabalho?

E aí a gente vê o grande problema do Brasil, porque nós somos milhares de trabalhadores, a maior parte dos brasileiros é trabalhador, e a gente tem uma renda média do trabalho muito baixa, que caiu durante a pandemia. Agora, no final de 2021, a gente tinha uma renda média de por volta de R$2.370, sendo que, em 2019, no fim de 2019, que a gente não tinha uma situação boa no mercado de trabalho, que a gente não estava passando por um crescimento muito significativo na economia, a renda média do trabalhador era por volta de R$2.500. Então, ainda a gente teve uma perda muito significativa nesses últimos dois anos.

E mais ainda: a gente tem um problema muito grande que é o fato de que mais da metade dos trabalhadores brasileiros ganha até R$1.500. Como nós sabemos – aí eu vou falar aqui de alguns dados relacionados a isso –, isso é muito pouco, é muito insuficiente para lidar com todas as necessidades básicas que o trabalhador tem todos os meses. Ele tem que pagar aluguel ou pagar a prestação da casa, enfim, arcar com alimentação, conta de luz, conta de água, e a gente tem visto um aumento muito significativo da inflação, que já está passando de 12%. Ao final do ano passado, a gente discutia uma inflação de dois dígitos como uma possibilidade para esse ano – e uma possibilidade que a gente via com muito medo no horizonte – e, na verdade, a gente está vendo isso acontecendo continuamente desde setembro do ano passado. Nós já estamos em maio, então, até as estatísticas de abril, a gente tem uma inflação acima de 10%, o que afeta muito mais o trabalhador. Então, o que a gente percebeu é que, ao longo dessa pandemia, o rendimento médio dos trabalhadores, o rendimento real caiu por volta de 8%. Enquanto isso, a gente tem uma inflação acumulada nos dois anos que vai para mais de 20%. Então, o impacto é muito significante.

Em qualquer discussão que a gente tenha que levar daqui para frente de reabilitação da economia brasileira, de melhoria, do que nós vamos fazer nos próximos anos, dos projetos de lei que vão ser discutidos, no Senado, na Câmara e nas Assembleias Legislativas, nós temos que considerar que a maior parte da população brasileira é mantida por trabalhadores que tiveram perda de salário muito significativa nesses últimos anos e que estão em ocupações muito mais precárias do que já estavam em 2019, que não era, como eu disse, um ano de resultados tão positivos.

A gente também observa, no caso do custo de vida – nós do Dieese pesquisamos mensalmente a cesta básica; 13 alimentos em 17 capitais do país – que no Estado de São Paulo, por exemplo, entre março de 2020, que foi o começo da pandemia, até agora, março de 2022, o custo dos alimentos subiu mais de 40%, por volta de 47% na verdade, quase 50%. Isso se a gente considerar o total, porque, em alguns casos, no caso do café, por exemplo, do óleo de soja, o aumento de preços superou 100%, ou seja, tudo mais que dobrou. E a gente tem visto as dificuldades que as pessoas estão tendo para consumir os mesmos alimentos. A gente percebe isso nos supermercados, percebe a mudança na cesta básica, então as pessoas deixam de comprar, por exemplo, carne para comprar mais ovos – e aí isso também impacta o preço dos ovos. E principalmente os trabalhadores são os mais afetados. Como eu disse, uma renda média... Desculpa, a renda média do trabalho de R$2.370 compra pouquíssimas cestas básicas, porque, em São Paulo, por exemplo, a cesta básica está custando R$760. Então, ela compra menos de quatro cestas básicas.

Como a população brasileira, como as famílias vão se alimentar do modo correto e vão fazer todas as suas atividades do dia a dia? A gente sabe que é essencial uma alimentação balanceada, enfim, rica em nutrientes, e a população brasileira não tem isso com segurança todos os meses. Então, a gente percebe como isso pode ser maléfico a longo prazo e a gente tem que considerar isso também.

Esses trabalhadores brasileiros, os seus filhos estão indo para a escola comendo menos do que eles comiam antes da pandemia, os trabalhadores estão fazendo menos refeições, porque, segundo alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estudos que foram realizados a respeito, principalmente no meio do ano passado, quando foi divulgado um estudo mostrando os impactos da pandemia sobre alimentação, mais da metade dos brasileiros passa por uma situação de insegurança alimentar, ou seja, não tem acesso ao alimento para todas as refeições do dia – pelo menos três refeições no dia a dia. Isso é muito sério, e, se a gente considerar que a maior parte desses brasileiros é formada de trabalhadores ou dependentes de trabalhadores, a gente vê que, se a gente não resolver o problema dos baixos salários no Brasil, a gente não vai sair dessa situação difícil que nós estamos passando, não é?

E, na hora em que a gente observa... No caso, aqui, do Dieese também, a gente faz muitas análises de como estão as negociações coletivas com aqueles que estão empregados e a gente percebe que, antes da pandemia e agora, neste ano, digamos assim, depois da pandemia... Não vou dizer depois porque a gente ainda tem uma situação muito complicada e muito perigosa de brasileiros morrendo todos os dias devido ao coronavírus, mas, com as altas taxas de vacinação, a gente teve uma diminuição muito significativa disso. Então, a maior parte dos trabalhadores voltou aos seus postos e às suas ocupações, de forma semelhante ao que a gente tinha antes.

Mas o que que a gente observa? Lá em 2019, no apanhado do ano, a gente teve 23,7% dos reajustes – mais ou menos 24% – com um índice abaixo da inflação, e a inflação, naquele período, estava inferior a 4%. Agora, no final de 2021 – e são dados que a gente tem consolidados mais recentes –, a gente tem que por volta de metade dos reajustes ficou abaixo da inflação. Ou seja, os trabalhadores perderam renda. Só 15% dos reajustes que a gente analisou o ano passado tiveram ganho real. Isso foi muito também em função desse aumento da inflação. No primeiro semestre de 2021, a gente tinha uma inflação inferior a 6%. Então, as negociações foram um pouco mais generosas para os trabalhadores. No segundo semestre, eles tiveram muito mais dificuldades.

Eu vou passar rapidinho aqui só para uma outra questão, porque o meu tempo já está acabando, mas eu queria falar especificamente – como eu estou falando dos trabalhadores, das trabalhadoras negras e das trabalhadoras domésticas, o Senador mostrou o vídeo no começo que é bem pesado, bem impactante –, mas eu queria comentar o seguinte: 65% das trabalhadoras no emprego doméstico, no Brasil, são negras e essas trabalhadoras foram as mais impactadas. Por volta de 500 mil dessas trabalhadoras não voltaram aos empregos antes da pandemia e elas não conseguiram empregos melhores. Elas simplesmente saíram da força de trabalho e estão procurando emprego em alguns casos ou, em outros casos, nem estão procurando mais. Então, a gente tem também um grupo muito específico que tem um rendimento mais baixo e que tem que ser considerado.

Na hora em que a gente considera quem saiu da força de trabalho e não voltou até hoje, desde o começo da pandemia, 6,4 milhões dessas pessoas são negras, e só 2,5 milhões não são negras. Então, a gente vê como o impacto no desemprego é muito mais forte nesse grupo.

Uma outra questão também – e agora estou terminando. É porque eu queria falar dos trabalhadores rurais –: a gente tem por volta de 10% dos trabalhadores brasileiros trabalhando na agricultura e pecuária, e esse é um setor em que as ocupações são muito precárias.

Então, a gente tem que por volta só de 10% desses trabalhadores estão em ocupações assalariadas. É outro problema muito grande, com que a gente tem que lidar, pensando em como o poder público vai lidar com esse problema daqui para a frente, porque eles são perenes. No caso da população negra e da população dos trabalhadores do setor rural, ele se arrasta nos últimos anos, e a gente não consegue benefícios tão significativos como a gente precisa.

É isso.

Vou encerrar aqui a minha fala.

Eu gostaria de agradecer e colocar o Dieese à disposição para esta discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos à Sra. Mariel Angeli Lopes. (*Palmas.*)

Ela falou em nome do Dieese e deu dados assustadores. Permitam que eu lembre: 47% no custo da alimentação, alguns aumentaram mais de 100%; uma cesta básica em São Paulo, R$760; insegurança alimentar, mais da metade dos brasileiros, ou seja, estamos caminhando aí para que não tenham alimentação adequada 110 milhões de brasileiros. Esse é o quadro real.

Eu queria fazer um apelo aqui. Acho que está muito interessante – triste, mas real – o nosso debate. Eu queria pedir que todos os candidatos – todos, todos; eu sempre digo que eu não partidarizo uma sessão como esta, queremos dados reais – à Presidência da República recebam o vídeo desta audiência pública com esses dados que aqui estão sendo colocados desde o momento em que nós cedemos parte da nossa fala à nossa querida D. Madalena.

Eu queria aqui, se me permitirem, neste momento, dar uma salva de palmas para D. Madalena, pela coragem e pela luta dela de mostrar ao Brasil o que está acontecendo, pelo exemplo dela. (*Palmas.*)

Eu confesso que eu não tinha visto o vídeo, mas me falaram, achei importante e pedi para passar. Aí eu senti que o meu pronunciamento estava muito longe do mundo real, que somente a D. Madalena aqui relatou – agora, confirmado aqui pelo Dieese. Parabéns!

Concedo a palavra por dez minutos à Sra. Magda Biavaschi, Pesquisadora e Professora no Cesit/Unicamp. Ela tem uma aula em seguida e pediu para falar neste momento. Por isso, a querida Senadora Zenaide Maia, que sabe o carinho que eu tenho pela sua postura, uma grande Senadora – a bancada das mulheres aqui é muito boa, muito boa mesmo –, vai falar em seguida à nossa querida Magda Biavaschi, que é uma daquelas pessoas que estão na construção do novo estatuto do mundo do trabalho.

Por favor, Dra. Magda, a palavra é sua – gaúcha, lá do meu Rio Grande.

A SRA. MAGDA BARROS BIAVASCHI (Para discursar. *Por videoconferência.*) – Eu estou falando do Rio Grande, onde estava no Fórum Social Mundial Justiça e Democracia, que, aliás, foi muito significativo para o campo do trabalho e para todos os outros campos.

É uma satisfação estar aqui, Senador Paim.

Cumprimento V. Exa., cumprimento a todas e a todos que estão aqui presentes, seja virtualmente, seja presencialmente. Cumprimento os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras, os Deputados e todos os ouvintes deste programa.

Entendo fundamental esta iniciativa do Senador Paim no sentido de trazer esta homenagem ao Primeiro de Maio envolvendo as dissoluções que estão sendo produzidas em todas as esferas da sociabilidade humana neste Brasil de mil e tantas misérias.

Eu falo aqui representando o Cesit, agradecendo-lhe também por me confiar essa representação. O Cesit é um centro de estudos do trabalho que tem se dedicado não só, mas também e sobretudo a olhar os impactos da reforma trabalhista no mundo do trabalho, a pandemia, os impactos da pandemia. E vou falar um pouco sobre isso aqui, agradecendo a V. Exa. por essa oportunidade, Senador Paim, que é a nossa liderança gaúcha e que também foi o líder da construção do Estatuto do Trabalho, sobre o qual eu vou me pronunciar ao final.

Eu fiquei muito impactada novamente, porque a gente estuda esses dados da Pnad Contínua, cotidianamente, mas eu sempre me impacto quando esses dados são assim expressos, e nós temos condição de ver a desgraça, a situação deletéria na qual nós nos encontramos. Então, muito obrigada, Mariel Angeli, por trazê-los aqui e aí vai também me permitir esse tempo que eu ia destinar aos dados, que já foi ocupado pela Mariel Angeli, e eu me reporto a eles, porque exemplificam a situação e o descalabro em que o mundo do trabalho se encontra. E, quando o mundo do trabalho se encontra nessa situação de descalabro, certamente a demanda por consumo é muito afetada e somos afetados todos os cidadãos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

os trabalhadores, as organizações sindicais, as trabalhadoras, os fundos públicos, que são os fundos que permitem as políticas públicas essenciais para esse Brasil, mas sobretudo é vitimada a sociedade como um todo e também a economia que os defensores das reformas liberalizantes dizem querer defender. Então, quando se deprime a demanda por consumo, a economia passa a ser brutalmente atingida, e essa é a situação que hoje estamos vivenciando no país, segundo os dados da Mariel Angeli.

Mas quero fazer uma pequena colocação para mostrar por que chegamos a esses dados. O Brasil é um país capitalista, e o capitalismo, hoje globalizado e hegemonizado pelos interesses das finanças, tem, no seu DNA, o qual não é que seja imutável – não é imutável –, mas tem, no seu DNA, três elementos que estão agora sendo exacerbados em tempo de capitalismo globalizado e hegemonizado pelos interesses das finanças. E quais são? A mercantilização de todas as esferas da vida, todas; a exacerbação da concorrência entre estados, entre corporações, entre empresas e entre indivíduos; e a concentração, a concentração da renda, da riqueza e, portanto, do poder político. Então, esses elementos são elementos estruturantes do capitalismo, que tem, no seu DNA, esses elementos, mas encontra no Brasil condições favoráveis para se expandir – um Brasil, como já foi dito aqui pelos que me antecederam, de raízes resilientes escravocratas, patriarcais e monocultoras, raízes essas que não foram superadas ainda, mesmo que tenhamos, com políticas corretas de estado, tentado superá-las.

Mas estamos vivendo um momento de regresso, de regresso importante aos tempos de um capitalismo primitivo que leva a isso que está acontecendo: milhares, milhões de trabalhadoras e trabalhadores sobretudo mulheres e mulheres negras, fora da força de trabalho. São dois terços de mulheres fora da força de trabalho. Fora! E os que estão na força de trabalho numa informalidade que cresce brutalmente, trabalhadores empresários de si próprios, trabalhadores PJs e MEIs, no loca, loca das plataformas digitais, sem direitos e, com isso, contribuindo, em vez de superar, para aprofundar as nossas profundas e históricas assimetrias, dada a nossa herança colonial ainda não de um todo superada. Então, esses dois elementos são muito importantes quando a gente olha para os dados brasileiros para tentar compreendê-los. E aí contribui para tudo isso essa situação de devastação das políticas públicas e das instituições do mundo do trabalho. E o que desejamos? Desejamos, sobretudo, homens e mulheres deste Brasil, um Estado e uma sociedade sem fome, um Estado e uma sociedade com direitos, um modelo econômico que assegure desenvolvimento sustentável, um Estado que assegure trabalho, renda e fluxos de renda para atender aos pequenos negócios, que são os que mais empregam e, portanto, os que mais desempregaram, num dado, como a Mariel Angeli colocou, de desemprego, desalento e subocupação assustadores.

Nós queremos também e estamos propondo com o Senador Paim um estatuto universal que integre toda a classe trabalhadora em direitos e garantias e que procure trazer todos os que trabalham e as que trabalham, independentemente da natureza do trabalho, para o campo de proteção ou para o sistema público de proteção social ao trabalho, que não deixe ninguém à mercê da força bruta. Queremos também uma Justiça que cumpra, queremos uma sociedade onde se possa respirar o ar e se tenha água para beber, queremos uma sociedade que assegure o direito à vida, queremos superar ou reduzir as nossas abissais desigualdades aprofundadas e escancaradas na pandemia, sabendo e compreendendo que as desigualdades, quando não superadas, sequestram a democracia, e construir sociedades democráticas é a nossa grande utopia.

Por fim, sobretudo, traduzindo Bifo Berardi, que é um pensador, não podemos admitir que as tendências atuais da destruição e da desconstrução, que os dados mostram, sejam irreversíveis, porque não são, são construções históricas. Para nós, não é nada natural. Natural, eu gosto de repetir, reproduzindo Tarso Genro, só iogurte e olhe lá, porque mesmo os iogurtes não estão mais tão naturais assim. Nós não podemos permitir que seja naturalizado o empobrecimento e que o empobrecimento e a fome sejam os únicos horizontes de nossa época.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.052721/2022-91

Termino com uma poesia e me despeço em homenagem a essa mulher que nos emocionou no início da sua fala. Trago para ela, de presente, Conceição Evaristo, que é uma mulher negra, mineira, poeta e que tem um poema lindíssimo – e assim eu termino a minha fala, agradecendo ao Senador. Vozes-Mulheres, é o nome do poema que eu declamei lá no Fórum Social Mundial, muito emocionada num cenário em que catadoras de papel, trabalhadoras domésticas, das mais vitimizadas por esse processo, dialogavam com dois pensadores filósofos, economistas, professores, doutores: um da Unicamp e outro de Paris 8. Declamei para elas, e foi muito emocionante, e faço de novo, e assim termino em homenagem à luta também do nosso Senador, que também tem a marca da raça e da... Não da etnia... Não sei se talvez tenha da etnia também, mas tem a marca da raça. Diz Conceição Evaristo, contando essa saga que nos fez chorar no início da fala: A voz de minha bisavó

ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.
A voz de minha avó [agora da avó, não mais da bisavó]
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.
A voz de minha mãe
ecoou baixinho [já uma] revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela
A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.
[Mas] A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora [e eu incluo o amanhã].
Na voz de minha filha
se fará ouvir [amplamente] a ressonância
O eco da vida-liberdade.

Muito obrigada, Senador Paim. Meus cumprimentos pelo seu trabalho! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, sempre Juíza, advogada das grandes causas!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu conheci a sempre Juíza Magda Biavaschi ainda quando eu era sindicalista lá em Canoas, Rio Grande do Sul, e ela sempre foi essa pessoa sensível, amável, carinhosa, respeitosa que combateu sempre todo tipo de preconceito.

Dra. Magda, a senhora foi muito bem como sempre e termina com essa bela poesia. Nós todos aqui somos seus admiradores pela sua história linda, linda, muito linda! Abraços. Beijo no seu coração.

Essa foi a nossa querida sempre Juíza Magda Biavaschi.

Neste momento, conforme já havíamos falado, eu passo a palavra à nossa querida, também, Senadora sempre entrincheirada entre aqueles que fazem o bem sem olhar a quem, a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Quero aqui cumprimentar o Senador Paulo Paim, Presidente desta assembleia – como a gente diz –, pela importância de dar visibilidade ao que está acontecendo no nosso país.

Cumprimento aqui a Dra. Magda Biavaschi, a Mariel Lopes, a Reginete Souza, todas que vão ser... Cada palavra, cada fala das senhoras e senhores num momento como este mostra o Brasil, a população brasileira através da comunicação, Dra. Magda, que dá visibilidade ao país do que a gente está vivendo.

Fazendo um pequeno histórico, em novembro de 2014, tínhamos uma taxa de desemprego de 4,8%, em 2014; em 2017 foi quando se falou da reforma trabalhista, que foi de uma crueldade, não foi uma reforma trabalhista. Como todos nós sabemos, o trabalho em condições análogas à escravidão é a realidade do Brasil hoje para o trabalhador. Tivemos quase 2 mil pessoas resgatadas do trabalho escravo só no ano passado. E aquela reforma, na verdade, foi uma forma de legalizar... A história do trabalho intermitente, Paulo Paim e todos que estão nos ouvindo, na verdade, foi uma maneira de contratar seres humanos, trabalhadores como se fossem trator ou retroescavadeira: eu quero três horas de trator para cortar a terra ou retroescavadeira. Esses trabalhadores, automaticamente, não têm direito ao descanso do final de semana, férias, décimo terceiro – e foi o que a gente viu.

E o que chama atenção é que essa reforma trabalhista era porque iria atrair investidores e aumentar o número de empregos no país. E a gente sabe que não é isso. Isso é uma coisa que vem se repetindo. E, em nome disso, o Presidente da República atual tem feito coisas que são barbáries, tudo em nome de aumentar emprego e renda, que, na verdade, a gente não vê. Em seguida, em vez dos empregos, vimos uma situação da reforma da previdência. Eu, Paulo Paim e mais alguns colegas tivemos uma luta árdua para não tirar o direito de os trabalhadores se aposentarem, porque, se analisar, os trabalhadores hoje não têm chance de aposentadoria, têm que trabalhar por 40, 50 anos.

E mais: uma coisa que o Brasil não está observando, Paulo Paim, é que o Brasil é um dos únicos países no mundo que não tem as aposentadorias especiais, aquelas em que, por insalubridade, periculosidade, a gente sabe que é necessário trabalhar menos tempo para poder sair do ambiente insalubre ainda com vida. Foi aprovada aquela PEC e, para não voltar para a Câmara, se prometeu um projeto de lei, que é o PL 45, que até hoje não saiu do papel; ou seja, o mineiro, os da segurança pública, aqueles que trabalham em todas essas indústrias altamente tóxicas e mais – a ironia – aqueles da saúde, cientistas, que trabalham em ambientes tentando descobrir uma nova vacina, um novo antibiótico para aumentar a vida média do povo. Esse povo está punido também, porque tiraram mesmo as aposentadorias.

E a ciência prova que é necessário isso, se quiser que o trabalhador e a trabalhadora permaneçam vivos para gozarem de sua aposentadoria.

Então, o que vivemos hoje é assustador. E os senhores não pensem que eles pararam por aí. Em quase todas as sessões deliberativas, nós temos aqui, no Senado, de barrar medidas provisórias, que, na verdade, descobrem direitos mínimos que o trabalhador ainda tem para retirar. Então, o que eu costumo dizer? O que a gente precisa dizer e para o que eu quero chamar a atenção? Eles costumam dizer: "Deus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

quis que eu estivesse aqui para promulgar uma PEC..." De uma crueldade que esmaga os trabalhadores, mas, sem esses termos, querendo dizer que foi Deus. Deus não quis ninguém pobre, as pessoas não são pobres; as pessoas são empobrecidas por decisões políticas. Por isso que me chama atenção, Paulo Paim, todos os expositores. A população não é pobre porque Deus quis. O Estado, por decisões políticas, como nós temos tido ultimamente, é que a empobrece, quando não oferece educação pública de qualidade em tempo integral para todos. E a gente sabe, eu sou médica de formação, que não existe prevenção maior na saúde do que a educação de seu povo.

São pessoas que, além de tudo, com muita crueldade, dão a entender que estão defendendo as famílias brasileiras. E eu costumo dizer que quem defende a família defende um teto, gente, para essa família se abrigar, defende uma educação pública de qualidade para todos, para essas pessoas terem uma chance de inclusão social, como foi dito por todos aqui; defende uma saúde pública onde elas não vejam seus filhos, seus pais, seus avós morrerem de morte evitável, porque sabe que, se tivesse recurso para pagar uma UTI ou agilizar os exames, não morreriam. São mortes evitáveis, gente!

E a Emenda 95 veio para isso. Botaram na Constituição – acho que nenhum país do mundo fez isso – que, durante 20 anos, não se vai investir em saúde pública e em educação. Eu costumo dizer que aquela Emenda 95... Na verdade, foi dito ao povo brasileiro o seguinte: "Senhores que já morrem e veem seus familiares morrendo de mortes evitáveis, continuem vendo por mais 20 anos". Porque a gente sabe que, quando se olha para a economia... Muitas vezes eu diria: "Já que os senhores não respeitam a vida..." Porque o que a gente está vendo é um desrespeito não só à vida humana, é um desrespeito a todas as formas de vida. Está aí o meio ambiente!

Então, a gente vê essa degradação, essa opressão, esse esmagamento da maioria do povo brasileiro. Enquanto isso, o nosso Governo... A gente tem que dizer, porque as decisões são políticas. Com certeza, não é Deus quem define que o mercado (*Falha no áudio.*) ... o produtor de alimentos, inclusive de proteína animal, e não se preocupa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tinha caído o sinal, mas agora voltou.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – ... garantia alimentar.

Então, eu agradeço aos senhores, porque os senhores nos enriquecem com argumentos de que a gente tem que chamar e que só há uma saída para isso: defender a democracia; e não está havendo defesa. Em vez de resolver os problemas reais... Há algo, Paulo Paim, só para finalizar, que me chama atenção: o Congresso Nacional permite que os bancos explorem, achaquem as famílias brasileiras com juros de até 400% ao ano. Isso a gente poderia, cobrando do cartão de crédito... Nos países de origem, esses bancos cobram 3% ao ano, e aqui se acham no direito, porque o cartão de crédito e o cheque especial no país, de uns anos para cá, é usado para comprar um medicamento, para fazer a sua feira.

Então, temos que cobrar desse Governo que apresente um plano para gerar emprego e renda. A pandemia não é motivo, porque, como foi falado aí, em dezembro de 2019 a gente já tinha 13,5 milhões na extrema pobreza.

Então, gente, para finalizar: Paulo Paim, parabéns por essa luta, mostrando que com racismo, com 20 milhões com fome e com pessoas sendo extorquidas ou com trabalho escravo, a gente não tem democracia. Acho que a única saída é por decisões políticas.

Quero fazer um apelo aqui aos brasileiros e brasileiras: as decisões são políticas. Os senhores não estão com fome, os senhores não estão desempregados e os senhores não estão vendo seus familiares morrerem de morte evitável porque Deus quis, mas, sim, por decisão política desse Governo que aí está.

Obrigado, Paulo Paim. Desculpe se eu passei...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, ficou dentro do limite.

Grande Zenaide Maia. (*Palmas.*)

Representou muito bem aqui a Bancada das Mulheres, pela sua história, sua prática, pela forma como falou. Ela fala neste Plenário diariamente, nas Comissões, e assim ela vota. O discurso e a prática acompanham esta Senadora.

Eu só vou deixar claro para todos, como a Senadora falou: aposentaria especial, qual o problema? Eles vincularam tempo em área considerada de risco, insalubre e penosa com a idade. Vou dar um exemplo: o mineiro fica 15 anos no subsolo. Digamos que começou a trabalhar com 20, 21 anos, com mais 15; ele trabalhou, mas não tem idade para se aposentar. Está liquidado! O metalúrgico. Também: começou a trabalhar com 20, mais 25, que é o tempo, não tem a idade; não se aposenta. Esse é o problema.

Então, nós já apresentamos – Zenaide e todos nós... O Novo Estatuto do Trabalho vai nessa linha de acabar com essa história de vincular área considerada de alto risco, como insalubre, penosa e periculosa, com idade. E também o trabalho intermitente, não é? Esse trabalho intermitente é brincadeira!

Tem que ser muito irresponsável para acreditar que o trabalho intermitente vai apontar para algum lugar. Não aponta para lugar nenhum, a não ser para a exploração vergonhosa do mundo do trabalho.

Vamos agora, depois da fala brilhante da Senadora, passar a palavra à nossa convidada aqui na mesa. Concedo a palavra, por dez minutos, à Sra. Maria Rosângela Lopes, Secretária para Assuntos Raciais e Combate à Discriminação da Força Sindical, Secretária de Relações Públicas da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Santa Rita de Sapucaí, Minas Gerais.

Escolha aqui ou a tribuna. Cada um dos senhores fique à vontade.

A SRA. MARIA ROSÂNGELA LOPES – Acho que vou falar daqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fique. Fique. É um orgulho tê-la aqui do meu lado. Fale daqui do meu lado.

A SRA. MARIA ROSÂNGELA LOPES – Estou lado aqui do nosso Senador, que está me dando força depois de tudo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sofremos. Sofremos juntos.

A SRA. MARIA ROSÂNGELA LOPES – ... da emoção que sofremos aqui. Eu ainda estou embargada; então, aqui estou mais confortável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A SRA. MARIA ROSÂNGELA LOPES (Para discursar.) – É um prazer e uma honra estar aqui.

Na pessoa do nosso Senador querido Paim, eu saúdo toda a mesa.

Bom dia! Eu saúdo todas as Senadoras e Senadores presentes e dirijo o meu cumprimento também aos servidores, trabalhadores desta Casa, tão importantes para a democracia do nosso país. Agradeço o convite do Senadores e autores do requerimento, especialmente do Senador Paulo Paim.

Senadores, obrigada pela oportunidade de falar ao meu país. É uma honra. Venho a esta Casa como representante da minha central Força Sindical e da Confederação dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) e carrego nas palavras a voz de toda as trabalhadoras do Brasil.

Antes de tudo, eu sou uma trabalhadora. A minha vida laboral começou ainda na infância em Santa Rita do Sapucaí, no sul de Minas Gerais. Trabalhei para ajudar a minha mãe a cuidar dos meus irmãos em casa de família. Minha mãe sempre me incentivou ao estudo, e me agarrei a isso com afinco e me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

formei – raridade entre nós pobres e negros.

A mobilização pelo social no coletivo sempre esteve presente na minha vida e isso me levou, de forma muito natural, à luta pelos trabalhadores. Por isso, falar nesta manhã sobre o Dia do Trabalhador, a abolição da escravatura e o Dia do Trabalhador Rural é contar um pouco da minha experiência e também o dia a dia de grande parte da população brasileira.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, o Dia do Trabalhador, que lembramos ontem, deve ser, sobretudo neste ano, um dia de reflexão.

As trabalhadoras e os trabalhadores são a força que move o país, a força que cessa com a fome.

Nós, sindicalistas, que estamos nas bases, dialogando e prestando assistência diária, sabemos que a reforma trabalhista não deu certo na sua integralidade. Ao contrário, gerou insegurança quanto aos direitos antes estabelecidos, arbitrariedades e situações que colocam a trabalhadora e o trabalhador entre a cruz e a espada. A situação de vulnerabilidade somada à necessidade de suprir o que o Estado deveria fornecer acabam por mitigar os princípios protetivos descritos na Constituição de 88 e na CLT.

É preciso reconhecer que a legislação necessita novamente avançar na proteção e na importância dos direitos trabalhistas para que o Brasil vença os desafios que aqui estão impostos.

Aliás, senhoras e senhores, reconhecer erro é um exercício que a sociedade brasileira precisa aprender a fazer. As instituições públicas devem encarar e dar resposta. Não podemos continuar jogando para debaixo do tapete as mazelas causadas pelos séculos de escravidão neste país. A discriminação racial existe ainda. Em 2021, o Brasil foi o último país a proibir a compra e a venda de seres humanos. A escravidão não é permitida legalmente há pouco mais de 130 anos – diz o Senador 134 –, porém, os grilhões ainda ressoam na nossa sociedade, a pobreza é maior entre os pretos, e isso é real. A violência atinge os mais pretos, e isso também é real. Os pretos são minorias em cargos de representação – fato. Olhemos ao redor.

Se o Brasil quer crescer e se desenvolver como nação, precisa construir soluções. Não é apenas reparação, não é apenas dívida, não; é olhar para o passado e reconhecer o erro, encontrar a solução e colocar a mudança em prática já!

Mudanças também precisam acontecer para as trabalhadoras e trabalhadores rurais. Trabalhos forçados, jornada exaustiva, servidão por dívida e condições degradantes estão presentes em vários recantos do Brasil. Rotineiramente, temos notícias de operação de resgate de trabalhadores em condições análogas à escravidão em áreas rurais, algumas citadas pelo Ministério Público do Trabalho. Em 28 de abril, 14 trabalhadores foram resgatados em Alagoas. Em 27 de abril, houve 80 resgates no Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Corretíssimo!

A SRA. MARIA ROSÂNGELA LOPES – Em 19 abril, oito trabalhadores foram resgatados no interior de São Paulo. Em 12 de abril, 24 foram resgatados em Minas Gerais, meu estado. Tudo isso ocorreu somente em um mês, no mês passado, no mês de abril. Imaginem quantos mais apareceriam se os órgãos fiscalizadores tivessem 100% de condições para desempenhar suas funções!

A Justiça do Trabalho tem um importante papel no combate à utilização do trabalho em condições análogas à escravidão por meio da fixação de ações civis públicas coletivas ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho. É preciso urgentemente implantar medidas de proteção a quem trabalha no campo. Esses cidadãos com as mãos e os pés na terra são os que geram riqueza agrícola para o Brasil. A punição para quem infringe a lei precisa ser aplicada em sua totalidade. É preciso haver ações em três eixos: prevenção, assistência às vítimas e repressão. Também devemos lembrar que a legislação trabalhista reconhece a isonomia, ou seja, ninguém deve ser sujeito a condições piores ou mais difíceis do que o outro.

Por fim, as trabalhadoras e os trabalhadores, diariamente, superam adversidades e entraves, muitas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vezes causados pelo próprio Estado brasileiro. Nesta sessão especial, quero pedir que as senhoras e os senhores reflitam, ponderem e busquem medidas que garantam o equilíbrio das relações trabalhistas.

E podem ter certeza: os movimentos sociais, o movimento negro e o movimento dos trabalhadores resistem. Resistiremos!

Sras. Senadoras e Sr. Senador, meu muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, mas muito bem mesmo!

Parabéns, nossa querida Maria Rosângela Lopes, Secretária para Assuntos Raciais e Combate à Discriminação da Força Sindical, Secretária de Relações Públicas da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Santa Rita do Sapucaí, Minas Gerais. Parabéns! Eu concordo plenamente com a sua fala.

Ela disse: "O Senador Paim está me incentivando". Eu não estou incentivando, eu estou é batendo palmas para você pela bela, bela fala que você fez aqui. E você tem razão: a estrutura de fiscalização, aqueles homens e mulheres que se dedicam no combate ao trabalho escravo... Os números que você deu aí com certeza poderíamos multiplicar por dois. E você disse aí: se tivéssemos mais estrutura para o trabalho de campo, para fiscalização, tanto na cidade como na área rural.

Então, aqui meus cumprimentos. Fez uma bela fala. É uma alegria estar aqui do seu lado.

Nesse momento, eu vou conceder a palavra por dez minutos à Sra. Reginete Souza Bispo. Ela é suplente deste Senador, ativista do movimento negro, coordenadora do Instituto Akanni; tem um trabalho no meu mandato no estado. Eu sempre digo que ela e a Cleonice são as duas suplentes... Se escolherem as que mais trabalham no país me representando, eu tenho certeza de que são elas duas.

Estou te vendo na tela já, Reginete. Meu abraço carinhoso.

Aqui não é pré-campanha, não, mas você é pré-candidata a Deputada Federal, representa também o Instituto de Pesquisa e Assessoria em Direitos Humanos, Gênero, Raça e Etnias.

O tempo é teu.

Você também é formada em inúmeras áreas – eu só quero destacar aqui o teu brilhante trabalho. Eu tenho orgulho de dizer que você é suplente deste Senador.

O tempo é teu.

A SRA. REGINETE SOUZA BISPO (Para discursar. *Por videoconferência.*) – A todos, todas, "todes" que nos acompanham, um grande abraço.

Meu querido amigo, companheiro Senador Paulo Paim, ao cumprimentá-lo, eu cumprimento todas as autoridades, Senadores e Senadoras presentes nesta sessão solene.

Quero cumprimentar aqui, na pessoa da Eliete Paraguassu, quilombola lá da Ilha da Maré, todas e todos que nos acompanham.

E quero dizer que o Senado está de parabéns por acolher a sua proposição, Senador Paulo Paim, de fazer essa sessão solene do Dia dos Trabalhadores e da falsa abolição da escravatura.

Nós vivemos um momento difícil na vida do nosso país. Como bem foi relatado aqui por todos que já nos antecederam, especialmente na fala da D. Maria Rosângela, que traz, com muita contundência, a situação dos trabalhadores e das trabalhadoras na perspectiva do 13 de maio, em referência à abolição da escravatura, e é nessa fala que eu vou me ater, Senador, dado que eu havia preparado uma série de dados estatísticos, mas eu penso que, com o vídeo que foi passado inicialmente, com a entrevista com a Sra. Madalena, que nos abalou a todos emocionalmente, especialmente a mim, é um vídeo, um fato que fala por si só o que é este Brasil remoto, do qual nem mesmo nós sabemos a dimensão da exploração e da dominação que acontece na vida das pessoas, especialmente das pessoas negras e dos povos indígenas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

deste país.

No dia 13 de maio celebramos os 134 anos da abolição da escravatura. Não sei se celebramos, mas ela aconteceu. E, nesses 134 anos, nós hoje podemos falar com certeza que pouco se alterou daquele quadro no que diz respeito às políticas públicas e ao papel do Estado na integração e na defesa dos direitos daqueles milhões e milhões de homens, mulheres e crianças que foram escravizados.

O Brasil escravizou seres humanos, utilizou mão de obra escrava por quase quatro séculos. Ou seja, a história do Brasil ainda é a que prevalece, ainda é a história dos escravizados.

Cento e trinta e quatro anos de abolição não é nada perto de quatro séculos de escravização. E uma abolição que é inconclusa, porque, no dia 13 de maio de 1888, quando a Princesa Isabel assinou a abolição da escravatura, para quem não viu, para quem já viu, a abolição da escravatura são dois parágrafos que decretam a abolição, mas não há nenhuma política de proteção dessas milhões de pessoas que deixaram de ser escravas. Antes, pelo contrário: na sequência da abolição da escravatura, o Estado brasileiro cria uma série de normas e legislações que impedem essa população de acessar a terra e a educação.

O Estado brasileiro, já no pós-abolição, cria uma série de mecanismos que impedem essa população de acessar o mercado formal de trabalho, ao promover a migração em massa de europeus para ocupar então o mercado que surgia, sobretudo a indústria brasileira.

Essa abolição da escravatura deixa desprotegidos homens, mulheres e crianças. Isso segue até hoje, Senador Paulo Paim, porque há uma cultura constituída.

Quando o movimento social negro denuncia e a ciência comprova que o racismo, no Brasil, é estrutural e institucional, nós estamos falando disso. Como uma pessoa como a D. Madalena, em pleno século XXI, existe, sobrevive nessa condição?

E nós sabemos que, como a D. Madalena, há milhares de tantas outras mulheres dentro dos lares e das casas de famílias de bem vivendo em situação de escravidão. E, Dr. Romulo, me desculpe, mas essa situação não é análoga à de escravidão, é escravidão propriamente dita, em que do sujeito é tirada toda a possibilidade de se desenvolver política, econômica, social e culturalmente.

A Abolição da Escravatura representou para homens e mulheres negras o abandono total, o abandono do Estado e o abandono, inclusive, dos senhores escravocratas, que tinham por obrigação no mínimo fornecer o alimento para sobrevivência do seu bem – era assim que os escravos eram tratados: como propriedades dos senhores e senhoras.

Hoje, em pleno século XXI, aqui, no Brasil, eu tenho acompanhado o trabalho brilhante do Ministério Público do Trabalho que tem cotidianamente resgatado pessoas escravizadas. Agora, recentemente, aqui, no Rio Grande do Sul, foram resgatados 80 trabalhadores em Bom Jesus, 80 trabalhadores na zona rural. Então, cotidianamente, esse resgate é feito, e não é só em zonas rurais ou dentro de famílias, mas em empresas multinacionais, transnacionais, que têm ocupado a mão de obra de trabalhadores e trabalhadoras em condições escravas.

Esse quadro nós precisamos alterar e alterar essas estatísticas que os que me antecederam colocaram, especialmente o Dieese e o Ministério Público do Trabalho, em que os trabalhadores e as trabalhadoras negras vivem em condições precárias. Hoje, 47% dos trabalhadores negros vivem e trabalham em condições precárias e sem proteção na informalidade. Quando se fala em desemprego, em 2020, 13,3% dos trabalhadores estavam desempregados; se se colocasse o corte racial e de gênero, isso representava 25% das mulheres negras desempregadas, sem acesso ao trabalho formal.

Senadores e Senadoras, é importante que, neste dia, nesta sessão solene, além de fazermos essa reflexão da desigualdade no mundo do trabalho, da desigualdade no acesso a oportunidades, sejamos bastante propositivos no sentido de alterar essa condição.

Já foi dito aqui, e eu reafirmo, que, nessa condição desigual, em que homens e mulheres negras vivem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

em condição subumana no que diz respeito às relações de trabalho, mas também ao acesso aos direitos fundamentais, como saúde, educação, segurança pública e tantos outros, ao acesso à terra, é fundamental que a sociedade brasileira se posicione e se posicione, sobretudo as instituições, de uma forma contundente para garantir que a democracia realmente aconteça e aconteça em sua plenitude.

Senador, urgentemente, o Estado brasileiro, as instituições democráticas precisam revogar a reforma trabalhista, que penalizou os trabalhadores em geral, mas sobretudo os trabalhadores e as trabalhadoras negras, especialmente as trabalhadoras domésticas, que tiveram, pela primeira vez, o reconhecimento dos seus direitos trabalhistas em 2015. Precisamos revogar – finalizando – a PEC 95, que estabelece limite de gastos nas políticas de direitos sociais. E precisamos também rever a PEC 18, aprovada recentemente nessa Casa, que não reconhece os direitos das mulheres negras e da população negra nos benefícios do fundo eleitoral e do fundo partidário, para que a gente possa, de fato, ter a representação plural e diversa do nosso país, dentro das instituições públicas, especialmente no Congresso Nacional e nos Parlamentos municipais e estaduais.

Nós precisamos romper com essa lógica de um Estado racista, patriarcal e de uma elite com uma mentalidade escravocrata. E nós só vamos romper com isso quando a população negra, as maiorias invisibilizadas, quando os indígenas, quando as mulheres puderem, de fato, estar nesses espaços de poder e decisão, dizendo o que queremos para o país, que sociedade queremos para não acontecer o que aconteceu agora, em plena pandemia, em que o Governo anunciou o que foi o seu maior superávit primário nas últimas décadas. Há um superávit primário, porque foram tirados direitos básicos dos trabalhadores e das trabalhadoras nesse país, que são o direito ao trabalho, o direito à saúde, o direito à educação e o direito à alimentação, e o sistema financeiro privado anunciou que teve a maior renda, o maior lucro na sua cadeia histórica em plena pandemia, quando o nosso povo está morrendo de fome. Então, democracia se faz com participação, e a participação de homens e mulheres, negros e negras, de todos, todas e "todes" é fundamental para que essa democracia aconteça e que as nossas comunidades não sejam mais vilipendiadas, atacadas, que a nossa juventude não seja mais assassinada pelo Estado, que as nossas comunidades tradicionais não sejam atacadas pelo Estado, pelo latifúndio e por todos aqueles que acumularam e sobreviveram por meio da mão de obra escrava.

E, finalmente, Senador, há o Estatuto do Trabalho, essa peça preciosa, que nós sabemos que o senhor propôs e vem trabalhando com afinco, como trabalhou no Estatuto da Igualdade Racial. O Estatuto do Trabalho tem que ser considerado, tem que considerar o trabalho desde o primeiro momento em que homens e mulheres trabalhadores chegaram neste país, mesmo que na condição de mão de obra de escrava. Essa parte da história do país precisa ser contada: como trabalhadores e trabalhadoras escravizados contribuíram para produzir a riqueza e o patrimônio que é esse país hoje e por que, ainda hoje, sofremos as consequências desses quase quatro séculos de escravização de mão de obra. Então, apostamos muito em que o Estatuto do Trabalho possa resgatar a história de homens e mulheres, negros e negras que trabalharam e construíram esse país para a gente, sim, repensar no Brasil as relações de trabalho que superem o racismo estrutural, institucional e o machismo que nos coloca numa condição de subtrabalhadores.

Muitíssimo obrigada.

Que esta audiência, que esta sessão realmente contribua para que a democracia se restabeleça na profundidade necessária.

Chega de morte, chega de fome, chega de desemprego!

Viva o Brasil! Viva a democracia! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a Reginete Souza Bispo, líder do movimento negro, Coordenadora do Instituto Akanni, suplente deste Senador, representante aqui, neste momento, também do Instituto de Pesquisa e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Assessoria em Direitos Humanos, Gênero, Raça e Etnias.

Quando eu falo da Reginete, vocês viram, é uma conhecedora do assunto. Ela fez uma retrospectiva histórica e mostrou que a realidade não é muito diferente. Palavras suas, não é, Reginete? E, ao mesmo tempo, além de falar tudo isso, ela fez questão de dizer que há caminhos a seguir. E o estatuto, que você mais uma vez fortaleceu – você, que está estudando e está nos ajudando nesse debate –, mostra que é o caminho. Vai ser o que nós chamaríamos de uma nova CLT, apontando para este momento por que o país passa. E vai ter um capítulo lá que vai tratar, sim, da discriminação, do preconceito contra a mulher, contra negros, contra negras, contra índios. Vamos trabalhar nesse conjunto da obra para não permitir que o racismo estrutural continue.

Reginete, parabéns! Vida longa para essa bela caminhada!

Pela bela fala que você fez aqui, merece o meu carinho e o meu abraço.

Parabéns, Reginete!

Neste momento, concedo a palavra ao Sr. Paulo Douglas Almeida de Moraes, Procurador do Trabalho e representante do Procurador-Geral do Trabalho, Sr. José de Lima Ramos Pereira.

A palavra é sua. (*Pausa.*)

Ele já está na tribuna.

O SR. PAULO DOUGLAS ALMEIDA DE MORAES (Para discursar.) – Eu peço vênia para falar da tribuna, porque a nossa instituição ainda não abriu mão das regras de proteção social por entender – e eu acho que adequadamente – que o vírus continua entre nós. Eu quero muito proteger todos vocês e, em especial, já antecipo, a Sra. Maria Rosângela Lopes, que está aqui do meu ladinho.

Eu gostaria de, já antecipando, Senador, e agradecendo a oportunidade que me foi dada pelo Ministério Público do Trabalho de aqui estar representando o nosso Procurador-Geral, Dr. José de Lima Ramos Pereira, fazer um agradecimento ao senhor.

De novo, aqui a mãe de quatro filhos me disse que são dezessete netos e seis bisnetos, com essa desenvoltura que contagia a todos. Então, eu tenho que protegê-la e é por isso que eu estou falando daqui.

Muito bem. Eu acho que este momento e esta sessão são de extrema importância, Senador – e mais uma vez agradeço a oportunidade –, porque o mundo do trabalho passa por intensas transformações, e essa ebulição legislativa bem representa e demonstra este momento pelo qual passa o mundo do trabalho no Brasil e também no mundo.

Entre nós, só em 13 de maio de 1888, tivemos tardiamente a abolição da escravatura no país. Passados 134 anos, nós estamos aqui ainda discutindo: será em que medida nós temos efetivamente a abolição da escravatura efetivada no nosso país?

Em 1943, tivemos a chegada da nossa CLT. Perceba que, durante todo esse período, nós tivemos uma relativa estabilidade no mundo do trabalho em termos legislativos. E tivemos também, nesse período, avanços na redução da desigualdade, avanços na redução da pobreza no nosso país. E o Direito do Trabalho tem muito a ver com isso.

Ocorre que essa caminhada de resgate de dignidade foi interrompida, ela foi invertida em 2017. A reforma trabalhista, que vinha prometendo, como aqui já dito, a criação de empregos, abertura de oportunidades, entregou na verdade algo absolutamente contrário: nós temos o desalento absoluto, nós temos uma inflexão econômica, que foi bem colocada aqui pelo Diese, que não só vitima o trabalhador brasileiro enquanto ser humano, mas vitima o país enquanto economia. O motor econômico do nosso país se chama "mercado interno". Nós não somos um país aberto, por mundos como a China ou como outros países exportadores. Quando nós empobrecemos o nosso mercado consumidor, quando nós empobrecemos o nosso trabalhador, nós empobrecemos também as empresas que aqui produzem. Esse é um grande erro. Esse é um grande erro que nos leva a questionamentos e nos leva a verificar que, a despeito dos avanços

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que tivemos com a CLT, com a nossa Constituição e com a abolição da escravatura, as mazelas persistem.

Nós temos números agora recentes de trabalho escravo, não é? São 1.937 trabalhadores, que é o maior número desde 2013. E, como aqui dito, esse número só não é maior porque as notícias não chegam e porque não temos pernas. Na semana que vem eu estarei sem gravata e sem terno, de botina, na área rural do Mato Grosso do Sul para uma semana de operações de resgate de trabalhadores escravos. É muito provável que, infelizmente, mais uma vez nós lá iremos confirmar que temos brasileiros escravizados. E, concordando com a Senadora Zenaide, que aqui já disse, não é bom que usemos eufemismos, pois não são pessoas colocadas na situação de condição análoga de escravos: são escravos – são escravos! – contemporâneos. E nós não podemos mais admitir isso.

E, como temos essas mazelas, é importante que, claro, nós tenhamos um caminhar, uma evolução normativa, um aprimoramento na nossa legislação protetiva – e não desprotetiva, como foi a reforma trabalhista. E, nesse sentido, enalteço a iniciativa de V. Exa. com relação ao Estatuto do Trabalho. É muito importante que nós pensemos em não só no Direito do Trabalho – o que é muito bom que se diga –, mas é importante que se pense na solução para esse momento histórico de uma maneira transcendente, inclusive pensando no nosso sistema tributário. E digo isso por quê? Porque esta situação na qual o Brasil seguiu e decidiu seguir não é algo isolado no Brasil: nós temos um efeito manada no mundo com relação a revisões liberalizantes do Direito do Trabalho. E essa questão, esse efeito manada, tem uma relação direta com a nova revolução industrial pela qual estamos passando: é a indústria 4.0, que substitui trabalhadores por máquinas. E, nessa lógica de substituição dos seres humanos por máquinas, é óbvio que nós temos um processo de ressignificação do trabalho. A questão é: nós queremos ressignificar o trabalho como um meio de acesso à dignidade ou como um meio de encarceramento, como um meio de neoescravização? A escolha até agora pela qual optamos e caminhamos foi a pela neoescravização. E, como já disse, não só é um grande erro histórico para o trabalhador, mas também para a própria economia nacional. Esse é um modelo, Senador, absolutamente eurocêntrico, que interessa a países centrais detentores de tecnologia.

A Uber nos traz um exemplo bastante eloquente nesse sentido, quando os trabalhadores aqui assumem todos os riscos da atividade, os custos, inclusive, ao seu veículo que é utilizado, e ela se apropria imediatamente de 25% daquele ganho sem nenhum risco. Muito bem. E o que isso representa? Isso representa que nós estamos passando por um momento de neocolonização mundial, baseada no elemento tecnológico que reformula e ressignifica a relação de trabalho em escala mundial.

E não interessa a países periféricos – nós temos que entender, sim, que somos, infelizmente, um país periférico –, não interessa a países como o nosso essa lógica eurocêntrica de destruição, de apequenamento e de eliminação das pessoas, porque passam a ser desnecessárias no mundo onde as máquinas substituem as pessoas. E o Brasil comprou esse discurso eurocêntrico e implementou esse discurso eurocêntrico na reforma trabalhista.

Este momento, Senador, que V. Exa. oportuniza ao Ministério Público do Trabalho e a todos é de importantíssima reflexão para que nós possamos verificar que esse erro existe, nós o reconhecemos e nós temos meios de corrigi-lo. Nós precisamos, portanto, aproveitar esta oportunidade aqui aberta para que... Assim como V. Exa., eu tenho a felicidade hoje de participar da Comissão de Acompanhamento Legislativo do Ministério Público do Trabalho. Então, a gente interage bastante com V. Exas., não só aqui nesta Casa, mas também no Congresso Nacional, exatamente auxiliando o Congresso Nacional, apresentando uma visão mais técnica e também social da nossa instituição.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO DOUGLAS ALMEIDA DE MORAES – O meu amigo Colussi, Presidente da Anamatra, também é irmanado sempre nessa missão; a todo momento a gente se encontra aqui. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

esta é a oportunidade que nós temos para rever caminhos.

E reparem: é interessante como a tragédia da covid-19, de alguma maneira, nos auxilia nesse processo de convencimento dos poderes decisórios de figuras iluminadas como V. Exa. e também seus pares. A covid-19 antecipou em décadas o movimento dessa revolução industrial tecnológica, ela antecipou em décadas em dois vetores: antecipou rapidamente a verificação da superexploração do trabalhador, do descarte desse trabalhador, da redução do poder de renda desse trabalhador, mas também antecipou a verificação de que nós seres humanos temos a nossa vida demarcada em tempo. A cada minuto nós estamos mais próximos da morte...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO DOUGLAS ALMEIDA DE MORAES – A cada minuto nós estamos desperdiçando vida. E o que está acontecendo agora e que já está sendo verificado pela academia, inclusive? Um movimento chamado "grande recusa". As pessoas também perceberam que, ao ficar em casa, finalmente puderam cuidar da própria vida e ter um momento com sua família e estão recusando o retorno às condições de trabalho anteriores, condições que nos levam a questionar até que ponto nós fomos efetivamente libertos da escravidão. Eu ouso dizer que não só a libertação da escravidão é uma tarefa incompleta; na verdade, nós estamos em um caminhar de retrocesso, de reescravização.

Agora a pergunta que fica a todos, para concluir, é a seguinte: será que os brasileiros poderão, assim como os americanos estão fazendo, dizer "não volto ao trabalho nas condições anteriores"? Não, nós não poderemos dizer isso, porque hoje os brasileiros não têm aquelas figuras que estão, até em razão da concentração de renda, disputando quem vai primeiro dominar o espaço. Os brasileiros estão disputando um lugar na fila para poder conseguir um pedaço de osso para poder almoçar, para poder jantar. Essa é a realidade que nós estamos vivenciando no Brasil. Portanto, aqui, Senador, não teremos uma grande recusa; nós teremos uma grande submissão a esse modelo de neoescravização tecnológica e temos que buscar e discutir, porque há caminhos. Há caminhos para aproveitar o que há de bom nessa nova revolução e evitar o que há de nefasto, e nós estamos à disposição para colaborar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Esse foi o Sr. Paulo Douglas Almeida de Moraes, Procurador do Trabalho e representante do Procurador-Geral do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira.

V. Sa. foi brilhante. Gostei que começou falando já da uberização, onde o cara entrega o carro e, se der acidente, o problema é dele, a gasolina é problema dele, o óleo é problema dele, se der acidente pessoal, é problema dele, e o outro só fatura. É o melhor negócio do mundo. Eu não gasto nada, não invisto nada e só faturo. E é isso que eles querem para o Brasil, infelizmente. Você foi brilhante ao falar nesse tipo de postura.

Eu queria dizer que eu tenho muito orgulho de ser Relator do Estatuto do Trabalho. E não foi invenção minha. A maioria das entidades que estão aqui, as centrais e as confederações – o Moacyr vai falar em seguida, inclusive –, ajudaram não construção da ideia. Depois que apresentaram, entrou como uma SUG, para não dizer que era autoria do Paim... Sabe como é o fogo amigo, né? "Isso é coisa do Paim também!" Não. É da sociedade organizada. E pediram que eu fosse Relator. Eu, como Presidente daquela Comissão, claro, avoquei a relatoria, e estamos fazendo debate com todo o Brasil.

Parabéns, viu! Parabéns mesmo. Beleza de fala!

Concedo a palavra agora ao Sr. Luiz Antonio Colussi, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), que também é parceiro nosso, como falou muito bem o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Procurador aqui, em todas as atividades no Parlamento.

Eu sempre digo que a gente não inventa projeto ou proposta. Os projetos apresentados são fruto da sociedade.

Doutor, é com o senhor.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI (Para discursar.) – Obrigado, Senador Paim. Bom dia a todas! Bom dia a todos! Uma saudação, naturalmente, ao Presidente desta sessão especial, Senador Paim, sempre atento, diligente às questões que envolvem o mundo do trabalho, que envolvem os direitos sociais, que envolvem os aposentados, que envolvem os negros e as negras, enfim, atento a toda essa temática social, que está prevista e estabelecida na Constituição da República.

Eu peço vênia a todos os convidados, ao Paulo Douglas, enfim, para que a saudação à Mesa, aos presentes, tenha já sido feita na pessoa do Senador Paim. O tempo, de fato, é muito exíguo, é muito pequeno, mas eu gostaria de saudar também a todos que nos assistem, estão presentes aqui no Plenário, a todos que nos assistem pela TV Senado; saudar os funcionários da Anamatra, o Tharlen, que é o nosso assessor legislativo, e os jornalistas Allan de Carvalho e Weslei. E me permitam os demais colegas fazer uma saudação especial ao Weslei, porque esse jovem começou como estagiário na Anamatra, um homem negro, que estudou, fez jornalismo, é jornalista e está fazendo carreira na Anamatra, para muita honra nossa e muita alegria, Weslei. Então, sinta-se aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas as pessoas não se situaram e quem está assistindo também não. Então, eu vou pedir, de forma muito carinhosa e respeitosa, para o Weslei que levante só para situar. Esse é o Weslei que ele citou.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Weslei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O orgulho da juventude! (*Palmas.*)

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Obrigado, Weslei, pela presença e pelo teu trabalho na Anamatra, divulgando as nossas ações.

São tantas questões, Senador Paim, para falar. Eu vou pontuar alguns aspectos que entendo mais relevantes, deixando de lado aquilo que eu havia previamente colocado.

Tenho impressão de que o momento marcante da solenidade foi a reportagem que retrata o resgate da Sra. Madalena. De fato, um momento extremante importante.

A Justiça do Trabalho, a Anamatra, as Amatras, que são as associações regionais, trabalham muito nessa questão que envolve o combate ao trabalho escravo e o combate ao trabalho infantil. E temos situações de trabalho infantil combinadas ou acrescidas pelo trabalho escravo. Eu estou voltando, Senador Paim, do nosso 20º Conamat, o Congresso Nacional dos Magistrados e Magistradas da Justiça do Trabalho, em Pernambuco. E nós voltamos efetivamente revigorados.

Por exemplo, uma das atividades foi assistir e debater o filme Pureza, do cineasta, do diretor Renato Barbieri. É um filme que nós não podemos deixar de assistir. Conta a história de D. Pureza – eu não vou aqui antecipar –, que perdeu o filho para o trabalho escravo. O filho desapareceu e ela saiu em busca do filho, da recuperação do filho.

E o filme mostra, com a realidade, a crueza que é o trabalho escravo. É um filme que vai entrar inclusive no circuito comercial agora no mês de maio. Então, nós temos que assistir ao filme e prestigiá-lo. É um filme construído com recursos de ações da Justiça do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho, com destinação de recursos de ações civis públicas e de recursos que até mesmo a Anamatra e juízes do trabalho ajudaram com valores pequenos, mas que construíram esse filme a que todos nós temos que assistir.

A precarização continua e é muito forte. Então, nós precisamos pensar, trabalhar no sentido de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

buscar novamente estar atentos à valorização dos trabalhadores, à rendo dos trabalhadores, assim como também à valorização das carreiras da magistratura, dos juízes do trabalho, enfim, de todos aqueles que laboram. Essa precarização vem desde a reforma trabalhista, desde a terceirização ampla, passando por medidas provisórias.

E nós só vimos a encontrar aqui, no final do ano passado, Senador, no Senado... Eu cumprimento a todos os Senadores e Senadoras por terem aprovado esta sessão, compreendendo a importância desta sessão, desta comemoração, que eu chamo de reflexão. Aqui no Senado encontramos a resistência, apenas citando a Medida Provisória 1.045, que foi rejeitada aqui pelo Senado Federal. Então, isso é de fato muito importante.

A reforma trabalhista não trouxe a promessa de diminuir o desemprego; pelo contrário, aumentou o desemprego – hoje somos mais de 14 milhões de desempregados –, e ainda provocou a perda da renda dos trabalhadores, o que é prejudicial para si e para toda a sociedade brasileira.

Nós ouvimos lá no Conamat, Senador Paim, o exemplo da magistrada Rosa María Virolés Piñol, que é magistrada do Supremo Tribunal de Espanha, mostrando a importância e a necessária revisão da reforma trabalhista espanhola. E esse debate está aqui.

E eu gostei muito quando V. Exa. disse que é importante que todos os candidatos se debrucem sobre esse tema. Nós não temos preferência por nenhum candidato, mas gostaríamos que a pauta da revisão, quem sabe a revogação, da reforma trabalhista possa ser encampada – por que não? – por todos os candidatos. Isso seria o melhor dos cenários, o melhor do mundo.

Sobre a questão dos acidentes de trabalho aqui mencionada, enfim todos os dados apresentados mostram que precisamos avançar e fazer muito ainda para melhorar.

Senador Paim, geralmente, V. Exa. é quem lê a carta, comunica a carta do congresso, do 20º Congresso. Dessa vez eu vou pedir licença para antecipar alguma coisa e, depois, o senhor poderá, naturalmente, dar o tratamento adequado em razão do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu já me comprometo a ler, independentemente da sua leitura, numa manifestação de apoio, porque eu sei que ela vem ajudar o povo trabalhador.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Sem dúvida! E isso é importante, Senador, porque os juízes e as juízas lá, em Pernambuco, na plenária final, expressaram o seu irrestrito compromisso de promover e aplicar os direitos fundamentais das cidadãs e dos cidadãos trabalhadores, de acordo com a Constituição, como alicerces para o exercício da liberdade de todas e todos e a permanente busca da redução das desigualdades históricas e estruturais, para que, no ambiente de trabalho, resulte na completa igualdade de gênero, etnia, idade, raça, e na visibilização e proteção de todas as pessoas que trabalham e são, historicamente, discriminadas e vulneráveis.

Exaltamos o 1º de maio como o dia internacional das trabalhadoras e dos trabalhadores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – ... e como um marco na luta, no reconhecimento, na conscientização e na efetividade dos direitos humanos. E que, nesta quadra histórica da digitalização da sociedade, deve-se voltar a lançar luzes à racionalidade sobre as severas consequências sociais, econômicas e políticas do trabalho em plataformas digitais. Na verdade, a plataforma, como bem dito, é que fica com o lucro, mas quem efetivamente trabalha e tem o desgaste – e o trabalho é humano – é o trabalhador, é o motorista, é o entregador. Há uma tese aprovada que, inclusive, ressalta a possibilidade, dentro da convicção de cada juiz e de cada julgador, de que venha realmente a ser reconhecido o vínculo de emprego daqueles que trabalham em plataformas digitais, a exemplo de recente decisão do TST.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O tempo de fato está esgotado, mas, trazendo essas pequenas informações, esses pequenos detalhes, que são grandes, nós mostramos a fundamentação, Senador Paim, de que a Anamatra se mantém firme nesse ideal, firme no compromisso, como juízes e juízas, de cumprir a Constituição da República e, acima de tudo, de valorizar os direitos sociais, de concretizar os direitos sociais.

Muito obrigado. Devolvo a palavra. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Meus cumprimentos ao Juiz Luiz Antonio Colussi, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). Digo ao Colussi: você é testemunha da história.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sou um defensor permanente da Justiça do Trabalho. Quando o conflito, lá na ponta, não tem mais saída, eu, como sindicalista, sempre me socorria na Justiça do Trabalho, e, normalmente, pela justeza do pleito, eu era atendido.

Sabe, aqui dentro, eu tenho esse papel. Já tentaram, diversas vezes, acabar com a Justiça do Trabalho, mas, como eu digo, só por cima do meu cadáver, porque nós temos que ter um caminho a seguir.

Mas o nosso querido Colussi comentava comigo aqui... Eu estava na dúvida de qual era o filme de que uma parte foi filmada no meu gabinete, se era Pureza ou se era Medida Provisória. Já que, numa pré-estreia, eu fui convidado para ver os dois e fiquei na dúvida.

Mas, aqui, o gabinete me mandou o que eu tuitei, para tirar a dúvida. "Mas, Senador, o senhor tuitou isto aqui!"

> Deixo meu abraço ao Renato Barbieri, diretor, e ao Marcus Ligocki, pela produção cinematográfica, e a todo o elenco e equipe do filme Pureza. Meu gabinete, em Brasília, foi escolhido para ser um dos cenários desse filme muito importante, que denuncia o trabalho escravo no Brasil. Eu me sinto honrado e agradecido por fazer parte dessa história.
> A cena gravada em meu gabinete contou com os atores Dira Paes, que interpreta Pureza Lopes Loyola, maranhense, que peregrinou pelo Pará em busca do filho aliciado para o trabalho escravo, e Antônio Grassi, que fez o papel do Senador Chico Campos, do Estado do Pará.

Nós, sem sabermos, estamos na mesma trincheira...

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Na mesma!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... sempre!

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Isso!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E, por isso, eu faço esse registro tão importante.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – E a interpretação... Não estou falando que o senhor não possa transmitir. A interpretação da Dira Paes, como Pureza, como D. Pureza, está magnífica, sensacional, Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu não fui à pré-estreia dos dois. O Medida Provisória é do Lázaro Ramos, se não me engano, não é?

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – É, exato!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mas eu vou assistir aos dois. O Lázaro também nos convidou, e eu acabei não indo, como não fui também ao Pureza. Depois daquela pré-estreia, haveria um bate-papo sobre o filme. Infelizmente, eu não pude ir a nenhum dos dois. Peço desculpas em público, aqui. São dois filmes muito, muito queridos, muito importantes.

Muito obrigado, Colussi, por tudo. A nossa parceria vai continuar eternamente.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Sempre, sempre!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Há dois Vereadores no Plenário, que pediram que eu registrasse... Eu vou dizer por que eu registro: não é porque eles são do Rio Grande; é que, nesta semana, vieram aqui inúmeros Vereadores e Prefeitos e pediram para que eu registrasse a presença deles.

Eu estou me cuidando muito. Eu não sou mais nenhum guri, ouviu? Eu nunca escondo a minha idade. Eu sou de 1950. Então, vocês calculem! Eu não peguei ainda o tal de covid e não quero pegar. Estou vindo ao Senado em dias em que presido Comissão ou presido Plenário.

Eles estiveram aqui e ficaram muito tristes porque não tiraram aquela foto tradicional que a gente tira.

Então, quero dizer: Vereador Paulo Ricardo, de Santa Maria, tirar foto com você, para mim, vai ser como pagar uma dívida.

Aqueles todos que estiveram aqui... Aqui está o Paulo Ricardo, e vamos tirar fotos quando terminar a sessão. Eu não pude tirar foto com eles, porque eu não estava aqui.

E também o Vereador... É Rafa? (*Pausa.*)

É o Rafa Castro, de Sant'Ana do Livramento, no Rio Grande do Sul. Também vamos tirar foto no final, aqui.

Vocês estão me salvando, porque eu posso dar esta explicação em público.

Foram dezenas de Prefeitos! "Ah, mas não vi o Paim! O Paim não nos recebeu!" É que eu não estou vindo. Estou vindo aqui nestes momentos especiais. Eu faço o trabalho virtual da residência, todos os dias. "Mas eu o ouvi falando lá." Mas falo da residência. Tenho um escritório na residência e de lá eu falo todos os dias.

Então, peço uma salva de palmas aos Vereadores e Prefeitos de todo o Brasil, que aqui vocês estão representando. (*Palmas.*)

Obrigado.

Então, de imediato, agora, passo a palavra, por dez minutos, à Sra. Elisângela dos Santos Araújo, integrante do Napp Agrícola e Agrário da Fundação Perseu Abramo e Secretária Agrária Nacional do Partido dos Trabalhadores.

Elisângela, é contigo!

A SRA. ELISÂNGELA DOS SANTOS ARAÚJO (Para discursar. *Por videoconferência.*) – Bom dia! Boa tarde já, não é?

Senador, quero agradecer o convite.

Um bom-dia também e uma saudação especial a todos e todas que estão na sala virtual e também aos que estão na sala presencial, nesta importante sessão que a gente tem hoje, aqui, pela manhã, com muitas informações importantíssimas de um segmento da classe trabalhadora do campo e da cidade.

Em especial, quero trazer presentes aqui as questões relacionadas ao trabalhador rural, ao agricultor e à agricultora familiar.

Eu sou uma agricultora familiar aqui da Bahia. Sou natural de Valente, sou do Sertão baiano. E tenho uma trajetória de luta, de militância no movimento sindical dos trabalhadores e das trabalhadoras na agricultura familiar. E hoje também estou fazendo parte, sou Secretária... estou Secretária Agrária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nacional do PT e fazemos parte também do Napp, que é o espaço que temos na Fundação Perseu Abramo e que faz o debate com as organizações, com a academia, com todas as lideranças sobre essas questões relacionada ao agrário, ao desenvolvimento agrário brasileiro.

Quero agradecer imensamente por essa oportunidade de a gente falar aqui sobre um segmento tão importante para o desenvolvimento econômico e social do país, o desenvolvimento produtivo, a produção de alimentos, produção de riqueza do nosso país.

Nós estamos falando aqui – já tivemos várias falas e intervenções muito qualificadas – sobre a realidade dos trabalhadores e das trabalhadoras, dos 18 milhões de trabalhadores rurais, empregados rurais que temos no Brasil e que ainda, em pleno século XXI, ainda a gente tem trabalho semiescravo, trabalho análogo e tudo isso que a gente trouxe presente aqui de precarização do trabalho, desses trabalhadores e trabalhadoras em todo o país.

Falamos aqui também... E o Senador falou, logo no início, da importância de quando ele visitou uma unidade produtiva da agricultura familiar no Rio Grande do Sul, mas essa é uma realidade dos 5 milhões... Nós temos no Brasil 5 milhões de estabelecimentos rurais, 41% do total da área do país. E nós temos no Brasil 4,36 milhões de estabelecimentos agropecuários que são de agricultores e agricultoras familiares. Esse público, essa população tão importante, que está nessas unidades produtivas, produz 70% – e mais de 70%; em algumas culturas, alguns produtos, até 100% – da produção de alimentos consumidos pela população brasileira. Também o Senador colocou muito claramente: todos precisam, a gente precisa da educação, da saúde, de todas as políticas públicas, de todos os benefícios, mas quem vive sem se alimentar? A gente precisa de, pelo menos, três alimentações diárias para sobreviver com qualidade.

Então, a agricultura familiar brasileira tem demonstrado esse potencial de produção de alimentos e de produção de um alimento saudável acima de tudo, quando nós estamos num país que, a cada dia, libera muito mais agrotóxico para a produção de alimento – veneno.

Mas a agricultura familiar ainda é o segmento com todos os desafios que esse segmento tem, em todos os aspectos. Falando em termos de investimento, nunca foi, por mais que a gente, em alguns momentos de governo, como o Governo Lula, Governo Dilma, que fizeram investimentos nesse segmento, mas nunca foi um setor estratégico para o desenvolvimento econômico e produtivo do país. Mas esse modo de vida que a população do campo, das águas e das florestas, que tem produzido o alimento saudável, que tem colocado na mesa da população deste país, nós estamos vivendo dois anos de pandemia...

Agora a pandemia, graças à vacina e às nossas lutas todas de muitas lideranças políticas, de governos estaduais, que a gente conseguiu avançar na perspectiva da vacina, a gente está vivendo um momento mais tranquilo, mas ainda continua tendo vítimas essa pandemia. E, nessa situação de pandemia, esse segmento tão importante para alimentar a população deste país, para a preservação e conservação das nossas riquezas naturais, não teve, até hoje, nenhum incentivo por parte do Governo Federal de políticas e de ações emergenciais para conseguir produzir alimentos, mas nós temos a resistência e demonstramos aí o potencial produtivo que esse segmento, que essa população teve, que esses trabalhadores e trabalhadoras continuaram produzindo alimento.

O Congresso, o Senado, aprovou a Lei Assis Carvalho I, Assis Carvalho II, o Governo sancionou, a gente derrubou esse veto, mas até agora não foram criadas as condições, de fato, para que os trabalhadores... E essa semana, a semana passada, o que a gente recebeu foi um corte drástico aí em todas as políticas relacionadas ao investimento para a agricultura familiar. Trabalhadores, que é isso? Jornadas intensas de trabalho! A gente começa a trabalhar, vai dormir com as estrelas, como disse o Senador, e acorda antes de o Sol nascer, e é essa a verdade.

Há lavouras e há trabalhos nossos que são muito mais... Para mim, que sou uma agricultora familiar do Semiárido, que ainda tem as questões relacionadas ao clima, à condição de produção, à questão hídrica,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

à água e tudo o mais para produzir, ainda é muito mais difícil, a produção é muito mais desafiadora. Essa precarização do trabalho, essa condição de produzir é muito maior.

Então, num dia como hoje, numa sessão como esta, Senador, quero lhe parabenizar por trazer esta oportunidade de a gente falar desse segmento tão importante para o desenvolvimento econômico e social.

A agricultura familiar gera renda, gera emprego. Mais de 10 milhões de pessoas sobrevivem desse trabalho, dessa produção, mas é uma situação extremamente precarizada. Hoje se vê a relação para a aposentadoria, para se conseguir um benefício, como as reformas que foram feitas aí, nesses governos mais recentes, que tiram cada vez mais a condição de um trabalhador desse, que começa a trabalhar... A gente começa a trabalhar no campo desde criança.

Eu também trabalhei em trabalho infantil, no sisal, e a gente sabe como é isso, o quanto a gente lutou para erradicar o trabalho infantil. Mesmo assim, ainda a gente tem esse trabalho infantil, essa condição de trabalho semiescravo com esses trabalhadores e trabalhadoras. Por mais ação, como foi colocado aqui, que exista de fiscalização e tudo mais, a condição ainda é muito precarizada.

E, falando em um segmento importantíssimo para a produção de alimentos, para o cuidar das propriedades, nesse universo todo que estamos falando, em um Brasil que tem potenciais riquíssimos de produção, desde o clima ao solo – em qualquer bioma, em qualquer território deste país, a gente consegue produzir alimentos e alimentos com qualidade –, mesmo assim, as nossas condições, por falta de investimento, em um segmento importante que somos nós mulheres no trabalho da agricultura, no trabalho da produção de alimentos... Nós mulheres somos responsáveis – isto são dados estatísticos do Censo Agropecuário, do mais recente, de 2017 – por cuidar, em 80% das propriedades, das unidades produtivas. As mulheres conseguem fazer todas as atividades produtivas dentro da propriedade, mas só estamos no controle econômico de 20% dessas unidades produtivas no Brasil. Então, é muita desigualdade na relação de trabalho, na condição de trabalho, mas nós somos a mão que alimenta a nação, nós somos o setor reconhecido pela ONU (Organização das Nações Unidas) como o setor capaz de produzir alimentos conservando e preservando as riquezas naturais, o alimento de verdade, de salvar o planeta e de defender a vida.

Muito obrigada por esta oportunidade, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Brilhante exposição! Nossa salva de palmas aqui para Elisângela dos Santos Araújo. (*Palmas.*)

Ela aqui falou sobre o dia 25 de maio, que é o Dia Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Área Rural. Ela falou muito bem das dificuldades, da falta de investimentos. Com certeza, nessa fala, se deixa claro que 70% da alimentação do povo brasileiro vêm da agricultura familiar. Entendi também que há casos, em alguns tipos de alimentação, em que isso é 100%. Por isso, nós lamentamos o veto. Lamentamos, porque derrubamos o veto, e – você explicou muito bem –, até o momento, não veio a resposta adequada. Eu quero aqui dizer: vida longa, vida longa mesmo principalmente àqueles – sejam homens, sejam mulheres – que atuam na área da agricultura familiar, que é fundamental, como você disse, para o brasileiro ter três refeições durante o dia. Eu ia dizer – ia dizer e não disse – que são principalmente as mulheres: você fala que são 80% que tocam a importante agricultura familiar. Parabéns! Bela fala!

Passo a palavra agora, neste momento, também por dez minutos, ao Sr. José Gilberto Gomes dos Santos, que é Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap). Quase todos os anos, eu participo dos congressos da Cobap. Eu me lembro aqui do Warley e de tantos outros, desde a D. Maria, lá de atrás ainda...

O SR. JOSÉ GILBERTO GOMES DOS SANTOS – O Presidente ainda é o Warley...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Continua o Warley, não é?

O SR. JOSÉ GILBERTO GOMES DOS SANTOS – Continua o Warley. Eu sou Diretor de Seguridade Social.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você está representando aqui o Warley.

O SR. JOSÉ GILBERTO GOMES DOS SANTOS (Para discursar.) – Na pessoa do Senador Paulo Paim, eu cumprimento a todos e a todas que estão presentes.

Em nome da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap), agradeço o convite do Senador Paulo Paim e do Senado para essa sessão especial, que celebra o tão importante Dia do Trabalhador, a Abolição da Escravatura e o Dia do Trabalhador Rural. São dias fundamentais para refletirmos acerca do papel imprescindível dos trabalhadores na sociedade, mas também sobre a longa e árdua história de conquista de direitos desses trabalhadores, que recentemente tiveram os seus direitos cortados através da reforma trabalhista e previdenciária. Nessa questão, a gente vê, nessa reforma, o mal que fez aos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras a questão da previdência social. Hoje, tem em torno de dois milhões, dois milhões e poucos trabalhadores e trabalhadoras que pediram sua aposentadoria e, até agora, não tiveram nenhum resultado, não é?

Por isso, estamos aqui fazendo esse protesto para que haja alguma solução para esses trabalhadores. Esses trabalhadores, hoje, que estão sendo penalizados, estão sendo penalizados por causa da covid. E agora? O que vão fazer, o que o Governo Federal vai fazer para tirar os trabalhadores dessa situação? A situação está muito grave e até trabalhadores e trabalhadoras, quando estavam afastados com auxílio-doença, por acidente de trabalho, aposentadoria por invalidez... Aconteceu um caso com uma senhora que era associada nossa, em que ela foi fazer a perícia e, quando chegou lá na perícia – ela, agora, já completou os seus 60 anos de idade; ela estava com 58 anos de idade –, frágil e tal, os peritos, quando olharam a situação da companheira, da jovem, disseram assim, na frente dela: "Rapaz, não vamos... Vamos dar a...". É um descaso muito grande, é uma humilhação muito grande em cima dos trabalhadores e trabalhadoras.

Os trabalhadores rurais enfrentam desafios ainda maiores com relação às condições de trabalho, à informalidade, à mecanização e, pasmem, ao trabalho escravo. É urgente assegurar os direitos à categoria. Não tem como pensar na luta por direitos, no país, sem considerar a nossa história. A abolição da escravatura, ocorrida no 13 de maio de 1888, foi resultado de muita luta, pressão popular, resistência contra a escravidão. Apesar da abolição, são recentes e poucas as políticas, as ações efetivas de reparação histórica; ainda há muito a reparar.

Como representante da Cobap, não posso deixar de ressaltar o descaso com aqueles que dedicaram a maior parte da sua vida ao trabalho, que somos nós aposentados. Ao chegar à idade mais avançada, tornam-se idosos, têm pouquíssima garantia de uma vida digna, além de perderem direitos referentes à alimentação, à saúde. Ao se aposentar, o cidadão vê sua aposentadoria reduzida ano a ano, com um reajuste que não acompanha o reajuste do salário mínimo. Isso acarreta uma perda drástica do poder de compra e por isso nos falta um recurso básico para uma vida digna.

Além de assegurar a política de proteção aos direitos das pessoas idosas, é necessário garantir a existência das entidades que trabalham em prol do segmento, promovendo educação, saúde, bem-estar. É urgente também aprovar o décimo quarto salário do aposentado, 4.367/20, que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados. Aprovada, a lei vai garantir benefício, entre 2022 e 2023, às aposentadorias e pensões. Foram esses aposentados que salvaram diversas famílias durante a pandemia, com o aumento de desemprego e das dificuldades levando os milhares de idosos à situação precária na sua existência.

Senhoras e senhores trabalhadores, trabalhadores rurais e negros, as minorias precisam de reconheci-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mento. Quem não reconhece o passado não merece o presente. Quem não luta pelos seus direitos não é digno deles.

Sobre a questão da aposentadoria e das pensões, você vê hoje o que é que vem acontecendo com os aposentados: têm o salário achatado. Aí veio a pandemia... O que aconteceu na pandemia? Desemprego dos filhos, desemprego dos netos. Foram para onde essas pessoas, os filhos? Para a casa dos pais, para a casa dos avós. E hoje isso está acarretando uma coisa muito drástica em cima do aposentado. É um momento em que tem que se fazer uma reflexão de como salvar esses aposentados. Esse décimo quarto, Paulo Paim – você está acompanhando –, não vai salvar, mas pelo menos vai amenizar o sofrimento dos aposentados.

Outro momento drástico em cima também dos aposentados e das pensionistas se chama empréstimo consignado. Eu não sou contra o empréstimo consignado, não. Eu sou aposentado, já pedi empréstimo consignado. O mais grave que está acontecendo em todo o país é que chega qualquer financeira e joga um dinheiro na conta do aposentado. Quando o aposentado vai à conta, está lá um depósito de 2,2 mil, 1,8 mil, e ele vai e saca aquele dinheiro. No mês seguinte, o aposentado não tem dinheiro. Eles estão jogando, estão brincando, estão com maldade com os aposentados e pensionistas.

Eu sou Presidente de uma associação de aposentados em Paulista, Pernambuco, e o pessoal chegou, me viu... Meu nome é Gilberto Tim Maia, todos me conhecem mais como Tim Maia, e tudo que está acontecendo... Olha, a gente procura um jurídico, e aí quando abre, a gente não pode pegar esse caso porque não tem retorno para usar, com os advogados, porque uma pessoa... Mas agora a gente contratou um grupo de advogados que vão cuidar dessa parte. É drástico: o Senado e a Câmara dos Deputados... Tem que sair uma lei que proíba... Eu sou aposentado e já vieram para a minha conta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ GILBERTO GOMES DOS SANTOS – ... três empréstimos sem eu pedir empréstimo.

E, por isso, eu agradeço a todos e a todas. Este momento, eu sempre gosto de falar que esse é um momento mágico para todos os trabalhadores e trabalhadoras. Já liguei para o pessoal lá em Pernambuco, que estão ligados à TV Senado, assistindo, não é? Quero agradecer à associação de aposentados de Paulista e à federação de que também sou Vice-Presidente.

Agradeço a vocês, e me desculpem qualquer falha, mas está aqui um trabalhador falando a língua do trabalhador.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, meus parabéns! Parabéns, José Gilberto Gomes dos Santos! E fica aqui meu carinho.

Eu sei que, quando a moçada preencheu aqui e botou o Presidente da Confederação Brasileira, na hora eu olhei: "Aqui tem...". Foi por isso que eu falei o nome do Warley. O Presidente é o Warley, uma liderança incontestável. Eu tenho muito carinho pelo Warley, como tenho por você, Zé Gilberto. Você é um líder também da categoria. Fica aqui meu abraço também a você, Warley, viu? Eu quero ver se eu vou no próximo congresso, que é em Santa Catarina, não é? Isso, estou sabendo já que é em Catarina, porque ele já me deu um toque.

Mas eu queria também falar rapidamente, porque este assunto do décimo quarto, se você hoje botar nas redes sociais, é o assunto mais falado – o décimo quarto para o aposentado. Foi uma iniciativa de São Paulo, foi de um grupo de aposentados e blogueiros que conseguiram milhares e milhares de assinaturas, mandaram para a Comissão de Direitos Humanos, em que eu sou o Presidente, e pediram se eu podia avocar a relatoria. É claro que eu avoquei a relatoria e dei o parecer favorável – ele está pronto para ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

votado. Foi a primeira proposta de décimo quarto que surgiu no Congresso, e veio de São Paulo. Eu sempre dou a origem, para não dizerem que eu é que inventei. Veio de São Paulo, e, se não me engando, foi o Dr. Sandro quem a encabeçou. Chegou aqui no Congresso, e eu apresentei. E depois apresentaram outros projetos também na Câmara, legítimos – porque a iniciativa pode ser da Câmara ou do Senado.

Então me perguntam: "E daí? Como é que fica?". Eu digo: "Olha, o primeiro que for aprovado, ou no Senado ou na Câmara...". Os dois estão aptos já para votar: o meu, que está aqui no Senado, e o que está lá na Câmara. O que aprovar primeiro anexa na outra Casa, e prevalece a Casa de origem. O importante é aprovar o décimo quarto. Por isso é que eu esclareço isso a todos.

Mas também não vendo ilusão: o movimento existe, mas é muito difícil. Isso já era para ter sido aprovado no ano passado. A entrada que nós demos foi ainda no ano passado. Infelizmente não foi aprovado ano passado. E vejo muita dificuldade de aprovar este ano.

Se houvesse boa vontade, era só baixar uma medida provisória; baixa uma medida provisória assegurando o décimo quarto para esse setor que até agora não ganhou nada. O aposentado e o pensionista, como você falou muito bem, sofreram muito com a pandemia e não tiveram nenhum tipo de auxílio. E o teu argumento é sólido, num momento como este, de desemprego, de miséria, de pandemia, o aposentado acaba segurando as pontas da família, como você explicou, e eu não vou repetir. Então, os dados mostram que dá para segurar, basta a vontade política para acontecer. O melhor era uma medida provisória, sim, independentemente de onde venha, o importante é que isso vai atender os interesses dos aposentados e pensionistas. Vem para cá, apensa-se a esse projeto, vota-se. E medida provisória entra em vigor no outro dia – essa é a vantagem de uma medida provisória quando ela é propositiva e afirmativa. Se editar hoje, amanhã já está garantido o décimo terceiro para os aposentados.

Então, um abraço, Gilberto; um abraço, Warley e toda a Diretoria da Cobap.

Neste momento, eu passo a palavra ao Sr. Moacyr Roberto Tesch, Vice-Presidente da Nova Central.

Quero dizer que o Moacyr pediu que eu dissesse aqui que o Sr. Oswaldo Augusto de Barros, Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores e Presidente da Nova Central, só não está aqui porque teve um problema seriíssimo de doença. Ele vinha presencialmente. Como ele não pôde, o Moacyr, que é um líder incontestável, líder também da confederação, vai representá-lo.

Então, com muita alegria, Moacyr, você que é uma liderança incontestável em todo o Brasil, eu passo a palavra, neste momento, ao Sr. Moacyr Roberto Tesch, Vice-Presidente da Nova Central.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD (Para discursar. *Por videoconferência.*) – Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar o nobre Senador Paulo Paim e todos os Senadores que estão presentes. Gostaria de cumprimentar também todos os participantes deste grande evento, os trabalhadores, as trabalhadoras, toda a sua equipe técnica, que a gente está vendo aqui, porque, graças a eles, este evento está acontecendo, são pessoas invisíveis que fazem as coisas acontecerem. Gostaria também de cumprimentar a equipe do seu gabinete, que tem dado suporte às nossas reivindicações e apoio a V. Exa.

Senador Paulo Paim, também conforme V. Exa. já informou, o Prof. Oswaldo gostaria imensamente de estar presente, mas, lamentavelmente, não foi possível.

Questiono-me, Senador: o que que nós podemos comemorar neste 1º de maio? Eu acho que a única coisa que nós podemos comemorar é a vida das pessoas que ainda permanecem e continuam lutando. V. Exa. tem sido nossa trincheira em todos os momentos das reivindicações dos trabalhadores.

Eu gostaria de parabenizar a todas as centrais sindicais, que ontem fizeram um evento muito grande em São Paulo e na maioria dos estados. A unificação das centrais foi muito importante, foi construído um documento que será entregue a todos os candidatos a Presidente.

Nós temos muitas divergências entre uma central e outra, mas o que nos une, que é o interesse do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

trabalhador, o bem-estar do trabalhador, faz-nos fazer as nossas ações unificadas.

Dentre as ações que a gente teve, eu gostaria de registrar alguns itens que foram trabalhados e que fazem parte desse documento. Nós estamos trabalhando e vamos pedir aos presidenciáveis, Senador, que recuperem o salário mínimo. V. Exa. tem participação muito especial. V. Exa. já foi chamado de o "Senador do salário mínimo". E V. Exa. assim era chamado porque defendia os US$100. E nós já tivemos o salário mínimo a quase US$400! Hoje, estava fazendo contas, e estamos em torno de US$240. Então, nós perdemos muito, os trabalhadores perderam muito.

Nesse documento, a gente trabalha para resgatar a reforma agrária, que foi deixada de lado durante esse período de governo, e para revisar as políticas de preços de produtos essenciais. É impossível imaginar o preço de um litro de azeite, pagar R$14 no quilo da cenoura, o arroz está lá em cima, o feijão também. A cesta básica nossa está impraticável.

Nós estamos pedindo o retorno aos conselhos e as conferências, conselhos de todas as ações que foram demolidos. Simplesmente acabaram com tudo isso. E acabar com conselhos e com conferências de todos segmentos é deixar a sociedade de lado, é não escutar a sociedade. E isso, lamentavelmente, foi feito.

Nós estamos pedindo a reestruturação da estrutura sindical. Simplesmente acabaram com o movimento sindical brasileiro e jogaram uma pá de cal para que a gente não fizesse nada. Mas o nosso querido e sempre lembrado Calixto sempre dizia que o movimento sindical é uma chama e que essa chama nunca se apaga. E nós temos absoluta certeza, passamos por muitas dificuldades, mas igual a essa nunca.

Nós estamos brigando e trabalhando para que os futuros candidatos promovam uma política para as pequenas e médias empresas, que são as geram maior quantidade de empresa e com menos custo para o empresário; a recuperação do meio ambiente; e a nossa luta eterna, Senador – e V. Exa. tem estado sempre junto com a gente –, a luta da jornada de 40 horas. Não é porque a gente quer trabalhar menos, é que, se nós diminuirmos a jornada de trabalho, vamos ter mais vagas de emprego, será mais gente trabalhando e, neste momento em que a gente tem 12 milhões de desempregados, a gente tem que procurar meios, fórmulas para que a gente pudesse resgatar... O trabalhador, o ser humano, ninguém gosta de viver de auxílio; todos os seres humanos gostam de comprar e ter seu pão de cada dia como resultado do seu trabalho e não de viver do auxílio de um ou outro governo.

Nós temos a preocupação de eu ter um salário igual e condições iguais, como já foi colocado aqui, para homens e mulheres, porque é impossível aceitar essa discriminação. A Convenção 151, a 158, por que nós tanto lutamos... E não me cansa dizer que V. Exa. tem sido a nossa trincheira. Nós temos que reverter essa terceirização maldita, sem limites, porque hoje nós temos empresas sem ter um empregado sequer; retornar e voltar à discussão e dar limites também à jornada intermitente. Não podemos aceitar.

V. Exa. foi fundamental numa audiência que nós tivemos aí no Congresso, com mais de 30 países que vieram ao Brasil para discutir no que a gente estava trabalhando, a Contraf, a Nova Central e o Ministério Público, para acabar com a jornada intermitente numa determinada empresa. E graças ao seu apoio e ao do Ministério Público nessa negociação, a gente conseguiu eliminar a jornada intermitente.

Nós temos que pensar... Eu sempre dizia que nós só tínhamos dois ministérios: um Ministério do Trabalho e um Ministério da Previdência. O resto, os trabalhadores faziam parte do conselho, daqui, de lá, mas não eram nossos. Lamentavelmente, neste Governo eles tiraram os únicos dois ministérios que eram nossos. E agora reverteram o Ministério do Trabalho, porque parece que o Ministério não é do trabalho, é para acabar com o trabalho, é para eliminar as condições do trabalho, eliminar o que os nossos avós, nossos tataravós conseguiram compilar com uma jornada de anos e anos de sacrifícios.

Talvez nós temos, Senador... V. Exa. tem todo o nosso apoio e dos movimentos sindicais, eu posso garantir isso, porque o Estatuto do Trabalho é fundamental para nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nós temos que valorizar os nossos educadores, os nossos professores. Na nossa época, em que gente sentava num banco de escola, o professor era uma figura intocável. Hoje, lamentavelmente, alguns alunos pensam que são maiores do que os professores, desrespeitando-os e massacrando-os. Nós não podemos aceitar isso! Nós temos que valorizar. Se todos nós que estamos aqui participando desta audiência temos condição de falar da forma como foi apresentado, nós tivemos lá uma professora no primário, no ginásio, no secundário, na faculdade. Foram elas as grandes pessoas que nos conduziram a ter essa condição de hoje sermos pensadores, discutindo este país. Nós temos que valorizar...

E são questões que a gente está apresentando, Senador – algumas delas. A questão da manifestação das atividades culturais. Conseguiram abafar isso aqui, como se jogassem um... para que acabassem com a nossa gestão.

Então, Senador, além de tudo, nós temos que pensar com muito carinho nas nossas posições no próximo governo. Nós temos uma campanha dentro da Contraf, que é presidida pelo companheiro Wilson Pereira, de que o voto é uma procuração assinada em branco. E é verdade isso. Quando nós passamos essa procuração para quem nós elegemos, damos-lhe o direito de tanto fazer o bem para nós como fazer a desgraça, como este Governo, que é inquilino-mor do Palácio do da Alvorada, que tanto tem pisoteado o nosso trabalhador. É de se ficar indignado, Senador – o dia 1º de maio não é dia de festa, é dia de reivindicação, é dia de pensar o momento por que a gente está passando –, o inquilino do Alvorada, inquilino-mor, sai pela rua fazendo passeatas, como se o trabalhador fosse o dono de todos aqueles carros e estivesse participando de uma comemoração. Que comemoração nós temos? Nossa vida só piorou. Graças ao SUS, graças aos nossos trabalhadores do Sistema Único de Saúde público que não morreu mais gente, porque já morreu gente demais.

Então, Senador, eu gostaria mais uma vez de agradecer a oportunidade. Que o nosso Professor, Deus ajude, se recupere o quanto antes, para estar junto nessa campanha, para nós não deixarmos de fazer essa campanha do voto, da valorização do voto.

Não adianta nós só elegermos também um determinado Presidente, nós temos que eleger, dentro do Congresso Nacional, pessoas que deem suporte a uma pessoa que tenha condição de tocar este país, porque sozinho ele não faz nada – é que nem andorinha, não faz verão.

Com isso, Senador, eu gostaria mais uma vez de agradecer a oportunidade. E só para tacar uma pimentinha na história: tem tanta gente que critica o Movimento Sem Terra, o pequeno agricultor, mas, na hora de comer os produtos orgânicos, é eles que vão procurar; não é o grande empresário que planta arroz, feijão, soja, coisas e tal. Nós precisamos deles também, mas os pequenos agricultores do MST são os maiores produtores dos hortifrútis orgânicos que vêm à nossa mesa.

No mais quero agradecer a todos, a V. Exa. Que Deus lhe dê muita saúde, sabedoria V. Exa. tem. Nós precisamos de vida longa para continuar defendendo o povo brasileiro.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Moacyr Roberto Tesch, Vice-Presidente da Nova Central, que comentou, com muita propriedade, porque foi um dos organizadores, o ato das centrais no dia de ontem. Foi em São Paulo, mas, naturalmente, também com repercussão na maioria dos estados, para não dizer em todos os estados. Atos unitários lembrando a importância do 1º de maio e a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Achei legal que você lembrou aí... Eu vou dizer o nome da empresa que você trouxe para nós aqui no Senado, trouxe 30 países, por causa do trabalho intermitente, porque tem alguns que não entenderam a maldade desse trabalho: é o McDonald's. Eu digo isso não de forma pejorativa, mas de forma positiva, porque, graças ao trabalho coletivo, liderado por V. Exa., eu participei como Senador, nós conseguimos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fazer com que revertessem o trabalho intermitente, e está mantido até hoje.

Então, parabéns a V. Exa.; parabéns a todas as centrais, todas as confederações, federações e sindicato.

E do Calixto você se lembrou bem. Ninguém vai apagar a chama, porque ela está viva, de um sindicalismo comprometido com os trabalhadores do campo e da cidade.

Parabéns, Moacyr. Bom te ver com saúde!

Passo a palavra agora à Sra. Eliete Paraguassu da Conceição, representante Movimento dos Pescadores e Pescadoras, da Coalizão Negra Articulação Nacional das Comunidades Quilombolas e militante nessa coordenação. O tempo é seu, por favor.

A SRA. ELIETE PARAGUASSU (*Por videoconferência.*) – Olá!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É com você.

A SRA. ELIETE PARAGUASSU (*Por videoconferência.*) – Vocês estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estamos ouvindo bem. Pode falar.

A SRA. ELIETE PARAGUASSU (Para discursar. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos, a todas e a "todes". Passo para agradecer esta oportunidade de a gente estar aqui, neste dia 2, mas pensando no Dia do Trabalhador.

Como trabalhadora das águas, como mulher negra, marisqueira e quilombola, que tem como espaço de trabalho as águas, é muito importante dialogar com os que me antecederam, que representam os seus territórios, mas também com aqueles que estão nesta Casa, que têm uma importância fundamental para que as nossas políticas sejam afirmadas junto com a luta social, com as políticas sociais, a partir da luta dos movimentos.

Senador, queria agradecer. Estive nesta Casa em 2018, estive em audiência pública, colocando a situação dos trabalhadores das águas, das comunidades pesqueiras tradicionais neste país, o que é muito importante. Quem não come o peixe no Brasil? Quem não gosta das moquecas neste país, que é um país diverso, que é este país diverso porque existem as comunidades tradicionais.

Quero dizer da falta da política pública específica para as comunidades pesqueiras, para a pesca artesanal no país. Quero dizer da importância que tem essa classe trabalhadora, que, infelizmente, é invisibilizada, em especial as mulheres, que são aquelas marisqueiras, que fazem a coleta da mariscagem, quando, no entanto, não há uma política específica sobre nós. Quero dizer da importância de que se tenham projetos voltados para a pesca artesanal no país. Não existe uma política específica para melhorar as condições de trabalho dessa classe trabalhadora. Quero dizer também das consequências que a gente tem enfrentado no país. A Elisângela e outros tocaram nesse ponto, da importância desses trabalhadores para o país. Somos nós que coletamos, que plantamos, que produzimos e que colocamos uma comida saudável no prato do povo brasileiro, e deveria haver uma atenção especial a essa classe.

Os produtores da pesca são essas figuras que estão submersas nessas águas. Eu vou falar de um tema também, a partir do trabalhador, mas também a partir das consequências que esses trabalhadores têm enfrentado a partir do capital, a partir da ganância do capital no país, a partir dos agrotóxicos que são lançados nas terras e também são lançados nas águas. O racismo ambiental é um fator assassino na vida das comunidades pesqueiras tradicionais do país, e esses corpos negros submersos nessas águas têm consequências gravíssimas com a poluição química trazida por esses empreendimentos gigantes que se encontram nesses territórios, porque eles decidiram implementar esses empreendimentos nos territórios pesqueiros e quilombolas, nesses territórios tradicionais.

A gente, além de não ter uma política específica para essa classe, ainda se depara com a situação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

poluição química nas pessoas, no ambiente e no alimento. E a gente vem buscando há muito tempo, desde que a gente existe... São 520 anos de existência, 520 anos de negação de direitos, 520 anos de exclusão social dessa classe que é tão importante para este país, que segura o ambiente, que cuida das matas, das florestas, das águas, das nascentes. Somos os guardiões que guardam o campo, para que a cidade também não caia.

É com esse espírito que a gente passa para dizer da importância de que esta Casa fale desse tema, da política para a pesca artesanal, mas também fale do tema do racismo ambiental, que tem trazido um processo de adoecimento dos territórios pesqueiros no país.

Posso falar desses lugares por onde passei, fazendo este trabalho de "mulher das águas", olhando os territórios no Rio de Janeiro, no Ceará, em Pernambuco, com a ampliação do Porto de Suape, e na Bahia. Foram territórios arrasados em nome do capital. Esses territórios têm um lastro de sangue trazido pelas consequências do capital, pela ganância do capital no país, que não considera essa classe como importante.

Esta Casa precisa fazer uma audiência específica sobre o racismo ambiental, para que as comunidades sejam ajudadas, para que esta Casa nos ajude a enfrentar este monstro invisível que é a poluição química. Vocês não têm ideia do quanto é desumano lutar contra o racismo ambiental, lutar contra a poluição química, que não está dando o direito à população, em especial a de Ilha de Maré, de enterrar os seus.

Esta audiência tem este caráter de a gente, ao mesmo tempo, tentar buscar políticas e resolução para esses trabalhadores, mas também de denunciar, nesse processo, o que a gente tem vivenciado nos territórios, de denunciar que essas figuras importantes que trazem para o debate a situação colocada contra o capital, essas mesmas figuras recebem ameaças grandes por esse mesmo capital. As mulheres são o principal alvo nesse processo, nos últimos anos, não é, companheira Elisângela? No Brasil, matar mulher é normal. No Brasil, matar líderes defensoras do meio ambiente é normal. Esta Casa precisa discutir mais sobre isso.

É muito desumano quando as prefeituras, nos municípios, não têm um trabalho voltado para atender a essas populações que vão para as feiras livres vender os seus pescados. Mas também as prefeituras têm a política dos chamados rapas, que tomam os pescados dos pescadores nas feiras livres. Isso é cruel, é de tamanha crueldade!

A gente consegue, por muito pouco tempo, com o Prof. Paulo Pena, discutir a questão das doenças ocupacionais. Isso nasce em 2004, mas se efetiva em 2012, mas ainda é muito novo. A gente tem políticas... A gente tem uma cartilha que fala sobre os acidentes no trabalho e que nem era reconhecida. A gente fala da negação de direitos para essas populações, que precisa ser discutida, debatida, porque isso se dá em nome da ganância do capital, que tem trazido estas consequências de processo de adoecimento, de negação de direitos, de falta de política assistencial nesses territórios para essas populações, que são tão importantes, que colocam uma alimentação saudável na mesa do povo brasileiro.

E essa Casa... E aí eu proponho – e acho que todos também –, pela situação que é gritante no país sobre a falta de política para esses trabalhadores que têm essa importância, que é preciso urgentemente a gente debater sobre o racismo ambiental. Falo isso pelas condições em que a gente se encontra.

Ilha de Maré é um território preto, um território quilombola, tradicional. A Bahia é tradicional. O povo baiano come a moqueca, o povo brasileiro come, e a gente precisa tratar sobre isso. Em especial, somos produtores de alimento e a gente quer levar para a mesa do povo brasileiro um alimento com qualidade. E o alimento com qualidade é um alimento sem agrotóxico, é um alimento sem empreendimentos por perto. Não é uma retirada de manguezais. A gente vem lutando na Baía de Todos-os-Santos com o empresariado, que tem tentado nos assassinar, que tem tentado arrancar os nossos manguezais, nossa fonte de renda, as nossas coroas, que alimentam desde a nossa existência nesse país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E é com esse espírito, Senador, que a gente precisa cada vez mais estar dialogando nas bases com as comunidades, com as lideranças, porque somos nós que estamos na base, recebendo toda essa poluição trazida pelo capital.

E quero dizer que a gente precisa montar política específica para essas classes, mas uma política específica no sentido dessa diversidade que têm esses territórios. É um território diverso. O povo brasileiro é isso. E é com esse espírito que eu passo por aqui para agradecer, mas também para dizer dessa necessidade urgente de a gente debater sobre isso, de debater mais, não só no Senado, mas em outras frentes que representem essa classe.

Obrigada. A gente vai construindo, ao longo desses anos, frentes com os nossos corpos, enfrentando o capital, com a nossa luta social, mas a gente precisa cada vez mais unificar as lutas nesse espaço de pessoas sensíveis, como o caso do senhor, que tem trazido para a mesa esse debate, que tem trazido para o Senado, representando essa classe especial que somos nós. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Eliete Paraguassu da Conceição, representante dos pescadores e das pescadoras, Coalizão Negra, Articulação Nacional das Comunidades Quilombolas e militante. Fez uma bela defesa aqui das águas, do combate ao agrotóxico; defendeu a caminhada do povo quilombola tanto do campo, como da cidade, que sofre muito. Nós sabemos disso.

Eu já visitei, já estive vendo. Teve situação de quilombolas em que eles são colocados num espaço – e a terra é deles –, e o grande latifúndio não os deixa passar para o outro lado para chegar ao rio para pegar água. É coisa assim lamentável.

Mas parabéns pela defesa. De fato, há uma falta de políticas públicas de proteção ao meio ambiente. A poluição química, de fato, é vergonhosa. É preciso que a gente tenha, de fato, guardiões que estejam na linha dos quilombolas, dos índios, dos pequenos agricultores, que são defensores do meio ambiente, dos pescadores.

E, como você lembrou, eu vou me comprometer com você de fazer, sim, uma audiência pública para discutir o racismo ambiental, que tem tudo a ver com a sua fala.

Obrigado, Eliete.

Vamos agora ao nosso último convidado, depois nós vamos para o encerramento, porque o Plenário vai ser tomado por outros debates, e não daria para voltar a fala para os dez convidados que já falaram.

Então, concedo a palavra agora, por dez minutos, ao Sr. Antonio de Oliveira Lima, Diretor de Assuntos Legislativos da ANPT. (*Pausa.*)

Está sem áudio. Por favor...

O SR. ANTONIO DE OLIVEIRA LIMA (Para discursar. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todas e todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Boa tarde.

O SR. ANTONIO DE OLIVEIRA LIMA (*Por videoconferência.*) – Inicialmente, eu agradeço, em nome da Associação Nacional das Procuradoras e dos Procuradores do Trabalho, o convite para estar participando desta importante audiência e parabenizo V. Exa., Senador Paim, por mais esta iniciativa, entre tantas outras, ao longo da sua história de luta pelos direitos, e pela importância de estarmos debatendo hoje, refletindo hoje sobre esses vários desafios na luta pelos direitos dos trabalhadores.

Então, eu gostaria de, em nome do Presidente da Associação, da ANPT, do Dr. José Antonio Vieira, e também da Vice-Presidenta, Lydiane Machado, estar aqui cumprimentando a todas e todos. Aos da mesa presencial, na pessoa do Senador Paim, e, aos da mesa virtual, na pessoa da Mariel Angeli, do Dieese, a primeira a falar e que continua aqui conosco nesta plataforma virtual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Também gostaria de parabenizar a todas e todos os trabalhadores, especialmente os trabalhadores domésticos, os trabalhadores rurais, os trabalhadores informais, uberizados... São trabalhadores que estão sempre sujeitos a maiores violações de direitos trabalhistas. Mas também gostaria de cumprimentar os trabalhadores terceirizados, que são outros trabalhadores que, não obstante tenham a sua carteira assinada como regra, também sofrem de maior vulnerabilidade em direitos, em acidentes...

Temos também, Senador, os servidores temporários. São maioria nos municípios, mas são servidores até hoje sem direitos assegurados efetivamente. Então, a gente tem que servidores temporários são os trabalhadores escravos da administração pública. São trabalhadores que trabalham de forma igual aos demais, mas não têm carteira assinada, não têm fundo de garantia, não têm décimo terceiro salário, não têm férias, ou seja, não têm direitos básicos, aqueles lá do art. 7º, a respeito dos quais a Constituição diz que a todos os trabalhadores deveriam ser assegurados, mas esses trabalhadores não têm isso assegurado.

Então, na verdade, na verdade, os trabalhadores temporários, que são maioria, em muitos municípios são maioria, eles são trabalhadores semiescravos e, infelizmente, até hoje nem o Legislativo resolveu essa questão, nem o Judiciário tem resolvido. Então, é uma situação para a qual eu chamo muito a atenção, à qual eu sempre chamava a atenção, para a situação dos trabalhadores públicos que são contratados temporariamente e que ficam eternizados, porque são de 20, tem gente de 20, 30 anos, mas sem nenhum direito trabalhista assegurado, e isso também é um absurdo que está legitimado pelas nossas decisões judiciais, que acabam dizendo que, por ser contrato nulo, não assegura direito nenhum, e os anos vão se passando, e essas pessoas ficam, em sua grande maioria, sem direitos básicos, sem previdência e tudo o mais.

Bom, mas também gostaria de cumprimentar as professoras e os professores que foram aqui mencionados, tão importantes para vencermos os desafios aqui desse cenário em que ainda nos encontramos.

Também, Senador, eu me emocionei muito, mais uma vez, com a exibição dessa reportagem sobre a Madalena, porque, desde a primeira apresentação da TV Bahia, que eu pude acompanhar no mesmo dia, à noite, eu fiquei muito emocionado. Às vezes, a gente vê aquela cena e acha que não é de verdade, porque estar neste século com pessoas que ainda acreditam que, pela cor da sua pele, são uma pessoa inferior diz muito mais que o racismo estrutural, que a gente já está acostumado a debater aqui. Dói mesmo na alma ver cenas daquele tipo.

Não é só aquela Madalena, a Madalena Silva; nós temos a Madalena Gordiano, que, em novembro de 2020, também foi resgatada em situação semelhante de trabalho escravo doméstico. E nós temos as histórias das madalenas, desde a época de Cristo, com a Madalena discriminada.

Eu também me emocionei com Pureza. A gente teve, no congresso da Associação Nacional, no dia 30 de março, a oportunidade também de conhecer a apresentação do filme Pureza, uma história que todos devem conhecer, que nós precisamos, sim, divulgar bastante, porque esse filme é uma grande lição de como é a realidade do trabalho escravo, com os depoimentos, as histórias. Esse filme passa uma mensagem muito forte. Para quem acha ainda que trabalho escravo não existe mais, acho que Pureza vai tirar essa fantasia da cabeça de muitas pessoas, esse mito.

Eu também gostaria de destacar a relevância de se comemorar ou de se refletir ou de se reconhecer a importância do Primeiro de Maio, porque muita gente não tem noção de quantas vidas se foram, de quanto sangue se foi para a construção deste Primeiro de Maio. Da revolução no século XVII, século XVIII, da Revolução Industrial, quantas pessoas foram mortas, assassinadas, receberam pena de morte para a gente poder ter hoje o Primeiro de Maio! Muitas pessoas não têm noção dessa história e acham que chegamos a este Primeiro de Maio só por força de lei. Acho importante trazermos reflexão sobre a história do Primeiro de Maio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

As reformas trabalhistas e previdenciárias vieram para piorar o cenário que já era ruim. Em todas elas, veio a história de que era necessário atualizar a legislação, de que elas eram necessárias para as empresas não quebrarem, para o país não quebrar, para a Previdência não quebrar. E aí veio a pandemia. No primeiro momento, em 2020, logo vieram mais de meio trilhão, foram R$530 bilhões pagos que não estavam no Orçamento. Todo mundo dizia que o país estava quebrado, o dinheiro veio, pagaram os benefícios. Era necessário que fosse feito, mas isso mostra que o país não estava quebrado, que a reforma trabalhista e a previdenciária, dizendo que o país estava quebrado, eram uma grande mentira, porque o vírus veio dizer isto, a pandemia veio dizer isto: tinha de onde tirar dinheiro. O país não quebrou e está seguindo aí, mas, daqui a pouco, vão inventar que o país está quebrado e vão querer mais reformas.

Aliás, Senador, já tem essa nova reforma em andamento. O Governo já apresentou aí uma nova reforma, que quer tratar do trabalho nos domingos, que quer botar na lei que o trabalho nas plataformas não tem vínculo empregatício, ou seja, que quer fazer da CLT, dos princípios e dos direitos do trabalho, dos requisitos das relações de trabalho... Querem colocar na lei mais uma forçação de barra, como foi feito com as cooperativas e outros tipos de fraude, para dizer na lei que não tem vínculo empregatício, para uma coisa que efetivamente tem.

Então, a gente precisa estar muito atento a isso.

Também gostaria de registrar, Senador, que, dessas nossas lutas que o senhor esteve aí capitaneando, junto com outros Senadores, sobre a rejeição da MP 1.045, a gente, às vezes, acaba esquecendo que, no cenário muito difícil que a gente estava vivendo – havia uma medida provisória muito maléfica que estava para ser aprovada, quer dizer – foi salvo pela atuação do Senado, foi salvo pela atuação dos Senadores que o senhor puxou nesse movimento, vários Senadores. Com a articulação do Ministério Público do Trabalho, da Anamatra e várias entidades, conseguimos reverter o que seria um grande retrocesso, o que está sendo tentado novamente, mas a gente tem que registrar isso como importante resultado dessa mobilização e dessa luta.

E também quero dizer que temos grandes desafios. Como já foi dito aí, nós precisamos continuar lutando para que esses desafios sejam superados. E isso vai depender muito da nossa capacidade de mobilização, de articulação, de fortalecimento dos movimentos sindicais, porque nós temos os desafios do trabalho escravo, como já foi bem mencionado; do trabalho infantil; dos acidentes de trabalho, que continuam elevados – somente em 2020, houve uma relativa redução, mas foi porque, naquele ano, em muitas empresas, os contratos foram suspensos, as jornadas foram reduzidas, muita gente foi demitida. Então, houve uma redução do número de acidentes naquele ano, mas, em 2021, já voltou a subir, e nós estamos num patamar assustador novamente dos acidentes de trabalho. Do assédio moral, um câncer nas relações de trabalho que continua ainda como desafio nosso, o de lutarmos contra essa desagregação no meio ambiente de trabalho, decorrente de assédio, o assédio organizacional e tantas outras formas de assédio, que ainda é, ainda constitui um desafio.

E, hoje, o nosso grande susto, a nossa grande preocupação é com essa inflação muito elevada, que sempre chega mais rápido na destruição do salário dos trabalhadores, no aumento do seu custo de vida e leva-se muito tempo para se conseguir um reajuste e, ainda assim, um reajuste menor. Como foi mencionado há pouco, aqui, os dados dos reajustes estão em torno de 50% abaixo da reposição. E há a necessidade de retomar a política também de aumento real do salário mínimo para recompor todos esses prejuízos que a gente vem sofrendo ao longo dos anos.

E, Senador, uma outra questão que eu trago é sobre o reajuste dos servidores. Certo? Há sempre uma resistência muito grande quando se fala no reajuste dos servidores, e a gente vai olhando a história: muitos servidores, muitos, a maioria dos servidores não têm conseguido reajustes – há reajuste zero, na verdade –, não têm conseguido repor. E, quando se trata, se busca qualquer iniciativa de repor, começa-se a dizer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que o país não pode, porque não é o momento, sempre adiando e acumulando. A história vai se passando, e a gente tem várias, aliás a maioria das categorias com salários muito defasados, em decorrência desse processo histórico, e deveria haver aquilo que já está na Constituição, a reposição anual, mas infelizmente a Constituição não vem sendo cumprida em relação à essa questão dos servidores.

Eu já falei da necessidade de se incluírem os servidores temporários com direitos básicos, direitos que o art. 7º traz para todos os trabalhadores. Portanto, os trabalhadores temporários não deveriam estar sem décimo terceiro, sem férias, sem fundo de garantia, sem direitos sociais básicos. Há necessidade de qualificação profissional, há a importância, porque muitos trabalhadores não conseguem uma recolocação no mercado de trabalho, porque não há um investimento público, não há um investimento do Governo nessa questão da qualificação profissional desses trabalhadores que estão fora do mercado.

Há necessidade de formação sindical, Senador. Os trabalhadores precisam renovar suas lideranças, investir na sua formação, porque essa é uma luta que não vai parar, nem pode parar. Só que os trabalhadores precisam estar organizados. Se a ampla maioria dos eleitores são trabalhadores, 90% ou mais, por que os trabalhadores são tão pouco representados no Congresso? Se a maioria dos eleitores são mulheres, por que as mulheres estão tão mal representadas no Parlamento, na política? Se a grande maioria dos trabalhadores e dos eleitores são negros ou pardos e tal, por que estão...

Então, há muita necessidade de se investir nessa formação cidadã para que o cidadão tenha consciência de que a política não é aquela coisa que todo mundo diz assim "Ah, eu não gosto de política", porque, quando as pessoas não participam do processo político e dizem que não gostam de política, vem lá alguém que gosta e que toma o lugar, mas que não gosta das pessoas. Então, acho que é importante a gente investir na formação cidadã, inclusive na formação cidadã sobre direitos trabalhistas, porque muitos trabalhadores acabam não reivindicando seus direitos por desconhecê-los, por não ter uma proximidade maior com o sindicato. Então, isso é fundamental para a gente ir vencendo, passo a passo, tantos desafios que já foram postos.

Nesse sentido, Senador, eu gostaria de mais de uma vez agradecer a oportunidade de estar participando deste momento e de parabenizar pela iniciativa.

Daí vamos em frente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Meus cumprimentos, Sr. Antonio de Oliveira Lima, Diretor de Assuntos Legislativos da ANPT, que fez uma fala, eu diria, completa em relação aos temas que ele entendeu que tinha que falar. Ele falou de aplicativo, de serviço temporário, de direito dos trabalhadores, falou do trabalho escravo, falou da área rural, falou de todos os setores, falou também, claro, do servidor público e não esqueceu o salário mínimo, porque infelizmente a política de salário de inflação mais PIB...

Eu visitei os 26 estados e o DF, por duas vezes, e construímos essa política de inflação mais PIB. Tiramos o salário mínimo, como disse muito bem o Moacyr... Na verdade, eram US$60 quando chegamos aqui. O Governo Fernando Henrique, por justiça, conseguiu mostrar em dólares. Lembro que, no dia da sanção, o Presidente falou: "Feliz, Paim? Chegou aos cem 'pains"'. Mas claro que ele estava brincando comigo e eu disse: "Não, avançamos".

Depois, com a implantação da política, com o apoio das centrais, Moacyr – vocês foram fundamentais com caminhadas a Brasília –, nós conseguimos aprovar inflação mais PIB. Aí saiu de US$100 e chegou a US$350. Agora está em torno de US$250. Por isso, é fundamental a aprovação também da nova... Eu diria, a reprodução e a aprovação da política de inflação mais PIB.

Eu queria agradecer a todos.

Se deixássemos, o debate iria longe. Diversos oradores pediram a palavra novamente para com-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

plementar o pensamento, mas é impossível, porque agora já são 13h30 e nós temos que encerrar pelo compromisso assumido com os próprios trabalhadores e servidores da Casa para que eles possam almoçar e retomar as atividades.

Então, agradeço a todos.

Foi uma sessão, para mim, histórica, que tratou no mesmo dia do 1º de maio, o Dia do Trabalhador; do 13 de Maio, a discussão da escravidão; e do 25 de maio, Dia do Trabalhador Rural. E eu lembrei que o segundo domingo de maio também é Dia das Mães: não podemos jamais nos esquecer das nossas queridas mães, tanto aquelas que estão conosco, como aquelas que já estão lá no alto – como a minha já está.

Aqui eu encerro, agradecendo de forma muito carinhosa a todos os convidados. Todos estiveram aqui, foram 12 oradores, e cada um, durante o seu tempo, defendeu com garra, com coragem, com fibra e com conhecimento a importância de nós reconstruirmos este país e assegurarmos o direito dos trabalhadores do campo, da cidade, de negros, de agricultores, de quilombolas, de índios, do meio ambiente. Enfim, vocês estão todos de parabéns!

Assim eu encerro, dizendo que foram cumpridas as finalidades desta sessão especial remota do Senado Federal. Agradeço a todos que nos honraram com a sua presença e com a fala. Uma salva de palmas a vocês! Vocês merecem! (*Palmas.*)

Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 13 horas e 41 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 43ª Sessão, Especial Semipresencial, em 2 de maio de 2022

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência do Sr. Nelsinho Trad.

(Inicia-se a sessão às 17 horas e 7 minutos e encerra-se às 17 horas e 52 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos!

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial remota foi convocada nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, que "regulamenta o funcionamento das sessões e reuniões remotas e semipresenciais no Senado Federal e a utilização do Sistema de Deliberação Remota"; e em atendimento ao Requerimento nº 280, de 2022, de autoria da nobre Senadora Daniella Ribeiro, PSD, da Paraíba, e de outros Senadores que o subscreveram, devidamente aprovado pelo Senado Federal.

A sessão é destinada a comemorar os 30 anos da Associação Brasileira dos Promotores de Eventos (Abrape), que ocorrerá neste ano.

A Presidência informa que esta sessão terá a participação dos seguintes convidados:

– Sr. Doreni Isaias Caramori Júnior, Presidente da Associação Brasileira dos Promotores de Eventos (Abrape), a quem convido para se sentar ao meu lado; (*Palmas.*)

– Sr. Nei de Moreira Avila, Diretor de Relações Parlamentares da Abrape; (*Palmas.*)

– Sr. Daniel Moraes de Miranda Farias, Diretor Jurídico da Abrape; (*Palmas.*)

– Sra. Mariela de Abreu Souza Benassi, Diretora de Secretaria. (*Palmas.*)

Com a Mesa devidamente constituída, convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Para discursar - Presidente.) – Ao declarar abertos os trabalhos desta sessão especial destinada a homenagear os 30 anos da Abrape (Associação Brasileira dos Promotores de Eventos), a Mesa manifesta gratidão aos seguintes Senadores que propuseram essa iniciativa: Senadora Daniella Ribeiro, Senadora Mailza Gomes, Senador Luis Carlos Heinze, Senador Roberto Rocha, Senador Esperidião Amin, Senador Carlos Portinho e o Senador Nelsinho Trad, que vos fala.

Antes, porém, é justo que se faça aqui um registro de merecimento.

A Senadora Daniella Ribeiro foi a grande indutora de toda essa movimentação, não só relativa à proposição desta sessão, mas, também, na busca da reparação de todas as ações que esta Casa fez. Então, a ela, que infelizmente não pode estar presente por compromissos anteriormente assumidos no seu Estado da Paraíba, não podemos deixar de destinar a primeira palma da coroa que, com certeza, será o resultado do final desta sessão.

A Abrape congrega empreendedores de um setor que permeia diversas cadeias produtivas brasileiras – turismo, negócios, eventos, indústria criativa – e faz circular os bens imateriais do entretenimento, da arte e da cultura. Essas áreas sofreram imensos prejuízos com os impactos negativos da covid-19 devido às necessárias, imprescindíveis e inafastáveis cautelas para impedir ainda mais a disseminação do coronavírus.

Para avaliarmos a magnitude dos setores envolvidos com esses empreendimentos, em 2019, de acordo com o estudo da consultoria Newsense para a União Brasileira dos Promotores de Feiras, os eventos de negócios presenciais representavam 4,6% do PIB do Brasil.

Outra área importante em que estão empenhados os associados da Abrape, o turismo, em boa parte alimentado pelos negócios e eventos, representava, em 2019, antes da pandemia, 7,7% do PIB do Brasil.

As atividades culturais e recreativas, por sua vez, fazem parte de um macrossetor que tem sido designado como o das indústrias criativas. Nesse âmbito, estão situadas atividades como as de publicidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

marketing, pesquisa de mercado e organização de eventos, o artesanato, o folclore, a gastronomia, os museus, a produção cultural na música, nas artes cênicas e nos espetáculos em geral.

Os levantamentos consolidados mais recentes apontam que, em 2017, a indústria criativa correspondia a 2,61% do PIB brasileiro. Esses percentuais dão conta da importância desses setores para a economia e o desenvolvimento do país, e a Abrape reúne profissionais e entidades que estão diretamente envolvidos com esses setores e que são responsáveis por parte significativa do sucesso dessas áreas no país.

Foi importantíssima, portanto, a participação ativa da Abrape na criação da Lei 14.148, de 2021. Essa norma, aprovada em boa hora, instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), e, com as ações ali propostas e os recursos previstos, temos buscado mitigar os danos que a pandemia impôs aos profissionais do setor e às suas famílias, promovendo meios para reerguer os negócios nesse âmbito e prestando, assim, uma ajuda significativa para a retomada da economia do país.

Parabéns à Abrape pelos 30 anos de sucesso e de contribuições fundamentais para o desenvolvimento da economia e da cultura brasileira! (*Palmas.*)

Assistiremos agora a um vídeo institucional em comemoração aos 30 anos da Abrape.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Vamos ouvir agora os oradores convidados para abrilhantar, com a sua oratória, esta tarde de trabalho.

Concedo a palavra ao Sr. Daniel Moraes de Miranda Farias, Diretor Jurídico da Abrape.

O SR. DANIEL MORAES DE MIRANDA FARIAS (Para discursar.) – Boa tarde a todos!

Sr. Presidente da sessão, Senador Nelsinho Trad; Presidente Nacional da Associação Brasileira dos Promotores de Eventos, Sr. Doreni Isaias Caramori Júnior; Diretora de Secretaria da Associação Brasileira de Promotores de Eventos, Sra. Mariela de Abreu Souza Benassi; Diretor de Relações Parlamentares da Associação Brasileira dos Promotores de Eventos, Sr. Nei Moreira Ávila, em suas pessoas eu saúdo todos os nossos colegas promotores e produtores de eventos aqui presentes nesta solenidade tão importante para a nossa entidade.

Falar da Abrape traz entusiasmo e certa emoção após os dois anos que passamos. A Abrape e os produtores estão diante, talvez – eu venho dizendo isso há muito –, de uma oportunidade – talvez seja isso. Hoje estamos vivos, e esta seria uma oportunidade de "resetar". Foi o único setor da economia brasileira que "resetou", cujo faturamento foi ao zero, mas que sobreviveu. Estamos com sequelas ainda, mas estamos vivos e vamos retomar nossas atividades com a máxima velocidade possível.

Costuma-se dizer que os produtores de eventos são aqueles que fazem o impossível e quase sem tempo. De fato é isso. Passamos por uma tormenta muito grande, mas passamos por ela.

Hoje a gente comemora 30 anos com evolução. A associação cresceu absurdamente nesse período de pandemia em que todos aqueles que fazem parte dela concluíram o quão importante é essa nossa união de focos e objetivos.

Hoje a Abrape conta com seiscentas empresas. Cada vez mais, a gente, que faz parte da diretoria, valida mais pessoas e mais empresas querendo participar dessa associação que vem ganhando uma musculatura violenta e que vem fazendo com que consigamos alcançar alguns objetivos que, antes, sozinhos, eram inimagináveis.

Um desses exemplos foi a legislação do Perse, recentemente promulgada, dia 18 de março, que veio salvaguardar a retomada dos produtores de eventos. Como dito, sequelados sim, porém vivos. Então, foi muito importante essa legislação, que veio para abraçar, para viabilizar, o retorno do empreendimento, o retorno da atividade do turismo e do entretenimento como um todo.

Nesses 30 anos de Abrape, o que eu tenho como marco, especialmente depois desses 4 últimos anos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

seria a força do associativismo e da união, como nunca vi antes, de um setor. Talvez a gente tivesse que ter passado por isso – eu sempre vejo razão em tudo por que a gente passa –, talvez a gente tivesse que ter passado por um momento triste, medonho, como esse da pandemia, para que concluíssemos que nós, juntos, somos bem mais fortes. A concorrência normal do mercado é completamente diferente da necessidade de união para a defesa de interesses comuns de todos aqui.

Então, eu fico muito grato de participar. Faz um tempo já... Eu fico muito grato e espero continuar sempre participando. Sou um entusiasta e um apaixonado por esse setor não é de hoje. E a gente está vivo, e a gente vem mais forte, porque a gente sabe até onde a gente pode ir e, depois de um baque tamanho nesses últimos dois anos, não é fácil derrubar o setor não. Nenhum deles passou por isso, e eu acho que poucos conseguiriam passar. E nós passamos – e nós passamos – e, agora, a tormenta foi embora, se Deus quiser! Os trabalhos hoje vão voltar, e vão voltar a galope.

Hoje eu estava conversando um pouco mais cedo... E aí eu vejo que a preocupação é boa. São pessoas... Eu falo até aqui que eu estava falando com o Luciano, e ele falou assim: "Rapaz, eu estou preocupado, porque é tanta coisa para fazer que a gente não consegue mais fazer. Não dá tempo de fazer.". A frase me toca muito, porque, há um ano e meio, a gente queria fazer muita coisa, mas a gente não podia fazer. Então, inverteu muito e graças a Deus.

Então, é isso, gente. Eu estou muito feliz por participar. Ter passado por essa tormenta nos fez mais forte, nos uniu muito mais. A Abrape capitaneou tudo isso. Parabenizo muito a força do meu amigo Doreni – falo que presidente ele está, mas amigo ele será sempre –, que foi um guerreiro nisso aí, acreditou sempre. Às vezes a gente até amolecia, mas ele sempre acreditou e sempre impulsionou a gente a conquistar, cara. Falo isso de verdade, de coração, porque não é fácil.

Todo mundo estava muito preocupado, foram dois anos de muita preocupação. Para a gente que vive disso aí, passa um filme na cabeça. São os nossos negócios, são as nossas famílias, é a nossa vida.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL MORAES DE MIRANDA FARIAS – Ninguém sabe fazer outra coisa.

Então, é isso.

Encerrando, parabéns à Abrape!

Parabéns a vocês, produtores de eventos!

Obrigado a todos do Congresso, aqui do Senado e da Câmara dos Deputados, que viabilizaram essa lei que é essencial para a retomada do nosso setor.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Agradecemos ao Sr. Daniel Moraes de Miranda Farias.

De pronto, passo a palavra para a Sra. Mariela de Abreu Souza Benassi, Diretora de Secretaria.

Antes, porém, registro que acabo de receber um telefonema do Senador Eduardo Gomes, do PL do Tocantins, que também foi um defensor bastante intenso dessa matéria, principalmente da reparação que, com a lei proposta pelo Senado e pela Câmara – na pessoa do Deputado Ricardo Silva, que aqui se faz presente e daqui a pouco vai fazer uso da palavra –, conseguimos executar no Congresso. Então, recebam por meu intermédio o abraço encaminhado pelo Senador Eduardo Gomes.

A Senadora Daniella não está conseguindo sinal. Ela queria muito participar, mas eu disse ao assessor dela, que está na capital – parece que ela não está em local com sinal apropriado –, que, tão logo ela consiga o sinal, é mais do que justo e meritório que, em qualquer momento desta sessão, ela possa usar da palavra.

Agora sim, com a palavra Sra. Mariela de Abreu Souza Benassi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRA. MARIELA DE ABREU SOUZA BENASSI (Para discursar.) – Cumprimento o Presidente da sessão, Sr. Senador Nelsinho; cumprimento o nosso Presidente da Abrape, o nosso guerreiro Doreni; o nosso guerreiro também, inteligente, o nosso Diretor Jurídico, Dr. Daniel; e o nosso Diretor de Relações Parlamentares, o Sr. Nei. Cumprimento também todos vocês, meus colegas de profissão, que são guerreiros, que são fantásticos, que estão aqui representando os melhores festivais do Brasil, senão do mundo.

Com muita alegria, vivemos este momento único e histórico na Abrape. Eu venho, há muitos anos, nesse trabalho voluntário, nessa entrega, e é muito interessante a gente ver tantas conquistas. É emocionante a gente estar aqui para poder agradecer. Assim, em nome dos seis milhões de trabalhadores do nosso setor, dos nossos profissionais, nós queremos agradecer a todos os Parlamentares que apoiaram a nossa causa.

É com muita satisfação que a gente está neste momento histórico e nessa conquista. Não foi fácil a gente abdicar do nosso trabalho. Na minha casa, por exemplo, eu sou mãe, eu sou esposa e sou uma profissional de eventos que ficou dois anos sem remuneração. Isso é trágico! E, ao mesmo tempo, há a alegria de ter recebido o abraço e as soluções por parte dos Parlamentares.

Gratidão a todos os Parlamentares, de direita, de esquerda, a todos. E nós vamos continuar precisando do apoio de vocês nesse tempo de retomada para esse setor, que também vai ser um marco para a saúde mental da população pós-pandemia. O Brasil precisa do nosso setor ativo para voltar a ter alegria, com geração de empregos e tantos outros benefícios.

Com certeza, a Abrape é um exemplo de associativismo. Desde o primeiro dia em que nós ficamos sabendo da pandemia, nós não paramos de trabalhar um minuto. E estamos diante não só dos diretores, como também do nosso Presidente, que arduamente entregou, posso falar aqui, quase que 24 horas do seu tempo, do nosso tempo, nesses dois anos, em prol da nossa comunidade, do nosso setor.

Gratidão a cada um de vocês, Parlamentares; gratidão, Presidente, por você ter me ensinado a ser tão guerreira, por ter me ensinado o que realmente é o associativismo; e gratidão porque você fez o impossível acontecer.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Agradecemos à Sra. Mariela de Abreu Souza Benassi.

De pronto, passo a palavra ao Presidente da Associação Brasileira dos Promotores de Eventos (Abrape), Sr. Doreni Isaias Caramori Junior.

O SR. DORENI ISAIAS CARAMORI JUNIOR (Para discursar.) – Uma saudação ao nosso querido Senador Presidente da sessão Nelsinho Trad, que, muito embora não tenha sido o autor ou Relator deste projeto de lei, sempre o defendeu nas reuniões colegiadas, nas reuniões de Líderes. E quis o destino que a nossa madrinha, a Senadora Daniella, não tivesse condições de estar aqui para que o amigo também pudesse receber a nossa gratidão e o nosso muito obrigado pelo seu empenho durante todo esse processo.

Quero fazer uma saudação especial aos meus colegas diretores, que fazem parte da mesa; saudar todas as nossas entidades parceiras que estiveram conosco nessa batalha do Perse, em nome da Apresenta Rio, entidade liderada pelo nosso querido Pedro, que aqui nos prestigia.

Permitam-me também fazer uma saudação a todos que nos acompanham pela TV Senado, pelas redes sociais, sendo de eventos, associados ou não associados, todas as 6 milhões de pessoas do setor, brasileiros e brasileiras.

Permitam-me também fazer uma saudação especial ao meu pai... (*Pausa.*) (*Palmas.*) ... que veio de surpresa, rapaz – eu não sabia que ele viria –, mas, enfim, vamos em frente. Meu pai tem experiência nessa questão das relações governamentais, é um professor, na pessoa de quem eu queria aproveitar para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

agradecer – e a Mariela falou bem disso – a todos os familiares, porque, no final das contas, eles doam o nosso tempo de convívio com eles pela nossa causa. Então, pais, mães, esposos, esposas, filhos, todo mundo que, de certa forma, abdicaram do nosso convívio para que a gente pudesse fazer frente à nossa missão de representar um setor importante.

Quero fazer uma referência aos Parlamentares aqui presentes, na pessoa também dos Deputados Ricardo Silva e Felipe Carreras, que aqui estão, aos demais Deputados que mandaram suas solidariedades, Senadores, ao Senador Eduardo, que nos ajudou muito no Congresso. Também ao Presidente da Casa, o Senador Rodrigo Pacheco, que sempre foi um entusiasta... Eu lembro, como se fosse hoje, que no dia em que a gente aprovou o Perse na Câmara, como era a porta de entrada do programa da lei, eu tinha bastante tranquilidade porque a gente já tinha conversado com muita gente; e aqui no Senado a gente não tinha conversado com ninguém. Aí, no dia em que se aprovou, eu entrei por aquela porta ali com o Deputado Felipe e a Deputada Renata, nós viemos aqui visitar o Senador Rodrigo Pacheco, que presidia a sessão. Ele autorizou, a gente subiu aqui, ele presidia a sessão. Tudo incerto, eu disse: "E agora, Senador?" Ele disse: "Não, vocês podem ficar tranquilos porque aqui nesta Casa vai tramitar com a rapidez necessária", e com aquele estilo dele, que tem uma altivez importante e tal, sempre nos apoiou, mesmo que muitas vezes não sendo a face, a cara dos discursos, mas sempre nos apoiou, fazendo o processo andar. Então, um agradecimento também ao Presidente desta Casa que nos recebe.

E eu não poderia deixar de fazer um agradecimento especial à nossa Senadora, que eu não canso de dizer que é a nossa madrinha do Perse, a Senadora Daniella. Eu falei na outra Casa que Felipe e Renata, que são do setor, Deputados que encamparam, tinham facilidade de encampar o nosso programa porque eram do setor e sentiam na pele aquela dificuldade que a gente tinha; e a Daniella, não. A Daniella não era do setor. Mas depois de um tempo eu já estava achando que ela estava no setor há mais tempo que eu, que já o defendia com uma efusividade enorme. Não só por isso, mas, especialmente por isso – pelo entusiasmo com que o defendeu –, o projeto passou tranquilo aqui no Senado. Eu não posso negar a minha alegria de registrar aqui nesta Casa que o PL passou com unanimidade e, quando foi derrubar o veto, também foi derrubado o veto por unanimidade. Não teve um Senador que não colocou a sua digital no apoiamento dessa iniciativa, na sensibilidade necessária para o nosso setor.

Então Senador Nelsinho, leve aos seus pares o nosso agradecimento pela sensibilidade que esta Casa demonstrou não só aprovando, mas nos ajudando na interação com o Governo. Como trouxe aí, o Senador Eduardo foi importante, o nosso Presidente também foi importante e a Senadora Daniella. Esta Casa nos aproximou do Governo, que aparentemente tinha diferenças aí com relação a esse projeto. Então, leve, Senador Nelsinho, o nosso agradecimento a todos os pares aí pela sensibilidade.

Também nesta data, mais importante do que isso, está nos dando a oportunidade de agradecer pelos 30 anos dessa entidade, que hoje não só representa o setor de eventos, como acabou liderando outros importantes setores da economia, porque essa medida de reparação repara o setor de eventos, mas repara também todo o setor de turismo, as agências de viagens, os hotéis, toda a indústria criativa – teatro, circos e tal –, tudo isso liderado pela nossa entidade.

Esta Casa, quando reconhece os 30 anos dessa entidade, reconhece também a posição de liderança. Eu não poderia deixar de fazer referência ao importante papel que exerceram todos os voluntários, durante todos esses 30 anos. Eu costumo dizer que o associativismo é como a construção de um prédio: cada liderança e cada mandato vai colocando o seu DNA e constrói o seu andar. Depois que o prédio está alto e lindo, muitas vezes você não se lembra daquela pilastra. Mas, nos 30 anos da Abrape, foram muitas as pilastras que foram sendo construídas e andares que vieram antes de nós.

Então, faço a importante referência a todos os fundadores da entidade, na pessoa do nosso primeiro presidente, o Queiroga; depois também o reconhecimento a todos os voluntários que dirigiram a entidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

em momentos de alta, em momentos de não tão alta, mas a todos que foram importantes para a construção desse importante prédio, para essa importante obra de defesa do setor. Saúdo aí todos os ex-Presidentes – o Presidente Lúcio, o Dias, o Xaulim; e todos os seus diretores. Muitos de nós tivemos a honra de participar de mandatos anteriores. De modo que falar dos 30 anos da Abrape é valorizar o associativismo, que é a união dos setores, é a união da sociedade civil, e é valorizar também o voluntariado, que são as pessoas que se utilizam do seu esforço em prol de uma causa comum.

Hoje, esta Casa comemora o associativismo, comemora o voluntariado e também e especialmente dá respeito e credibilidade a um setor tão marginalizado na história deste país – é o nosso setor –, que já foi objeto de políticas públicas altamente questionáveis. Uma delas, por exemplo, retira 50% da nossa receita para entregá-la a determinados setores da economia. É um setor que não conseguia entrar nesta Casa, que era marginalizado, e hoje tem condição de liderar o único programa efetivo setorial de mitigação dos impactos da pandemia, que é um programa do setor de eventos, realizado e liderado por esta entidade, que, 30 anos depois, consegue entregar, sem dúvida, algo concreto e extremamente benéfico aos nossos associados.

Também, Senador Nelsinho, eu não poderia deixar de agradecer mais uma vez pela justiça que se faz ao setor, que foi o mais atingido pela pandemia, com um projeto de lei que, de fato, vai nos permitir voltar, mas não voltar de joelhos, mas em pé, em condição de pagar todo o endividamento acumulado durante a pandemia. É o Perse, que tem o nome ligado a perseverança, agora, mais do que perseverança, representa para esse setor a esperança, a esperança de continuar cumprindo a sua missão, como bem disse a Mariela, missão de cuidar da saúde mental dos brasileiros, mas também a missão de gerar o desenvolvimento, o emprego, a renda, de mover com pujança a economia. E nós cumpriremos, Senador Nelsinho, a nossa missão.

Obrigado ao Parlamento, que nos estendeu a mão durante a pandemia, obrigado ao Parlamento, que, neste momento, nos reconhece, especialmente ao Senado Federal, Casa que abriga esta sessão solene, muito obrigado a todos os Senadores, liderados pelo Senador Rodrigo Pacheco, representados pelo Senador Nelsinho Trad...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DORENI ISAIAS CARAMORI JUNIOR – ... e, especialmente, à nossa madrinha, Senadora Daniella, que nos adotou de fato como um setor que não tinha um representante direto e, no final, passou a ter 81 representantes diretos pelo entusiasmo que essa Senadora empregou.

Vida longa à democracia e à sensibilidade do Parlamento, que soube atuar num momento difícil do nosso setor!

Vida longa à Abrape, ao setor de eventos, da economia criativa, que representa, de certa forma, o perfil do brasileiro mundo afora, e que a gente possa voltar aqui nos próximos 30 anos com o setor mais pujante, mais forte, e relembrando que, na pior crise que este setor passou na história, a gente soube se unir, olhar para a frente e sair mais forte!

Um abraço!

Boa tarde a todos e obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Agradecemos ao Presidente, Sr. Doreni Isaias Caramori Junior.

Antes de passar a palavra ao Deputado Ricardo Silva, do PSD de São Paulo, eu gostaria de registrar que também esteve aqui presente o Deputado Felipe Carreras, também de São Paulo, e, mais uma vez, enaltecer a presença do pai do nosso Presidente da Abrape, Sr. Doreni Isaias Caramori, a quem peço que fique em pé para receber uma salva de palmas. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu também não seria justo se não registrasse aqui a presença do Jefferson Teixeira, o popular Ninho, diretor da Abrape, Vice-Presidente do Centro-Oeste, lá do meu estado, da terrinha, Campo Grande, do Mato Grosso do Sul, o estado do Pantanal. Normalmente, ninho dá uma impressão de acolhimento, mas esse Ninho aqui toda semana me telefonava para poder ficar atento...

O SR. JEFFERSON JUNIOR TEIXEIRA DA SILVA – Vai votar! Vai votar!

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Vai votar! Corre lá! Vem para cá! E digo mais para vocês: foi essa união que fez a força, porque de nada adiantaria o Senado aprovar se não tivesse ressonância na Câmara dos Deputados. O sistema nosso é bicameral, Senado e Câmara. Se o que é aprovado aqui para lá, é a mesma coisa que não existir, e o inverso também é verdadeiro. O que é aprovado lá e para aqui é o mesmo que não existir. E um dos líderes que fez isso acontecer na Câmara dos Deputados está aqui presente.

Com muita honra, passo a palavra ao Deputado Ricardo Silva, do PSD, de São Paulo. (*Palmas.*)

O SR. RICARDO SILVA (Para discursar.) – Exmo. Sr. Presidente desta sessão solene, meu grande amigo Senador Nelsinho Trad, V. Exa. engrandece, hoje, esta sessão, porque, falo aqui, é um dos maiores líderes que nós temos hoje no Congresso Nacional brasileiro.

Ele é Líder de um bloco parlamentar importantíssimo no Senado Federal.

E V. Exa., na Presidência desta sessão solene, que tem por objetivo não apenas fazer uma homenagem à Abrape, mas, sim, fazer justiça àquilo por que o setor de eventos passou, é algo muito significativo.

Estou aqui em meu nome e em nome do meu grande amigo Deputado Felipe Carreras, o Deputado autor do Perse na Câmara dos Deputados, que me deu a honra de assinar o projeto junto com ele, como coautor deste projeto na Câmara dos Deputados.

Felipe Carreras é, sem dúvida, o grande expoente do setor de eventos na Câmara e no nosso Congresso Nacional, a quem, com muita honra, chamo de amigo, nosso grande Felipe Carreras!

Cumprimento o Sr. Doreni Caramori Junior, meu amigo Doreni. Eu testemunhei a luta. Falava, na sessão da Câmara, sobre a luta de Doreni Caramori Junior para convencer os Deputados, para levar a todos os cantos do Congresso Nacional brasileiro a mensagem da necessidade de aprovação desse conjunto de leis para beneficiar o setor que primeiro parou e que, por último, está retomando.

Doreni, nossas homenagens.

Sra. Mariela de Abreu Souza Benassi, os cumprimentos.

Sr. Daniel Moraes de Miranda Farias, Sr. Nei de Moreira Ávila, todos os presentes, na Câmara, meu Presidente Nelsinho Trad, eu falava da história, falava de Montesquieu, falava de Rousseau, do escritor francês Albert Camus, para contextualizar o momento difícil das possibilidades que chegaram ao fim para este setor, que se viu no pior dos seus momentos, nos últimos 30 anos, nesta crise levada a cabo pela pandemia.

Aqui, não vou repetir a história. Apenas relembro o postulado da felicidade de Aristóteles, em *Ética a Nicômaco.* Aristóteles afirmava que o objetivo final de nossas ações humanas, qual é? É ganhar dinheiro? É também. É gerar empregos? É também. É fazer com que a vida tenha sentido? Claro. Mas só tem sentido quem busca a felicidade.

Então, é pelo postulado de felicidade de Aristóteles que eu subo à tribuna do Senado Federal, a Casa que representa os estados brasileiros.

Na Câmara dos Deputados, nós temos os representantes do povo brasileiro. Por isso a concha é para cima, é aberta. É a Casa do Povo.

A concha do Senado é para baixo, demonstrando que, aqui, é uma Casa de debates e de reflexão. É o Poder que representa todos os entes federativos da nação brasileira.

É com esse postulado de felicidade, que é almejada por meio da virtude de Aristóteles, que hoje nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estamos aqui comemorando 30 anos de Abrape; que nós estamos comemorando a retomada do setor de eventos; que nós estamos comemorando, Presidente Nelsinho Trad...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO SILVA – ... que esse setor, que tanto sofreu, agora está voltando, com seus CNPJs, a manter muitas vidas em seu CPF.

Doreni, parabéns pela sua luta! Parabéns pela sua garra!

Parabéns a cada um de vocês que estão na Abrape, voluntários, batalhadores!

Vejo aqui o pai do nosso amigo Doreni, o Sr. Doreni. Quanto a família, a esposa, os filhos não sofrem quando o filho se ausenta?! E aqui nós temos, em sua figura, meu amigo Doreni, a convicção de que a luta vale a pena. E vocês merecem!

Pedi palmas na Câmara e peço aplausos no Senado para todos vocês.

Parabéns! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Apenas uma correção. O Deputado Felipe Carreras, autor do Perse na Câmara, é de Recife, em Pernambuco. Ele é do PSB – "B"de bola.

Antes do encerramento, assistiremos a mais dois vídeos.

Peço à assessoria para dar o *play.*

(*Procede-se à exibição de vídeos.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Cumprida a finalidade desta sessão do Senado Federal, presencialmente e remotamente, agradeço às personalidades que nos ajudaram a fazê-la e que nos honraram com suas participações e presenças.

Declaro encerrada a sessão, sob a proteção de Deus. (*Palmas.*)

(*Levanta-se a sessão às 17 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Comunicações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Expediente do Senador Humberto Costa, já disponibilizado no endereço eletrônico do Senado Federal, por meio do qual relata participação no evento "Latin American High Level Meeting" em Bruxelas, Bélgica, no período de 13 a 16 de novembro de 2021, nos termos do Requerimento nº 447, de 2021-CDIR.

O Requerimento vai ao Arquivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do Podemos

Of. 015/2022-GLPODEMOS.

SF/22531.37791-70

Brasília, em 02 de maio de 2022.

À Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho a Vossa Excelência, indicar os seguintes senadores do PODEMOS para compor a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – **CCJ**:

- **(TITULAR)** Senador JORGE KAJURU, no lugar do Senador EDUARDO GIRÃO.
- **(SUPLENTE)** Senador EDUARDO GIRÃO, no lugar do Senador JORGE KAJURU.

Atenciosamente,

Senador ALVARO DIAS
Líder do PODEMOS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

OFÍCIO 201/2022-GSNTRAD

Brasília, 02 de maio de 2022.

A COAME,

Com meus cordiais cumprimentos, como Presidente do Parlamento do Mercosul, informo a Desconvocação da **XIV Sessão Especial e a LXXXI Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul** que seria realizada no dia 16 de maio de 2022 em Montevidéu no Uruguai, desta forma solicito as providências cabíveis junto à Coordenação de Apoio a Mesa do Senado Federal.

Senador Nelsinho Trad
Líder do PSD – Senado Federal

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo I – 24º - CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6767/6768 – Fax: +55 (61) 3303-6774 – sen.nelsinhotrad@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FE5A07710044C79D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.048620/2022-15

PARLAMENTO DEL MERCOSUR

PARLAMENTO DEL MERCOSUR

Secretaría Parlamentaria

PARLAMENTO DO MERCOSUL

Sres. Parlamentarios
Parlamento del MERCOSUR

Debido a la irregularidad surgida por parte de la línea aérea que cubre el tramo Asunción - Montevideo - Asunción en forma directa para el día 15 de de mayo y la imposibilidad de asegurar los asientos necesarios para los Señores Parlamentarios de un Estado Parte aún en los días 14/5 y 16/5, se comunica a los Señores Parlamentarios del MERCOSUR que de acuerdo al Art. 118 numeral 1, del R.I, quedan desconvocadas la Sesión Ordinaria y la Sesión Especial previstas para el día 16 de mayo del corriente. La Mesa Directiva que se reunirá en Buenos Aires el día 9 de mayo próximo, analizará la situación y buscará encontrar la fecha mas próxima posible para volver a convocarlas.

Atentamente

Edgar Lugo
Secretario Parlamentario

Pablo de María 827 - Montevideo Uruguay - Tel. (5982) 410 97.97

www.parlamentomercosur.org

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FE5A07710044C79D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.052721/2022-91

Ofício nº 201, de 2022, do Senador Nelsinho Trad, Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, por meio do qual comunica a desconvocação da XIV Sessão Especial e da LXXXI Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, agendadas para 16 de maio de 2022, em Montevidéu, Uruguai; razão pela qual fica cancelada a missão oficial objeto dos Requerimentos nºs 155, 159, 163 e 164, de 2022, da Comissão Diretora.

O ofício vai à publicação.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Indicação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

INDICAÇÃO N° 21, DE 2022

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação a revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Direito para inclusão da disciplina de Direito do Trânsito.

AUTORIA: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

SF/22351.78569-83

INDICAÇÃO Nº , DE 2022

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação a revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Direito para inclusão da disciplina de Direito do Trânsito.

Sugerimos ao Poder Executivo Federal, por intermédio do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Direito para inclusão da disciplina de Direito do Trânsito.

JUSTIFICAÇÃO

O trânsito influencia a sociedade com tanta expressividade que o legislador de trânsito erigiu o direito de todos à educação para o trânsito, da pré-escola até o terceiro grau, nos termos dos arts. 74 e 76 do Código de Trânsito Nacional. Contudo, tanto por inércia do ente público ou por desconhecimento da sua importância, tal educação ainda não foi efetivamente satisfeita em nenhum nível.

Outrossim, as relações no trânsito são introjetadas em diversos ramos do Direito, mormente no administrativo, constitucional, civil, penal, processual civil e penal, mas também nos segmentos do ambiental, urbanístico, infância e juventude.

O número considerável de ações indenizatórias oriundas de eventos de trânsito, processos contra o ente público fiscalizador do trânsito, defesas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

penais, bem como ações coletivas fundadas no Direito do Trânsito, além de inúmeros procedimentos administrativos (defesas prévias, recursos à JARI's, defesa administrativa em suspensões do direito de dirigir) demonstram para qualquer operador do direito a enorme importância dessa temática jurídica.

Toda essa demanda judicial somente reflete a influência cotidiana das relações do trânsito como a própria estrutura moderna advinda do nosso atual Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 1997), um microssistema jurídico que detém normas específicas constitucionais, administrativas, civis, penais e processuais, como os estatutos correlatos do mesmo período (Estatuto do Consumidor, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso). Os autores que estudam esse ramo do direito – ainda em número bem reduzido – são uníssonos em afirmar a autonomia do Direito do Trânsito aos demais ramos da ciência jurídica.

Contudo, mesmo com toda essa expressividade cotidiana, administrativa e forense, a maioria absoluta dos cursos de direito não possibilitam em sua grade curricular a disciplina de Direito do Trânsito, para o estudo aprofundado e implicações desse ramo do direito na formação do bacharel ou advogado, tudo para a sua atividade profissional.

Não se pode olvidar que as tragédias e perdas no trânsito clamam por estudos e ações eficazes nessa temática, em todos os setores e estruturas, especialmente naquelas que mais são determinantes paras as relações sociais. Nesse aspecto, a Organização Mundial pela Saúde (OMS) e Organização das Nações Unidas (ONU), desde o início deste século, colocam em constante preocupação as perdas no trânsito, tanto humanas como econômicas.

Dessa forma, **aos operadores do Direito, quando da sua formação, devem ter a opção de implementação efetiva do estudo do Direito do Trânsito na grade curricular do curso de Direito**.

A formação de bacharéis com acesso ao estudo específico do Direito do Trânsito efetivará, certamente, maior conhecimento técnico-jurídico em todos os segmentos administrativo-judiciais onde os futuros operadores do direito atuarem, com a melhora na qualidade dos procedimentos policiais e administrativos, das ações e demandas judiciais, além do serviço público e, especialmente, do exercício dos atos de cidadania que orbitam o Direito do Trânsito e diariamente todos nós necessitamos.

Dessa forma, encaminhamos a presente proposta para efetivar outras possibilidades de se contribuir na construção de um trânsito seguro, sendo mais uma voz e resposta ao chamamento mundial de segurança no trânsito proposto pela ONU e OMS.

SF/22351.78569-83

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Sala das Sessões,

Senador FABIANO CONTARATO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ofícios do Ministro de Estado de Minas e Energia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.052721/2022-91

Ofícios do Ministro de Estado de Minas e Energia nºs 201 e 202, de 2 de maio de 2022, em resposta aos Requerimentos nºs 195 e 196, de 2022, de autoria do Senador Jaques Wagner.

O requerente foi comunicado e a informações anexadas na tramitação dos requerimentos.

As matérias vão ao Arquivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Projetos de Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI
Nº 1075, DE 2022

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para assegurar aos condutores o direito a ter o exame toxicológico obrigatório custeado pelo empregador.

AUTORIA: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fabiano Contarato

SF/22153.60782-18

PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para assegurar aos condutores o direito a ter o exame toxicológico obrigatório custeado pelo empregador.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 168 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte § 8º:

"Art. 168. .....

.....

§ 8º Será por conta do empregador, além dos exames previstos no *caput* deste artigo, o exame toxicológico obrigatório para condutores das categorias C, D e E como condição para a obtenção e a renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), previsto no art. 148-A da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), quando o condutor for empregado e estas categorias forem exigidas para a função que exercer." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fabiano Contarato

SF/22153.60782-18

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil ainda é um dos países mais violentos no trânsito em todo o mundo, razão pela qual não é possível relaxar em normas preventivas importantes, como a obrigação do exame toxicológico para obtenção e renovação das categorias de CNH que autorizam a direção de veículos maiores. Contudo, a frustração dos trabalhadores com o alto custo do exame é compreensível. A solução não passa por revogar a sua exigência, mas sim por demandar que o exame seja custeado pelos empregadores.

O exame toxicológico foi instituído pela Lei nº 13.103/15 (posteriormente alterada pela Lei nº 14.071, de 2020), que prevê sua obrigatoriedade para habilitação e renovação das categorias C, D ou E (art. 148-A, CTB), bem como nos casos de admissão e por ocasião do desligamento de motorista profissional.

Uma pesquisa feita pelo Ministério Público do Trabalho, com a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e outros órgãos, identificou queda de 60% no uso de drogas por motoristas profissionais, entre 2015, último ano sem exigência do exame, e 2019, três anos após a aplicação da norma. A única explicação foi a exigência do exame toxicológico, uma vez que não houve nenhum outro fator que justificasse essa queda. Ao mesmo tempo, os acidentes com caminhões caíram 34% nas rodovias federais entre 2015 (último ano sem a exigência do exame) e 2017 (o primeiro em que foi exigido na plenitude).[1]

O exame toxicológico passou a ser uma ferramenta essencial para tornar a estrada mais segura, visto que tem o potencial de reduzir os acidentes nas estradas causados por veículos de maior porte. Os motoristas são favoráveis à exigência do exame, entretanto, representa um custo para esses profissionais. Ora, se são os empregadores que se beneficiam da habilitação do motorista nas categorias C, D, E, é justo que sejam eles a custear o benefício.

Esta é uma solução que preserva a segurança no trânsito e atende aos anseios dos condutores.

[1] https://prt24.mpt.mp.br/informe-se/noticias-do-mpt-ms/898-obrigatoriedade-de-exame-toxicologico-reduz-consumo-de-drogas-nas-estradas-atesta-pesquisa-do-mpt-e-trt-em-ms

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fabiano Contarato

SF/22153.60782-18

Cumpre ressaltar que os exames toxicológicos exigidos previamente à admissão e por ocasião do desligamento do motorista profissional empregado e o periódico previsto no artigo 235-B, inciso VII, da CLT, já são custeados pelo empregador (art. 168, § 7º, CLT). Portanto, faz todo sentido que o exame toxicológico obrigatório para condutores das categorias C, D e E como condição para a obtenção e renovação da Carteira Nacional de Habilitação (148-A do CTB) também seja de responsabilidade dos empregadores.

Em face da importância da matéria, pela paz no trânsito e pela preservação da renda dos motoristas, solicito o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores para a aprovação deste Projeto.

Senador FABIANO CONTARATO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); CLT - 5452/43
  https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943;5452
  - art168
  - art235-2_cpt_inc7
  - par7
- urn:lex:br:federal:lei:1915;13103
  https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1915;13103
- Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - 9503/97
  https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1997;9503
  - art148-1
- Lei nº 14.071 de 13/10/2020 - LEI-14071-2020-10-13 - 14071/20
  https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2020;14071

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI
Nº 1076, DE 2022

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para determinar a implementação, nos cursos de graduação em Direito, a disciplina do Direito do Trânsito.

AUTORIA: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

SF/22337.79921-53

PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para determinar a implementação, nos cursos de graduação em Direito, a disciplina do Direito do Trânsito.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

"**Art. 79-A.** A disciplina de Direito do Trânsito será implementada nos cursos de graduação em Direito." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após 180 dias da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O trânsito influencia a sociedade com tanta expressividade que o legislador de trânsito erigiu o direito de todos à educação para o trânsito, da pré-escola até o terceiro grau, nos termos dos arts. 74 e 76 do Código de Trânsito Nacional. Contudo, tanto por inércia do ente público ou por desconhecimento da sua importância, tal educação ainda não foi efetivamente satisfeita em nenhum nível.

Outrossim, as relações no trânsito são introjetadas em diversos ramos do Direito, mormente no administrativo, constitucional, civil, penal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

processual civil e penal, mas também nos segmentos do ambiental, urbanístico, infância e juventude.

O número considerável de ações indenizatórias oriundas de eventos de trânsito, processos contra o ente público fiscalizador do trânsito, defesas penais, bem como ações coletivas fundadas no Direito do Trânsito, além de inúmeros procedimentos administrativos (defesas prévias, recursos à JARI's, defesa administrativa em suspensões do direito de dirigir) demonstram para qualquer operador do direito a enorme importância dessa temática jurídica.

SF/22337.79921-53

Toda essa demanda judicial somente reflete a influência cotidiana das relações do trânsito como a própria estrutura moderna advinda do nosso atual Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 1997), um microssistema jurídico que detém normas específicas constitucionais, administrativas, civis, penais e processuais, como os estatutos correlatos do mesmo período (Estatuto do Consumidor, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso). Os autores que estudam esse ramo do direito – ainda em número bem reduzido – são uníssonos em afirmar a autonomia do Direito do Trânsito aos demais ramos da ciência jurídica.

Contudo, mesmo com toda essa expressividade cotidiana, administrativa e forense, a maioria absoluta dos cursos de direito não possibilitam em sua grade curricular a disciplina de Direito do Trânsito, para o estudo aprofundado e implicações desse ramo do direito na formação do bacharel ou advogado, tudo para a sua atividade profissional.

Não se pode olvidar que as tragédias e perdas no trânsito clamam por estudos e ações eficazes nessa temática, em todos os setores e estruturas, especialmente naquelas que mais são determinantes paras as relações sociais. Nesse aspecto, a Organização Mundial pela Saúde (OMS) e Organização das Nações Unidas (ONU), desde o início deste século, colocam em constante preocupação as perdas no trânsito, tanto humanas como econômicas.

Dessa forma, **aos operadores do Direito, quando da sua formação, devem ter a opção de implementação efetiva do estudo do Direito do Trânsito na grade curricular do curso de Direito**.

A formação de bacharéis com acesso ao estudo específico do Direito do Trânsito efetivará, certamente, maior conhecimento técnico-jurídico em todos os segmentos administrativo-judiciais onde os futuros operadores do direito atuarem, com a melhora na qualidade dos procedimentos policiais e administrativos, das ações e demandas judiciais, além do serviço público e, especialmente, do exercício dos atos de cidadania que orbitam o Direito do Trânsito e diariamente todos nós necessitamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Dessa forma, encaminhamos a presente proposta para efetivar outras possibilidades de se contribuir na construção de um trânsito seguro, sendo mais uma voz e resposta ao chamamento mundial de segurança no trânsito proposto pela ONU e OMS.

Por essas razões, pedimos o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores na aprovação deste Projeto de Lei.

SF/22337.79921-53

Sala das Sessões,

Senador FABIANO CONTARATO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - 9503/97
https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1997;9503

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI
Nº 1077, DE 2022

Acresce o art. 73-A à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para permitir a qualquer cidadão ou entidade civil representar, para defesa de interesses individuais homogêneos, coletivos ou difusos, à Defensoria Pública e ao Ministério Público em matéria de trânsito.

AUTORIA: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

Acresce o art. 73-A à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para permitir a qualquer cidadão ou entidade civil representar, para defesa de interesses individuais homogêneos, coletivos ou difusos, à Defensoria Pública e ao Ministério Público em matéria de trânsito.

SF/22128.61414-45

O **CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro) passa a vigorar acrescido do seguinte art. 73-A:

> "**Art. 73-A.** Qualquer cidadão ou entidade civil poderá comunicar à Defensoria Pública ou ao Ministério Público para a defesa dos direitos individuais homogêneos, coletivos ou difusos, relacionados com a temática do trânsito, inclusive quando, na forma do artigo 73, inexistir resposta no prazo máximo de trinta dias ou sendo insatisfatória as providências da solicitação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997) trouxe um capítulo específico de garantias ao cidadão, para as postulações relacionadas ao cenário viário na temática do trânsito, tudo com a finalidade de buscar de forma integrada com a sociedade e as entidades e órgãos de trânsito a plenitude de um trânsito seguro.

Contudo, observa-se que as solicitações muitas vezes não são atendidas ou respondidas. Além disso, as formas de postulações sequer são divulgadas de forma ampla para a sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Conforme se verifica nas disposições constitucionais dos arts. 134 e 127, existem duas instituições, autônomas, que também podem realizar a proteção e a defesa dos direitos coletivos violados na seara do trânsito seguro: a Defensoria Pública e o Ministério Público.

Assim, a fim de proporcionar maior amplitude na viabilidade das postulações e solicitações dos cidadãos ou das entidades civis, para a defesa dos direitos individuais homogêneos, coletivos ou difusos, relacionados com a temática do trânsito ou inexistindo resposta administrativa no prazo máximo de 30 dias ou, ainda, sendo insatisfatória as providências da solicitação, será possível a qualquer cidadão representar à Defensoria Pública ou ao Ministério Público, a fim de que elas adotem as providências necessárias à defesa da sociedade na temática do trânsito. Sob essa ótica, essas entidades poderão promover medidas contra as entidades e órgãos de trânsito que ocasionaram a irregularidade, especialmente porque, à luz do § 3º do art. 1° do Código de Trânsito Brasileiro, a responsabilidade civil dos órgãos e entidades de trânsito é objetiva.

SF/22128.61414-45

Sala das Sessões,

Senador **FABIANO CONTARATO**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - 9503/97
https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1997;9503

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI
Nº 1086, DE 2022

Acrescenta o art. 879-B à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para pacificar o entendimento quanto à incidência de correção monetária e juros de mora no ordenamento jurídico pátrio.

AUTORIA: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Presidência

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

SF/22778.58474-88

Acrescenta o art. 879-B à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para pacificar o entendimento quanto à incidência de correção monetária e juros de mora no ordenamento jurídico pátrio.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 879-B:

"**Art. 879.** .....

.....

§ 7º A atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial será feita pela variação do IPCA-E, ou por índice que venha a substituí-lo, calculado pelo IBGE, que deverá ser aplicado de forma uniforme por todo o prazo decorrido entre a condenação e o cumprimento da sentença." (NR)

"**Art. 879-B.** Aos débitos trabalhistas de qualquer natureza, quando não satisfeitos pelo empregador nas épocas próprias assim definidas em lei, acordo ou convenção coletiva, sentença normativa ou cláusula contratual, incidirá atualização monetária correspondente ao IPCA-E, divulgado pelo IBGE, acumulada no período compreendido entre a data de vencimento da obrigação e o seu efetivo pagamento.

§ 1° Aos débitos trabalhistas constantes de condenação pela Justiça do Trabalho ou decorrentes dos acordos judiciais ou extrajudiciais referentes aos pagamentos resultantes da relação de trabalho - quando não cumpridos nas condições homologadas ou constantes do seu termo – serão acrescidos, à atualização disposta no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Presidência

SF/22778.58474-88

caput, juros de mora equivalentes à remuneração adicional dos depósitos de poupança, conforme previsto no inciso II do caput do art. 12 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, contados do ajuizamento da reclamação ou da celebração do acordo extrajudicial e aplicados *pro rata die*, ainda que não explicitados na sentença ou no termo de conciliação.

§ 2° Na hipótese de a data de vencimento das obrigações de que trata este artigo ser anterior a 1° de fevereiro de 1991, os juros de mora serão calculados pela composição entre a variação acumulada do BTN Fiscal no período compreendido entre a data de vencimento da obrigação e 31 de janeiro de 1991, e a TRD acumulada entre 1° de fevereiro de 1991 e seu efetivo pagamento."

"**Art. 883.** Não pagando o executado, nem garantindo a execução, seguir-se-á penhora dos bens, tantos quantos bastem ao pagamento da importância da condenação, acrescida de custas e juros de mora equivalentes à remuneração adicional dos depósitos de poupança, conforme previsto no inciso II do caput do art. 12 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, sendo estes, em qualquer caso, devidos somente a partir da data em que for ajuizada a reclamação inicial." (NR)

Art. 2º A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"**Art. 389.** Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais atualização monetária correspondente ao IPCA-E; juros equivalentes à remuneração adicional dos depósitos de poupança, conforme previsto no inciso II do caput do art. 12 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991; e honorários de advogado." (NR)

"**Art. 395.** Responde o devedor pelos prejuízos a que sua mora der causa, mais atualização monetária correspondente ao IPCA-E; juros equivalentes à remuneração adicional dos depósitos de poupança, conforme previsto no inciso II do caput do art. 12 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991; e honorários de advogado.

Parágrafo único. ....." (NR)

"**Art. 406.** Quando os juros moratórios não forem convencionados, ou o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, serão equivalentes à remuneração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Presidência

SF/22778.58474-88

adicional dos depósitos de poupança, conforme previsto no inciso II do caput do art. 12 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991." (NR)

"**Art. 418.** Se a parte que deu as arras não executar o contrato, poderá a outra tê-lo por desfeito, retendo-as; se a inexecução for de quem recebeu as arras, poderá quem as deu haver o contrato por desfeito, e exigir sua devolução mais o equivalente, com atualização monetária correspondente ao IPCA-E; juros equivalentes à remuneração adicional dos depósitos de poupança, conforme previsto no inciso II do caput do art. 12 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991; e honorários de advogado." (NR)

Art. 3º Revoga-se o art. 39 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor no dia de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

O ordenamento jurídico pátrio tem sofrido com graves inseguranças advindas, de um lado, da falta de atualização da legislação vigente relacionada à correção monetária e aos juros de mora e, de outro, das interpretações conflitantes conferidas às normas atuais pelos diversos órgãos e instâncias do Poder Judiciário.

Exemplo disso é a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito da correção monetária dos débitos trabalhistas. A Lei nº 8.177, de 1991, estipulou em seu art. 39, *caput*, que os débitos trabalhistas de qualquer natureza, quando não satisfeitos pelo empregador nas épocas próprias, sofrerão juros de mora equivalentes à TRD acumulada no período compreendido entre a data de vencimento da obrigação e o seu efetivo pagamento. A TRD (taxa referencial diária) foi um indicador utilizado durante o Plano Collor II e tinha o intuito de auxiliar na desindexação da economia brasileira, que sofria com a hiperinflação. Posteriormente, em 1993, foi substituída pela TR. Com isso, os débitos trabalhistas passaram a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Presidência

SF/22778.58474-88

ser corrigidos monetariamente pelo índice da TR, previsto no artigo 1º da Lei 8.660, de 1993.

Entretanto, o Tribunal Superior do Trabalho (TST), em arguição de inconstitucionalidade, decidiu que a referência feita à TRD pela Lei nº 8.177, de 1991, é inconstitucional e que, portanto, os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Apesar da decisão do TST, o § 7º do art. 879 da CLT dispõe que a atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial deve ser feita pela Taxa Referencial (TR). Esse dispositivo suscitou uma ação de controle abstrato de constitucionalidade no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), que decidiu que à atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e à correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho devem ser aplicados, até que sobrevenha solução legislativa, os mesmos índices de correção monetária e de juros que vigentes para as condenações cíveis em geral, quais sejam, a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a incidência da taxa Selic.

A analogia com o Código Civil busca amparo em seu artigo 406, que, ao tratar dos juros legais, afirma que "quando os juros moratórios não forem convencionados, ou o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional".

Há um entendimento disseminado na jurisprudência pátria de que a taxa aplicável para a mora do pagamento de tributos devidos à Fazenda Nacional seria a Selic. Tal entendimento parece ser pacífico no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que, ao avaliar o Recurso Especial nº 1543150/DF, em 2019, decidiu que "a taxa de juros moratórios a que se refere o art. 406 do Código Civil de 2002 é a Selic." No entanto, há que se lembrar que a Selic é uma taxa de juros nominal e, portanto, já embute expectativas inflacionárias. Logo, tendo em vista que haverá correção monetária pelo IPCA-E, não é o mais adequado aplicar, sobre uma mora que já ocorreu e foi corrigida, uma taxa que embute expectativas de preço futuras. Essa ideia fica mais clara se pensarmos que os juros de mora funcionam como uma espécie de multa e não de taxa de juro remuneratória convencional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Presidência

SF/22778.58474-88

(que precifica os riscos, a inflação e o tempo futuro de abdicação dos recursos).

Ademais, a despeito do entendimento do STJ, que deveria dar a palavra final sobre o assunto, muitas decisões judiciais de instâncias inferiores adotam posicionamento divergente. Diversos juízes e desembargadores entendem que a taxa em vigor para a mora do pagamento de tributos devidos à Fazenda Nacional remeteria ao disposto no art. 161, § 1°, do Código Tributário Nacional (CTN), que determina que "se a lei não dispuser de modo diverso, os juros de mora são calculados à taxa de um por cento ao mês." De fato, basta uma rápida pesquisa nos sítios eletrônicos dos tribunais brasileiros para se constatar que há, em diversas ocasiões, a aplicação da taxa de juros legais a 1% ao mês mais correção monetária por índice divulgado por cada tribunal, interpretando-se de maneira desarmônica o art. 406 do Código Civil em conjunto com o art. 161 do CTN. Evidentemente, abre-se grave insegurança jurídica quanto ao tema e, pior, considerando os patamares atuais da taxa básica de juros da economia, a taxa Selic, tem-se que o impacto prático da falta de pacificação desse assunto é que uma ação judicial está sendo um “investimento” muito mais rentável que a maior parte dos ativos do mercado financeiro.

Portanto, já tarda que uma lei venha a pacificar assunto tão importante para a segurança jurídica e para o ambiente de negócios nacionais. Dessa maneira, o meu objetivo, com o presente PL, é o de simplificar e impor justiça para todos os juros praticados no meio judicial. Com tal intuito em mente e sempre visando ao interesse público, propomos uma série de alterações na legislação atual.

Em primeiro lugar, acrescentamos art. 879-B à CLT, que incorpora o art. 39 que trata de dívidas trabalhistas, mas que, atualmente, encontra-se de maneira avulsa na Lei nº 8.177, de 1991. De acordo com a nova redação, aos débitos trabalhistas de qualquer natureza, quando não satisfeitos pelo empregador nas épocas próprias assim definidas em lei, acordo ou convenção coletiva, sentença normativa ou cláusula contratual incidirá atualização monetária correspondente ao IPCA-E, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acumulada no período compreendido entre a data de vencimento da obrigação e o seu efetivo pagamento. Assim, preservamos o entendimento atual do STF, de que, na fase pré-judicial, tais débitos devem ser corrigidos conforme índice de preços oficial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Presidência

SF/22778.58474-88

Ademais, dispomos que, aos débitos trabalhistas constantes de condenação pela Justiça do Trabalho ou decorrentes dos acordos judiciais ou extrajudiciais referentes aos pagamentos resultantes da relação de trabalho - quando não cumpridos nas condições homologadas ou constantes do seu termo – incidirão, além da supracitada correção monetária, juros de mora equivalentes à remuneração adicional dos depósitos de poupança, conforme previsto no inciso II do caput do art. 12 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, contados do ajuizamento da reclamação ou da celebração do acordo extrajudicial e aplicados pro rata die, ainda que não explicitados na sentença ou no termo de conciliação.

Essa remuneração adicional dos depósitos de poupança equivale a: i) 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, enquanto a meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, for superior a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento); ou ii) 70% (setenta por cento) da meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, mensalizada, vigente na data de início do período de rendimento, nos demais casos. Assim, tendo em vista a existência de correção monetária pelo IPCA-E, os juros de mora baseados na remuneração adicional da poupança – que é uma taxa real, já que a correção monetária é feita por outro indicador (no caso da poupança, a TR) – mostra-se mais adequada que a utilização da Selic – a qual, conforme anteriormente explicitado, é uma taxa nominal, que incorpora expectativas inflacionárias.

Com a situação prévia à última decisão do STF, em que vigoravam correção monetária acrescida de juros anuais de 12%, o reclamante no processo trabalhista recebia rendimentos muito superiores aos de investimentos considerados extremamente arriscados no mercado financeiro. Obviamente, isso estimula a dilação do processo de forma proposital por parte do reclamante, além de gerar um grande custo e penalizar de forma desproporcional o empresário – que, não podemos esquecer, é responsável também pelo emprego de diversos outros trabalhadores e por fornecer produtos e serviços de interesse de toda a população. Porém, com a situação atual, em que se corrige os valores apenas pela Selic, a qual está abaixo da inflação, o trabalhador é penalizado pela demora do Judiciário, já que recebe o dinheiro, ao final do processo, com um poder de compra abaixo do que lhe é devido. A solução deste projeto garante que o trabalhador receba acima da inflação e, ao mesmo tempo, que o empresário não pague juros desproporcionais aos praticados na conjuntura econômica do período da ação. Portanto, ao defendermos a solução mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Presidência

SF/22778.58474-88

justa para todas as partes, protegemos trabalhador e empresário. Todos ganham. De um lado, defendemos o trabalhador envolvido no litígio, que recebe uma justa indenização corrigida, e, de outro lado, preservamos a atividade econômica e a empregabilidade, ao promovermos segurança jurídica e retirarmos ônus excessivamente desproporcionais impostos aos empresários.

Ademais, com a intenção de harmonizar de maneira definitiva nosso ordenamento jurídico, realizamos algumas alterações no Código Civil. Atualizamos os artigos 389, 395 e 418 para substituir expressões que fizessem referência de maneira vaga a juros e atualização monetária. A regra agora será a mesma explicita anteriormente: atualização monetária equivalente ao IPCA-E e juros correspondentes à remuneração adicional dos depósitos de poupança.

Também modificamos o art. 406 do Código Civil para substituir a expressão "serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional" por "serão equivalentes à remuneração adicional dos depósitos de poupança, conforme previsto no inciso II do caput do art. 12 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991".

Por fim, revogamos o art. 39 da Lei nº 8.177, de 1991, tendo em vista que esse dispositivo foi incorporado por este PL à CLT, na forma de art. 879-B.

Vale salientar que todas essas alterações seguem a direção de recente estudo sobre o Brasil realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), organismo internacional intergovernamental que visa a estimular o progresso econômico e o comércio mundial. Segundo o citado estudo, o Judiciário brasileiro se notabiliza pelas interpretações conflitantes diante de leis pouco explícitas. Tal cenário de insegurança jurídica, na visão dos economistas da OCDE, é tão prejudicial aos negócios quanto a falta de integração do país ao mundo, o complexo sistema tributário e os gargalos na infraestrutura. De acordo com a organização, as empresas que atuam no Brasil enfrentam "significativa heterogeneidade em decisões judiciais", o que também enseja desincentivo aos investimentos. Consequentemente, precisamos tratar desse problema se quisermos estimular o desenvolvimento econômico do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Presidência

Em suma, diante do exposto, acreditamos que estamos atuando para corrigir injustiças históricas e para aumentar a produtividade do nosso Judiciário. Consequentemente, estamos incentivando investimentos, preservação de empregos e crescimento econômico no Brasil – ou seja, estamos melhorando a qualidade de vida da população e economizando dinheiro para o contribuinte. Com a aprovação deste PL, eliminaremos distorções e injustiças severas que prejudicam o cidadão brasileiro e geram insuperável insegurança jurídica. Para tanto, a fim de modernizar nosso ordenamento de acordo com as melhores práticas mundiais, solicitamos apoio aos nobres Pares, a fim de aprovarmos a presente proposição.

Sala das Sessões,

Senador RODRIGO PACHECO

SF/22778.58474-88

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); CLT - 5452/43
  https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943;5452
  - art879_par7
- Lei nº 8.177, de 1º de Março de 1991 - Lei de Desindexação da Economia ; Plano Collor II - 8177/91
  https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1991;8177
  - art12_cpt_inc2
  - art39
- Lei nº 8.660, de 28 de Maio de 1993 - LEI-8660-1993-05-28 - 8660/93
  https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1993;8660
  - art1
- Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil (2002) - 10406/02
  https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2002;10406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Projeto de Resolução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 16, DE 2022

Modifica a denominação da Sala do Municipalismo para "Sala do Municipalismo – Senador Juvêncio da Fonseca".

AUTORIA: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2022

SF/22544.36359-11

Modifica a denominação da Sala do Municipalismo para "Sala do Municipalismo – Senador Juvêncio da Fonseca".

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Sala do Municipalismo localizada no Interlegis, edifício Senador Ronaldo Cunha Lima, passa a denominar-se "Sala do Municipalismo – Senador Juvêncio da Fonseca".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 27 de abril do corrente ano, o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, inaugurou a Sala do Municipalismo, espaço de trabalho reservado para prefeitos e vereadores que estiverem visitando o Senado Federal. O espaço estará a disposição dos 5.568 prefeitos dos municípios brasileiros e dos mais de 58 mil vereadores eleitos em 2020.

Aproveitamos este importante momento para fazer uma justa homenagem ao ex-senador pelo Mato Grosso do Sul, Juvêncio da Fonseca.

Juvêncio Cesar da Fonseca nasceu em 1935, em Campo Grande. Com muito esforço, em razão de sua origem familiar bastante humilde, conseguiu se formar pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Após a formatura, voltou a Campo Grande e foi aprovado em concurso para defensor público. Neste período, foi professor na antiga FUCMT, hoje UCDB, e também presidente da Santa Casa.

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo I – 24º - CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61)3303-6767/6768 – sen.nelsinhotrad@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

SF/22544.36359-11

Na vida política, Juvêncio foi vereador de 1983 até 1985, quando se candidatou à prefeitura de Campo Grande. Foi eleito, e comandou a cidade por dois mandatos, de 1986-1988 e de 1993 a 1996. Ele assumiu o cargo de senador em 1998, tendo exercido o mandato até 31 de janeiro de 2007.

Marcou sua trajetória política na defesa do municipalismo. Em seus discursos e ações sempre defendeu uma maior centralização de recursos e poder no executivo municipal. Entendia que este ideal deveria ser perseguido como uma busca pela melhoria da qualidade de vida do cidadão.

Em 2001, Juvêncio foi admitido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso à Ordem do Mérito Militar no grau de Comendador especial. Em 2006, foi promovido ao grau de Grande-Oficial pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Dessa forma, por ser medida justa a homenagem, contamos com o apoio dos colegas para a aprovação desta matéria.

Sala das Sessões,

Senador NELSINHO TRAD

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo I – 24º - CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61)3303-6767/6768 – sen.nelsinhotrad@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Otto Alencar*
PSD - Angelo Coronel**
PT - Jaques Wagner**

Rio de Janeiro

PL - Romário*
PL - Carlos Portinho** (S)
PL - Flávio Bolsonaro**

Maranhão

PTB - Roberto Rocha*
CIDADANIA - Eliziane Gama**
PDT - Weverton**

Pará

PT - Paulo Rocha*
MDB - Jader Barbalho**
PL - Zequinha Marinho**

Pernambuco

MDB - Fernando Bezerra Coelho*
PT - Humberto Costa**
MDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

PSDB - José Serra*
MDB - Giordano** (S)
PSDB - Mara Gabrilli**

Minas Gerais

PSD - Alexandre Silveira* (S)
PL - Carlos Viana**
PSD - Rodrigo Pacheco**

Goiás

PSC - Luiz Carlos do Carmo* (S)
PODEMOS - Jorge Kajuru**
PSD - Vanderlan Cardoso**

Mato Grosso

PL - Wellington Fagundes*
PSD - Carlos Fávaro**
UNIÃO - Fabio Garcia** (S)

Rio Grande do Sul

PODEMOS - Lasier Martins*
PP - Luis Carlos Heinze**
PT - Paulo Paim**

Ceará

PSDB - Tasso Jereissati*
PDT - Cid Gomes**
PODEMOS - Eduardo Girão**

Paraíba

MDB - Nilda Gondim* (S)
PSD - Daniella Ribeiro**
MDB - Veneziano Vital do Rêgo**

Espírito Santo

MDB - Rose de Freitas*
PT - Fabiano Contarato**
PODEMOS - Marcos do Val**

Piauí

PP - Elmano Férrer*
PP - Eliane Nogueira** (S)
MDB - Marcelo Castro**

Rio Grande do Norte

PT - Jean Paul Prates* (S)
PODEMOS - Styvenson Valentim**
PROS - Zenaide Maia**

Santa Catarina

PSB - Dário Berger*
PP - Esperidião Amin**
PL - Jorginho Mello**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
MDB - Renan Calheiros**
UNIÃO - Rodrigo Cunha**

Sergipe

PP - Maria do Carmo Alves*
PSDB - Alessandro Vieira**
PT - Rogério Carvalho**

Amazonas

PSD - Omar Aziz*
MDB - Eduardo Braga**
PSDB - Plínio Valério**

Paraná

PODEMOS - Alvaro Dias*
PODEMOS - Flávio Arns**
PODEMOS - Oriovisto Guimarães**

Acre

PP - Mailza Gomes* (S)
UNIÃO - Marcio Bittar**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

MDB - Simone Tebet*
PSD - Nelsinho Trad**
UNIÃO - Soraya Thronicke**

Distrito Federal

UNIÃO - Reguffe*
PSDB - Izalci Lucas**
PDT - Leila Barros**

Rondônia

PDT - Acir Gurgacz*
MDB - Confúcio Moura**
PL - Marcos Rogério**

Tocantins

PP - Kátia Abreu*
PL - Eduardo Gomes**
PSD - Irajá**

Amapá

UNIÃO - Davi Alcolumbre*
PSD - Lucas Barreto**
REDE - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PROS - Telmário Mota*
UNIÃO - Chico Rodrigues**
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus**

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 19
MDB-12 / PP-7

Confúcio Moura. . . . . MDB / RO
Eduardo Braga. . . . . MDB / AM
Eliane Nogueira. . . . . PP / PI
Elmano Férrer. . . . . PP / PI
Esperidião Amin. . . . . PP / SC
Fernando Bezerra Coelho. . . . . MDB / PE
Giordano. . . . . MDB / SP
Jader Barbalho. . . . . MDB / PA
Jarbas Vasconcelos. . . . . MDB / PE
Kátia Abreu. . . . . PP / TO
Luis Carlos Heinze. . . . . PP / RS
Mailza Gomes. . . . . PP / AC
Marcelo Castro. . . . . MDB / PI
Maria do Carmo Alves. . . . . PP / SE
Nilda Gondim. . . . . MDB / PB
Renan Calheiros. . . . . MDB / AL
Rose de Freitas. . . . . MDB / ES
Simone Tebet. . . . . MDB / MS
Veneziano Vital do Rêgo. . . . . MDB / PB

Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil - 14
PODEMOS-8 / PSDB-6

Alessandro Vieira. . . . . PSDB / SE
Alvaro Dias. . . . . PODEMOS / PR
Eduardo Girão. . . . . PODEMOS / CE
Flávio Arns. . . . . PODEMOS / PR
Izalci Lucas. . . . . PSDB / DF
Jorge Kajuru. . . . . PODEMOS / GO
José Serra. . . . . PSDB / SP
Lasier Martins. . . . . PODEMOS / RS
Mara Gabrilli. . . . . PSDB / SP
Marcos do Val. . . . . PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães. . . . . PODEMOS / PR
Plínio Valério. . . . . PSDB / AM
Styvenson Valentim. . . . . PODEMOS / RN
Tasso Jereissati. . . . . PSDB / CE

Bloco Parlamentar PSD/Republicanos - 13
PSD-12 / REPUBLICANOS-1

Alexandre Silveira. . . . . PSD / MG
Angelo Coronel. . . . . PSD / BA
Carlos Fávaro. . . . . PSD / MT
Daniella Ribeiro. . . . . PSD / PB
Irajá. . . . . PSD / TO
Lucas Barreto. . . . . PSD / AP
Mecias de Jesus. . . . . REPUBLICANOS / RR
Nelsinho Trad. . . . . PSD / MS
Omar Aziz. . . . . PSD / AM
Otto Alencar. . . . . PSD / BA
Rodrigo Pacheco. . . . . PSD / MG
Sérgio Petecão. . . . . PSD / AC
Vanderlan Cardoso. . . . . PSD / GO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9
PT-7 / PROS-2

Fabiano Contarato. . . . . PT / ES
Humberto Costa. . . . . PT / PE
Jaques Wagner. . . . . PT / BA
Jean Paul Prates. . . . . PT / RN
Paulo Paim. . . . . PT / RS
Paulo Rocha. . . . . PT / PA
Rogério Carvalho. . . . . PT / SE
Telmário Mota. . . . . PROS / RR
Zenaide Maia. . . . . PROS / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 9
PL-9

Carlos Portinho. . . . . PL / RJ
Carlos Viana. . . . . PL / MG
Eduardo Gomes. . . . . PL / TO
Flávio Bolsonaro. . . . . PL / RJ
Jorginho Mello. . . . . PL / SC
Marcos Rogério. . . . . PL / RO
Romário. . . . . PL / RJ
Wellington Fagundes. . . . . PL / MT
Zequinha Marinho. . . . . PL / PA

Bloco Parlamentar União Cristã - 8
UNIÃO-7 / PSC-1

Chico Rodrigues. . . . . UNIÃO / RR
Davi Alcolumbre. . . . . UNIÃO / AP
Fabio Garcia. . . . . UNIÃO / MT
Luiz Carlos do Carmo. . . . . PSC / GO
Marcio Bittar. . . . . UNIÃO / AC
Reguffe. . . . . UNIÃO / DF
Rodrigo Cunha. . . . . UNIÃO / AL
Soraya Thronicke. . . . . UNIÃO / MS

PDT/CIDADANIA/REDE - 6
PDT-4 / CIDADANIA-1 / REDE-1

Acir Gurgacz. . . . . PDT / RO
Cid Gomes. . . . . PDT / CE
Eliziane Gama. . . . . CIDADANIA / MA
Leila Barros. . . . . PDT / DF
Randolfe Rodrigues. . . . . REDE / AP
Weverton. . . . . PDT / MA

PTB - 2

Fernando Collor. . . . . AL
Roberto Rocha. . . . . MA

PSB - 1

Dário Berger. . . . . SC

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	19
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil.	14
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos.	13
Bloco Parlamentar Vanguarda.	9
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	9
Bloco Parlamentar União Cristã.	8
PDT/CIDADANIA/REDE.	6
PTB.	2
PSB.	1
TOTAL	81

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.052721/2022-91

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)
Alessandro Vieira** (PSDB-SE)
Alexandre Silveira* (PSD-MG)
Alvaro Dias* (PODEMOS-PR)
Angelo Coronel** (PSD-BA)
Carlos Fávaro** (PSD-MT)
Carlos Portinho** (PL-RJ)
Carlos Viana** (PL-MG)
Chico Rodrigues** (UNIÃO-RR)
Cid Gomes** (PDT-CE)
Confúcio Moura** (MDB-RO)
Daniella Ribeiro** (PSD-PB)
Dário Berger* (PSB-SC)
Davi Alcolumbre* (UNIÃO-AP)
Eduardo Braga** (MDB-AM)
Eduardo Girão** (PODEMOS-CE)
Eduardo Gomes** (PL-TO)
Eliane Nogueira** (PP-PI)
Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)
Elmano Férrer* (PP-PI)
Esperidião Amin** (PP-SC)
Fabiano Contarato** (PT-ES)
Fabio Garcia** (UNIÃO-MT)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)
Fernando Collor* (PTB-AL)
Flávio Arns** (PODEMOS-PR)
Flávio Bolsonaro** (PL-RJ)
Giordano** (MDB-SP)
Humberto Costa** (PT-PE)
Irajá** (PSD-TO)
Izalci Lucas** (PSDB-DF)
Jader Barbalho** (MDB-PA)
Jaques Wagner** (PT-BA)
Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)
Jean Paul Prates* (PT-RN)
Jorge Kajuru** (PODEMOS-GO)
Jorginho Mello** (PL-SC)
José Serra* (PSDB-SP)
Kátia Abreu* (PP-TO)
Lasier Martins* (PODEMOS-RS)
Leila Barros** (PDT-DF)
Lucas Barreto** (PSD-AP)
Luis Carlos Heinze** (PP-RS)
Luiz Carlos do Carmo* (PSC-GO)
Mailza Gomes* (PP-AC)
Mara Gabrilli** (PSDB-SP)
Marcelo Castro** (MDB-PI)
Marcio Bittar** (UNIÃO-AC)
Marcos Rogério** (PL-RO)
Marcos do Val** (PODEMOS-ES)
Maria do Carmo Alves* (PP-SE)
Mecias de Jesus** (REPUBLICANOS-RR)
Nelsinho Trad** (PSD-MS)
Nilda Gondim* (MDB-PB)
Omar Aziz* (PSD-AM)
Oriovisto Guimarães** (PODEMOS-PR)
Otto Alencar* (PSD-BA)
Paulo Paim** (PT-RS)
Paulo Rocha* (PT-PA)
Plínio Valério** (PSDB-AM)
Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Reguffe* (UNIÃO-DF)
Renan Calheiros** (MDB-AL)
Roberto Rocha* (PTB-MA)
Rodrigo Cunha** (UNIÃO-AL)
Rodrigo Pacheco** (PSD-MG)
Rogério Carvalho** (PT-SE)
Romário* (PL-RJ)
Rose de Freitas* (MDB-ES)
Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Simone Tebet* (MDB-MS)
Soraya Thronicke** (UNIÃO-MS)
Styvenson Valentim** (PODEMOS-RN)
Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
Telmário Mota* (PROS-RR)
Vanderlan Cardoso** (PSD-GO)
Veneziano Vital do Rêgo** (MDB-PB)
Wellington Fagundes* (PL-MT)
Weverton** (PDT-MA)
Zenaide Maia** (PROS-RN)
Zequinha Marinho** (PL-PA)

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (PSD-MG)

1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

Romário - (PL-RJ)

1º SECRETÁRIO

Irajá - (PSD-TO)

2º SECRETÁRIO

Elmano Férrer - (PP-PI)

3º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

4º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Jorginho Mello - (PL-SC)

2º Luiz Carlos do Carmo - (PSC-GO)

3º Eliziane Gama - (CIDADANIA-MA)

4º Zequinha Marinho - (PL-PA)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP) - 19 **Líder** **Mailza Gomes - PP** (55,87) ..... **Líder do MDB - 12** **Eduardo Braga** (20,47) Vice-Líder do MDB Marcelo Castro (65) **Líder do PP - 7** **Mailza Gomes** (55,87) Vice-Líderes do PP Elmano Férrer (25,75) Luis Carlos Heinze (44)	**Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS/PSDB) - 14** **Líder** **Lasier Martins - PODEMOS** (15,61) Vice-Líder Flávio Arns (71) ..... **Líder do PODEMOS - 8** **Alvaro Dias** (1,59) Vice-Líderes do PODEMOS Oriovisto Guimarães (67) Eduardo Girão (14,66) Styvenson Valentim (68) **Líder do PSDB - 6** **Izalci Lucas** (19,24,37,56) Vice-Líder do PSDB Mara Gabrilli (58)	**Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD/REPUBLICANOS) - 13** **Líder** **Nelsinho Trad - PSD** (50,81) ..... **Líder do PSD - 12** **Nelsinho Trad** (50,81) Vice-Líderes do PSD Omar Aziz (54) Carlos Fávaro (52) **Líder do REPUBLICANOS - 1** **Mecias de Jesus** (6)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL) - 9 **Líder** **Wellington Fagundes - PL** (11) Vice-Líder Jorginho Mello (3,12,39,76) ..... **Líder do PL - 9** **Carlos Portinho** (40) Vice-Líder do PL Jorginho Mello (3,12,39,76)	**Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9** **Líder** **Zenaide Maia - PROS** (45,84) ..... **Líder do PT - 7** **Paulo Rocha** (23,48,83) Vice-Líder do PT Rogério Carvalho (77,82) **Líder do PROS - 2** **Telmário Mota** (8) Vice-Líder do PROS Zenaide Maia (45,84)	**Bloco Parlamentar União Cristã (UNIÃO/PSC) - 8** **Líder** **Luiz Carlos do Carmo - PSC** (91,92) ..... **Líder do UNIÃO - 7** **Davi Alcolumbre** (89) **Líder do PSC - 1** **Luiz Carlos do Carmo** (91,92)
PDT - 4 **Líder** **Cid Gomes - PDT** (60) **CIDADANIA - 1** **Líder** **Eliziane Gama - CIDADANIA** (49,78,79,86) **REDE - 1** **Líder** **Randolfe Rodrigues - REDE** (63,64)	**PSB - 1** **Líder** **Dário Berger - PSB** (90)	**Maioria** **Líder** **Renan Calheiros - MDB** (53) Vice-Líder Kátia Abreu (73)
Minoria **Líder** **Jean Paul Prates - PT** (46,85)	**Bancada Feminina** **Líder** **Eliziane Gama - CIDADANIA** (49,78,79,86) Vice-Líder Nilda Gondim (80)	**Governo** Vice-Líderes Eduardo Gomes (26,30) Elmano Férrer (25,75) Carlos Viana (38) Jorginho Mello (3,12,39,76)
Oposição **Líder** **Randolfe Rodrigues - REDE** (63,64)		

Notas:
1. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
2. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).
3. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
4. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLIDPSL).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

5. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT)
6. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
7. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
8. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA)
9. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
10. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
11. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
12. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
13. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
14. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL/ (Of. s/n).
15. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
16. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
17. Em 13.02.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado o 2º vice-líder do PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (Of. s/nº/2019-GLPSD).
18. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
19. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1ª vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
20. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
21. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54)
22. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2ª vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
23. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD)
24. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
25. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
26. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
27. Em 09.07.2019, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL/ (Of. s/n).
28. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Patriota, passando a atuar como seu líder (Of. 041/2019-GSJKAJUR).
29. Em 27.08.2019, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Memo. 35/2019-GLDPSB).
30. Em 11.09.2019, o Senador Eduardo Gomes retornou à função de 1º vice-líder do Governo (Of. nº 48, de 2019)
31. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada vice-líder do Partido Social Liberal - PSL (Of. 96-GLIDPSL).
32. Em 01.04.2020, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL (Of. 28/2020-GLPSDB).
33. Em 24.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 092/2020-GSLB).
34. Em 08.05.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada 3ª vice-líder do PODEMOS (Of. 036/2020-GLPODE)
35. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado 1ª vice-líder do Partido Progressista (Of. 43/2020-GLDPP).
36. Em 24.09.2020, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Bloco Senado Independente até 21/01/2021, término da licença do Senador Veneziano Vital do Rego.
37. Em 07.10.2020, o Senador Izalci Lucas deixou a vice-liderança do Governo (Of. nº 007/2020-GLDGOV e Of. nº 141/2020-GSIZALCI).
38. Em 27.11.2020, o Senador Carlos Viana foi designado 3º vice-líder do Governo (Of. nº 135/2020/GSFERCOE).
39. Em 18.01.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado Vice-Líder do Partido Liberal (Of. s/n)
40. Em 18.01.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado líder do Partido Liberal (Of. s/n)
41. Em 01.02.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder do Democratas (Of. 001/2021-GLDEM).
42. Em 01.02.2021, o Senador Alessandro Vieira foi designado Líder do CIDADANIA (Ofício nº 4/2021-GSEGAMA)
43. Em 02.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º Vice-Líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
44. Em 02.02.2021, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado 2º vice-líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
45. Em 02.02.2021, a Senadora Zenaide Maia foi designada Líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 01/2021-BLPRD).
46. Em 02.02.2021, o Senador Jean Paul Prates foi designado Líder da Minoria (Of. 01/2021-GLDMIN)
47. Em 02.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi reconduzido como Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 004/2021-GLMDB).
48. Em 02.02.2021, o Senador Paulo Rocha foi designado Líder do PT (Of. 02/2021-GLDPT)
49. Em 02.02.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/nº/2021).
50. Em 02.02.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado Líder do PSD (Of. 1/2021-GLPSD).
51. Em 02.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
52. Em 03.02.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado 2° Vice-Líder do PSD (Of. 2/2021-GLPSD).
53. Em 03.02.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. 5/2021-GLMDB)
54. Em 03.02.2021, o Senador Omar Aziz foi designado 1° Vice-Líder do PSD (Of. 2/2021-GLPSD).
55. Em 04.02.2021, a Senadora Mailza Gomes foi designada Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 006/2021-GLMDB).
56. Em 08.02.2021, o Senador Izalci Lucas é designado L'ider do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. sn/2021-GLPSDB).
57. Em 09.02.2021, a Senadora Leila Barros foi designada Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 9/2021-GSLB)
58. Em 09.02.2021, a Senadora Mara Gabrilli foi designada 1ª Vice-Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 7/2021-GLPSDB)
59. Em 09.02.2021, o Senador Alvaro Dias foi reconduzido como Líder do Podemos (Of. 004/2021-GLPODEMOS).
60. Em 10.02.2021, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. 3/2021-GLDPDT).
61. Em 10.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado Líder do Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
62. Em 10.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 001/2021-BLUNIDB).
63. Em 11.02.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi reconduzido ao cargo de Líder da REDE (Of. 68/2021-GSRROD).
64. Em 12.02.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder da Oposição ao Governo (Of. 6/2021).
65. Em 23.02.2021, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 8/2021-GLMDB)
66. Em 24.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
67. Em 24.02.2021, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
68. Em 24.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado 3º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
69. Em 11.03.2021, o Senador Rodrigo Cunha é designado 1ª vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
70. Em 11.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke é designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
71. Em 11.03.2021, o Senador Flávio Arns é designado 3ª vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
72. Em 16.03.2021, a Senadora Simone Tebet foi designada Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. nº 12/2021)
73. Em 15.04.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder da Maioria (Of. nº 01/2021-GLDMAI)
74. Em 07.06.2021, o Senador Flávio Bolsonaro é designado Líder do Patriota (Of. 18/2021-GSFB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.052721/2022-91

75. Em 09.08.2021, o Senador Elmano Férrer foi designado 1º vice-líder do Progressistas (Of. nº 37/2021-GLDPP)
76. Em 12.08.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado 4º vice-líder do Governo (Of. nº 14/2021-GLDGOV)
77. Em 19.10.2021, o Senador Rogério Carvalho foi designado vice-líder do PT (Of. nº 31/2021-GLDPT)
78. Em 07.12.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada Vice-Líder do CIDADANIA (Of. nº 012/2021 - GLCID)
79. Em 15.02.2022, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. nº 15/2022-GSSTEBET)
80. Em 22.02.2022, a Senadora Nilda Gondim foi designada Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. nº 02/2022)
81. Em 08.03.2022, o Senador Nelsinho Trad foi designado Líder do Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (Of. 99/2022-GSNTRAD).
82. Em 15.03.2022, o Senador Rogério Carvalho foi reconduzido a vice-líder do PT (Of. nº 6/2022-GLDPT)
83. Em 15.03.2022, o Senador Paulo Rocha foi reconduzido Líder do PT (Of. 06/2022-GLDPT)
84. Em 15.03.2022, a Senadora Zenaide Maia foi reconduzida a Líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 03/2022-BLPRD).
85. Em 16.03.2022, o Senador Jean Paul Prates foi reconduzido a Líder da Minoria (Of. 01/2022-GLDMIN)
86. Em 23.03.2022, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do CIDADANIA (Of. nº 7/2022 - GLCID)
87. Em 05.04.2022, a Senadora Mailza Gomes foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 013/2022-GSENOG).
88. Em 06.04.2022, a Senadora Soraya Thronicke foi designada Líder do Partido Social Liberal - PSL (Of. 286/2022 - GSSTHRON).
89. Em 12.04.2022, o Senador Davi Alcolumbre foi designado Líder do Partido União Brasil (Of. 02/2022-GLUNIAO).
90. Em 12.04.2022, o Senador Dário Berger foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro - PSB (Of. 002/2022-GSDB).
91. Em 13.04.2022, o Senador Luiz Carlos do Carmo foi designado Líder do Partido Social Cristão - PSC (Of. 050/2022 - GSLCARM).
92. Em 20.04.2022, o Senador Luiz Carlos do Carmo foi designado Líder do Bloco Parlamentar União Cristã (Of. nº 09/2022 - GLUNIAO).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS-RJ

Finalidade: Acompanhar "in loco" a situação do Município de Petrópolis/RJ em decorrência dos fortes temporais que assolaram a cidade.

Requerimento nº 90, de 2022

Número de membros: 7 titulares e 2 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PL-RJ) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (3)
RELATOR: Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (3)

Instalação: 14/03/2022
Prazo final: 12/04/2022
Prazo final prorrogado: 12/05/2022

TITULARES	SUPLENTES
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (1)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (1)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1)	2. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (2)
Senador Romário (PL-RJ) (1)	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (1)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)	
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (1)	
Senador Carlos Viana (PL-MG) (1)	

Notas:
1. Em 22.02.2022, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Romário, Eduardo Girão, Esperidião Amin, Leila Barros e Carlos Viana foram designados membros titulares; e o Senador Jean Paul Prates, membro suplente, para compor a comissão.
2. Em 24.02.2022, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, para compor a comissão (Of. 03/2022-GLPL).
3. Em 14.03.2022, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário, Eduardo Girão e Carlos Portinho a Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2022-CTEPETR).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): 61 3303 3514

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA AVERIGUAR AS CAUSAS E EFEITOS DA CRISE HIDROENERGÉTICA.

Finalidade: Averiguar as causas e efeitos da crise hidroenergética que assola o País, acompanhar a atuação da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), criada pela Medida Provisória nº 1.055, de 28 de junho de 2021, e propor soluções que garantam a segurança energética e a modicidade tarifária do Sistema Elétrico Brasileiro (SEB).

RQS 1.749, de 2021

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (15)
VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (15)
RELATOR: VAGO (15,16,17)

Instalação: 28/10/2021
Prazo final: 06/06/2022

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (10,11,12)	1. Senador Carlos Viana (PL-MG) (10,11,12,18)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (10,11,12)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (12)
Senador Elmano Férrer (PP-PI) (14)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (13)
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) (9)	1. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (9)
VAGO (8,16,17)	2.
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (2,4)	1. Senador Carlos Fávaro (PSD-MT) (2)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (2)	2. (2,4)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (5)	1. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (1)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (6)	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (3)	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (3)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (7)	1.

Notas:
1. Em 16.09.2021, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 22/2021-GLDEM)
2. Em 16.09.2021, os Senadores Carlos Viana e Angelo Coronel foram designados membros titulares e os Senadores Carlos Fávaro e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 78/2021-GLPSD)
3. Em 16.09.2021, o Senador Jean Paul Prates foi designado membro titular e o Senador Jaques Wagner, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 32/2021-BLPRD)
4. Em 16.09.2021, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passar a substituir o Senador Nelsinho Trad, como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 81/2021-GLPSD)
5. Em 16.09.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 38/2021-BLVANG)
6. Em 16.09.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 20/2021-GLDEM)
7. Em 16.09.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular, pelo PDT, para compor a comissão (Of. 11/2021-GLPDT)
8. Em 16.09.2021, o Senador José Aníbal foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 61/2021-GLPSDB)
9. Em 17.09.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 22/2021-BLPPP)
10. Em 21.09.2021, os Senadores Eduardo Braga e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares e o Senador Giordano, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 73/2021-GLMDB)
11. Em 22.09.2021, os Senadores Eduardo Braga e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, e o Senador Giordano deixa de compor a comissão como membro suplente (Of. 75/2021-GLMDB).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

12. Em 22.09.2021, os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga e Fernando Bezerra Coelho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 76/2021-GLMDB)
13. Em 30.09.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 45/2021-GLDPP)
14. Em 21.10.2021, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 46/2021-GLDPP)
15. Em 28.10.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Jean Paul Prates e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado, e designou como Relator o Senador José Aníbal (Of. 001/2021-CTECRHE).
16. Vago em 01.02.2022, em razão do retorno do titular.
17. Vago em 01.02.2022, em razão do retorno do titular.
18. Em 10.02.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Eduardo Braga, para compor a comissão (Of. 10/2022-GLMDB)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

3) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI PARA ATUALIZAÇÃO DA LEI Nº 1.079, DE 1950

Finalidade: Elaborar anteprojeto de lei para atualização da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.
(Ato do Presidente nº 3, de 2022)

Número de membros: 12

PRESIDENTE: Ricardo Lewandowski
RELATORA: Fabiane Pereira de Oliveira

Instalação: 11/03/2022
Prazo final: 19/09/2022

MEMBROS
Ricardo Lewandowski
Fabiane Pereira de Oliveira
Rogério Schietti Machado Cruz
Antonio Augusto Anastasia
Heleno Taveira Torres
Marcus Vinicius Furtado Coêlho
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Fabiano Augusto Martins Silveira
Maurício de Oliveira Campos Júnior
Carlos Eduardo Frazão do Amaral
Gregório Assagra de Almeida
Pierpaolo Cruz Bottini

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | Secretárias-Adjuntas: Camila Moraes Bittar e Renata Felix Perez
Telefone(s): 61 3303 3510 | 3508

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA TECNOLOGIA 5G NO BRASIL.

Finalidade: Realizar, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, estudo sobre as melhores práticas para implantação da tecnologia 5G no Brasil.

RQS n. 2.883, de 2020

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
	1.
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (2)	2. Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (2,7,8,9)
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
VAGO (5,6)	1.
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (3)	1. Senador Irajá (PSD-TO) (3)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL)	
Senador Zequinha Marinho (PL-PA) (4)	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) (1)	
	1.
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) (1)	
	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada.
2. Em 18.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro e o Senador Luis Carlos Heinze foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLDPP). (DSF de 19/02/2021, p. 11)
3. Em 19.02.2021, os Senadores Vanderlan Cardoso e Irajá foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo PSD, para compor a Comissão (Of. 31/2021-GLPSD). (DSF de 20/02/2021, p. 36)
4. Em 23.02.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 08/2021-BLVANG). (DSF de 24/02/2021, p. 380)
5. Em 01.03.2021, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 05/2021). (DSF de 02/03/2021, p. 6)
6. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
7. Em 09.06.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 23/2021-GLDPP). (DSF de 10/06/2021, p. 155)
8. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
9. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP) (DSF de 10/08/2021, p. 57)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.052721/2022-91

5) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETOS DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS QUE MODERNIZEM O PROCESSO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO.

Finalidade: Institui Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que dinamizem, unifiquem e modernizem o processo administrativo e tributário nacional.

ATO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL
E DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL Nº 1, DE 2022

PRESIDENTE: Regina Helena Costa
Relator para o tema Processo Administrativo: Valter Shuenquener de Araújo
Relator para o tema Processo Tributário: Marcus Lívio Gomes

Instalação: 17/03/2022
Prazo final: 26/09/2022

MEMBROS
Regina Helena Costa
Valter Shuenquener de Araújo
Marcus Lívio Gomes
Bruno Dantas Nascimento
Júlio Cesar Vieira Gomes
Gustavo Binenbojm
Andre Jacques Luciano Uchôa Costa
Adriana Gomes Rego
Valter de Souza Lobato
Alexandre Aroeira Salles
Aristoteles de Queiroz Camara
Patricia Ferreira Baptista
Flávio Amaral Garcia
Caio César Farias Leôncio
Maurício Zockun
Leonel Pereira Pittzer
Ricardo Soriano de Alencar

Secretário(a): Erika Leal Mello | Secretários Adjuntos: Anderson Antunes Azevedo e Lenita Cunha e Silva
Telefone(s): 61 3303 4638

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO ÀS MANCHAS DE ÓLEO NO LITORAL BRASILEIRO.

Finalidade: Acompanhar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as ações de enfrentamento às manchas de óleo no litoral brasileiro e seus desdobramentos. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.
RQS nº 959, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (3)
RELATOR: Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (3)

Início da suspensão de prazo: 20/03/2020
Instalação: 05/11/2019
Prazo final: 10/06/2020

MEMBROS

Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (1)
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (1)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (1)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (1)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (1)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (1)
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) (1)
Senador Diego Tavares (PP-PB) (2,4,5)

Notas:
1. Em 22.10.2019, os Senadores Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Humberto Costa, Styvenson Valentim, Jaques Wagner, Fernando Bezerra Coelho, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares, para compor a comissão (RQS nº959/2019-CTEOLEO).
2. Em 29.10.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, para compor a comissão, conforme aprovação do Requerimento nº 977, de 2019.
3. Em 05.11.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jean Paul Prates, o Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CTEOLEO).
4. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
5. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro titular em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).

Secretário(a): Reinilson Prado
Telefone(s): (61) 3303-3492

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)
RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS)

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019
Instalação: 25/09/2019
Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019
Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019
Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019
Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019
Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019
Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019
Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

Senador Angelo Coronel (PSD-BA)
Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)
VAGO (1)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Telmário Mota (PROS-RR)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR)

Notas:
1. Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.

Secretário(a): Donaldo Portela
Telefone(s): 3303-3511

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

8) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS MEMBROS DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS EM ANGOLA

Finalidade: Constituir, no prazo de 30 (trinta) dias, uma comissão de parlamentares para verificar perseguição religiosa sofrida por pastores e bispos da Igreja Universal do Reino de Deus, em Angola.

RQS 1381, de 2020

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

9) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL POR SUBSIDIAR ELABORAÇÃO DE SUBSTITUTIVO SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL

Finalidade: Subsidiar a elaboração de minuta de substitutivo para instruir a apreciação dos Projetos de Lei nºs 5.051, de 2019, 21, de 2020, e 872, de 2021, que têm como objetivo estabelecer princípios, regras, diretrizes e fundamentos para regular o desenvolvimento e a aplicação da inteligência artificial no Brasil.

(Ato do Presidente nº 4, de 2022)

Número de membros: 18

PRESIDENTE: Ricardo Villas Bôas Cueva
RELATORA: Laura Schertel Ferreira Mendes

Aguardando instalação: 18/02/2022
Instalação: 30/03/2022
Prazo final: 09/08/2022

MEMBROS
Ricardo Villas Bôas Cueva
Laura Schertel Ferreira Mendes
Ana de Oliveira Frazão
Bruno Ricardo Bioni
Danilo Cesar Maganhoto Doneda
Fabrício de Mota Alves
Miriam Wimmer
Wederson Advincula Siquiera
Claudia Lima Marques
Juliano Souza de Albuquerque Maranhão
Thiago Luís Santos Sombra
Georges Abboud
Frederico Quadros D'Almeida
Victor Marcel Pinheiro
Estela Aranha
Clara Iglesias Keller
Mariana Giorgetti Valente
Filipe Medon

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos | Secretários Adjuntos: Renata Felix Perez e Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 61 3303 3492

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE

Finalidade: Apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, comissão técnica e diretoria da Associação Chapecoense de Futebol assim como os familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas e, também, investigar e identificar o motivo pelos quais os familiares ainda não terem recebido suas devidas indenizações.

Requerimento nº 994, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorginho Mello (PL-SC) (8)
VICE-PRESIDENTE: Senador Dário Berger (PSB-SC) (8)
RELATOR: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (8)

Leitura: 05/11/2019
Instalação: 11/12/2019
Prazo final: 12/04/2022
Prazo final prorrogado: 11/07/2022

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Senador Dário Berger (PSB-SC) (2)	1. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (2)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (2)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5)	
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (4)	1.
Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) (7,10,13)	2. (7,10)
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (16)	
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (1,9)	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (3,11,12)	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) (11,15)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (14)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (14)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (6)	1.
VAGO (6,13)	

Notas:
*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.
**. Em razão da fusão do Bloco Parlamentar PSDB/PSL com o Partido PODEMOS, o Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL passa a ter 3 vagas de titular e 2 vagas de suplente neste colegiado.
1. Em 09.12.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 169/2019-GLPSD). (DSF de 10/12/2019, p. 93)
2. Em 09.12.2019, os Senadores Dário Berger e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e o Senador Marcio Bittar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 239/2019-GLMDB). (DSF de 10/12/2019, p. 93)
3. Em 09.12.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-BLVANG). (DSF de 10/12/2019, p. 93)
4. Em 09.12.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPSDB). (DSF de 10/12/2019, p. 93)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

5. Em 10.12.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 85/2019-GLDPP).
6. Em 10.12.2019, os Senadores Leila Barros e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 149/2019-GLBSI).
7. Em 10.12.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 132/2019-GLPODEMOS).
8. Em 11.12.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jorginho Mello, Dário Berger e Izalci Lucas, o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CPICHAPE).
9. Em 27.04.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, pelo PSD, em substituição ao Senador Otto Alencar, para compor a comissão (Of. nº 50/2021-GLPSD). (DSF de 28/04/2021, p. 256)
10. Em 27.04.2021, o Senador Eduardo Girão, membro titular, e o Senador Marcos do Val, membro suplente, deixaram de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. 037/2021-GLPODEMOS). (DSF de 28/04/2021, p. 256)
11. Em 29.04.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado membro suplente, deixando de atuar como titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda e também como Presidente da comissão (Of. nº 30/2021-BLVANG).
12. Em 27.10.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2021-BLVANG).
13. Em 10.11.2021, o Senador Jorge Kajuru passa a compor a comissão, como membro titular, pelo Podemos (Memo. nº 58/2021-GLPODEMOS).
14. Em 18.11.2021, o Senador Paulo Rocha foi designado membro titular e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-BLPRD).
15. Em 02.12.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 34/2021-GLDEM).
16. Em 17.02.2022, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 7/2022-GLPODEMOS).

Secretário(a): Anderson Antunes de Azevedo | Secretária Adjunta: Erika Leal Mello
Telefone(s): (61) 3303-1176

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2)CPI DAS QUEIMADAS E DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas da ampliação dos índices de desmatamento e de queimadas na Amazônia Legal, entre outros.

Requerimento nº 1.006, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 06/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
	1.
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
	1.
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL)	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
	1.
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	
	1.

Notas:
*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

3)CPI DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas de ampliação dos índices do desmatamento na Amazônia Legal no período entre 1º de janeiro de 2018 e 27 de agosto de 2019, assim como o aumento dos índices de queimadas na Amazônia Legal.

Requerimento nº 993, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 05/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
	1.
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
	1.
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL)	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
	1.
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	
	1.

Notas:
*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1,55)

VICE-PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (1,55)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (8,54,57,72,90)	1. Senador Luiz Carlos do Carmo (PSC-GO) (8,18,54,57,72,90)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8,54,57,72,90)	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8,18,54,57,72,90)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8,54,57,72,90)	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (8,42,44,54,65,72,90)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (8,54,57,72,75,82,86,90)	4. Senador Carlos Viana (PL-MG) (8,72,90)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8,54,57,72,90)	5. VAGO (9,41,45,86)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (4,57,59,72,90)	6. VAGO (11,17,59,72,90)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (5,38,39,46,48,67,68)	7. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (10,59)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO)	8.
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Senador José Serra (PSDB-SP) (12,51,69,70,83,87)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (7,31,36,51)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (12,51,53,73,74)	2. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (7,40)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (12,51,79,88,89)	3. VAGO (7,50,53,71,74)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7,30)	4. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (13,34)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (7,26,29,50)	5. Senador Roberto Rocha (PTB-MA) (16,51)
Senador Giordano (MDB-SP) (14,32,34,63,64)	6. VAGO (16)
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2,49)	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (2,24,49)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2,23,49)	2. Senador Alexandre Silveira (PSD-MG) (2,33,35,49,84,85)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2,49)	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (2,25,49,91)
Senador Irajá (PSD-TO) (61,78,80)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (61)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL)	
VAGO (3,47)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (15,43,60,81)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (3,27,28)	2. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) (3)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3)	3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (6,52)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (6,52)
Senador Fernando Collor (PTB-AL) (6,20,22,52)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6,52)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6,52)	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (6,52)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) (66)	
Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) (56)	1. VAGO (56,62)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (37,56)	2. VAGO (56,58,77)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (56,58,76,77)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (19,21,56)

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE). (DSF de 14/02/2019, p. 76)

12. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB). (DSF de 14/02/2019, p. 143)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). (DSF de 14/02/2019, p. 169)
10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). (DSF de 14/02/2019, p. 166)
9. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB). (DSF de 14/02/2019, p. 118)
8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB). (DSF de 14/02/2019, p. 117)
7. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID). (DSF de 14/02/2019, p. 175)
6. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD). (DSF de 14/02/2019, p. 97)
5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). (DSF de 14/02/2019, p. 167)
4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). (DSF de 14/02/2019, p. 168)
3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). (DSF de 14/02/2019, p. 138)
2. Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD). (DSF de 14/02/2019, p. 90)
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). (DSF de 15/02/2019, p. 72)
15. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019). (DSF de 15/02/2019, p. 77)
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL). (DSF de 15/02/2019, p. 74)
16. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB). (DSF de 20/02/2019, p. 96)
17. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB). (DSF de 22/02/2019, p. 50)
18. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB). (DSF de 27/02/2019, p. 64)
19. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI). (DSF de 03/04/2019, p. 119)
20. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). (DSF de 10/04/2019, p. 118)
21. Em 27.05.2019,a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 85/2019-GLBSI). (DSF de 28/05/2019, p. 60)
22. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 67/2019-BLPRD). (DSF de 07/08/2019, p. 101)
23. Em 21.08.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 127/2019-GLPSD). (DSF de 22/08/2019, p. 109)
24. Em 21.08.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro suplente em substituição ao Senador Ângelo Coronel, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPSD). (DSF de 22/08/2019, p. 111)
25. Em 03.09.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro suplente em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 131/2019-GLPSD). (DSF de 04/09/2019, p. 120)
27. Em 03.09.2019, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 61/2019-BLVANG). (DSF de 04/09/2019, p. 117)
26. Em 03.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, pelo PODEMOS, na comissão, em substituição ao Senador Styvenson Valentim (Of. 99/2019-GLPODE). (DSF de 04/09/2019, p. 124)
28. Em 09.09.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 62/2019-BLVANG). (DSF de 10/09/2019, p. 62)
29. Em 01.10.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 111/2019-GLPODE). (DSF de 02/10/2019, p. 186)
30. Em 25.11.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 120/2019-GLPODE).
31. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPODEMOS).
32. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL(Of. nº 110/2019-GLIDPSL).
33. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). (DSF de 06/02/2020, p. 108)
34. Em 06.02.2020, o Senador Major Olimpio deixa de atuar como suplente e passa a membro titular, e o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Memo nº 6/2020-GLIDPSL). (DSF de 07/02/2020, p. 46)
35. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 051/2020-GLPSD). (DSF de 23/04/2020, p. 126)
36. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
37. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

38. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
39. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro titular em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). (DSF de 29/09/2020, p. 6)
40. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). (DSF de 01/10/2020, p. 7)
41. Em 14.10.2020, o Senador José Maranhão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2020-GLMDB). (DSF de 15/10/2020, p. 7)
42. Em 16.10.2020, o Senador Ney Suassuna foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, no Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão em vaga cedida pelo MDB (Of. nº 32/2020-GLMDB). (DSF de 17/10/2020, p. 7)
43. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
45. Em 22.10.2020, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2020-GLMDB). (DSF de 23/10/2020, p. 7)
44. Em 22.10.2020, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ney Suassuna, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão(Of. nº 34/2020-GLMDB). (DSF de 23/10/2020, p. 6)
46. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
47. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF. (DSF de 27/02/2021, p. 66)
48. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP). (DSF de 11/02/2021, p. 265)
49. Em 11.02.2021, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Antonio Anastasia e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPSD). (DSF de 12/02/2021, p. 76)
50. Em 18.02.2021, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Reguffe, que passa a ser o suplente, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLPODEMOS). (DSF de 19/02/2021, p. 10)
51. Em 19.02.2021, os Senadores José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLPSDB). (DSF de 20/02/2021, p. 22)
52. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram reconduzidos como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-BLPRD). (DSF de 20/02/2021, p. 7)
53. Em 19.02.2021, o Senador Reguffe foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 8/2021-GLPODEMOS). (DSF de 20/02/2021, p. 11)
54. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Luiz do Carmo e Jader Barbalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 20/2021-GLMDB). (DSF de 23/02/2021, p. 20)
55. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Vanderlan Cardoso a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado. (DSF de 24/02/2021, p. 377)
56. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Leila Barros e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-BLSENIND). (DSF de 24/02/2021, p. 361)
57. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Luiz do Carmo e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 26/2021-GLMDB). (DSF de 24/02/2021, p. 391)
58. Em 23.02.2021, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que passa para a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 23/2021-BLSENIND). (DSF de 24/02/2021, p. 374)
59. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLMDB). (DSF de 24/02/2021, p. 393)
60. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG). (DSF de 27/02/2021, p. 66)
61. Em 26.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 38/2021-GLPSD). (DSF de 27/02/2021, p. 70)
62. Em 15.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 37/2021-BLSENIND). (DSF de 16/03/2021, p. 65)
63. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
64. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP). (DSF de 14/04/2021, p. 211)
65. Em 06.05.2021, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 59/2021-GLMDB). (DSF de 07/05/2021, p. 116)
66. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
67. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
68. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP) (DSF de 10/08/2021, p. 57)
69. Em 10.08.2021, o Senador José Serra licenciou-se, nos termos do artigo 43, I, do RISF, até 10.12.2021.
70. Em 16.08.2021, o Senador José Aníbal foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, em substituição ao Senador José Serra, para compor a comissão (Of. nº 54/2021-GLPSDB). (DSF de 17/08/2021, p. 56)
71. Em 23.08.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLPODEMOS). (DSF de 24/08/2021, p. 75)
72. Em 01.09.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo e Flávio Bolsonaro, foram designados membros titulares, e os Senadores Márcio Bittar, Luiz do Carmo, Jader Barbalho, Eduardo Gomes e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 71/2021-GLMDB). (DSF de 02/09/2021, p. 725)
73. Em 27.09.2021, o Senador Reguffe deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 54/2021-GLPODEMOS). (DSF de 28/09/2021, p. 50)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

74. Em 27.09.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, deixando a vaga de 3º suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 55/2021-GLPODEMOS). (DSF de 28/09/2021, p. 51)
75. Em 06.10.2021, a Senadora Maria Eliza foi designada membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 80/2021-GLMDB). (DSF de 07/10/2021, p. 109)
76. Em 18.10.2021, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, como titular, pelo Cidadania(Of. nº 6/2021-GLCID). (DSF de 19/10/2021, p. 42)
77. Em 26.10.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Cidadania (Of. nº 7/2021-GLCID). (DSF de 27/10/2021, p. 136)
78. Em 26.10.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Irajá, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 91/2021-GLPSD). (DSF de 27/10/2021, p. 137)
79. Em 08.11.2021, o Senador Chiquinho Feitosa foi designado membro titular, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão em vaga cedida ao DEM pelo PSDB (Of. nº 72/2021-GLPSDB e Of. nº 29/2021-GLDEM). (DSF de 09/11/2021, p. 45)
80. Em 30.11.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 94/2021-GLPSD). (DSF de 01/12/2021, p. 129)
81. Em 01.12.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 47/2021-BLVANG). (DSF de 02/12/2021, p. 76)
82. Em 28.01.2022, vago, em função do retorno do titular.
83. Vago em 01.02.2022, em razão do retorno do titular.
84. Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.
85. Em 09.02.2022, o Senador Alexandre Silveira foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 9/2022-GLPSD).
86. Em 10.02.2022, os Senadores Confúcio Moura e Carlos Viana foram designados, respectivamente, membros titular e suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 5/2022-GLMDB).
87. Em 16.02.2022, o Senador José Serra foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 4/2022-GLPSDB).
88. Vago em 27.02.2022, em razão do retorno do titular (Of. nº 1/2022-GSTJER).
89. Em 03.03.2022, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2022-GLPSDB).
90. Em 08.03.2022, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares; e os Senadores Luiz do Carmo, Jader Barbalho, Eduardo Gomes, Carlos Viana e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2022-GLMDB).
91. Em 29.03.2022, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, parar compor a Comissão (Ofício nº3/2022-BLPSDREP).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano
Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13
Telefone(s): 6133034344
E-mail: cae@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

(Requerimento 20, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (2)

Instalação: 23/04/2019

Prazo final: 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (1)	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (1)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) (1)	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (1)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (1)	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (1)
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (1)	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (1)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (1,3)

Notas:
1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE) (DSF de 10/04/2019, p. 115)
2. Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).
3. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano
Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13
Telefone(s): 6133034344
E-mail: cae@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (13,42)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (13,42)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (8,41)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8,41,45,47)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (8,41)	2. Senador Dário Berger (PSB-SC) (7,41)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (8,41)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (7,17,20,25,30,31,41)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) (8,41)	4. VAGO (9,41,57)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (11)	5. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) (10,33)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (51,53,54)	6. VAGO (55,56)
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (4,39)	1. Senador Roberto Rocha (PTB-MA) (6,18,23,39)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (5,36)	2. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (5,37)
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (5,35)	3. VAGO (5,28,38,48)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (14,18,32,39)	4. Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) (19,39)
Senador Giordano (MDB-SP) (49)	5.
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (1,34)	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (1,34)
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (1,34)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1,12,22,24,34,57)
Senador Alexandre Silveira (PSD-MG) (12,34,58)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (16,34)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (2)	1. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) (2)
Senadora Maria do Carmo Alves (PP-SE) (2)	2. Senador Romário (PL-RJ) (15,29,46,50)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (61)	3. Senador Irajá (PSD-TO) (59,60)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (3,40)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3,40)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (3,40)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (3,40)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) (52)	
Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) (43)	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (43,44)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (43)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (21,26,27,43)

Notas:

1. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº4/2019-GLPSD). (DSF de 14/02/2019, p. 79)
2. Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). (DSF de 14/02/2019, p. 139)
3. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD). (DSF de 14/03/2019, p. 103)
4. Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB). (DSF de 14/02/2019, p. 142)
5. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styverson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID). (DSF de 14/02/2019, p. 176)
6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). (DSF de 14/02/2019, p. 77)
7. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB). (DSF de 14/02/2019, p. 123)
8. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB). (DSF de 14/02/2019, p. 122)
9. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). (DSF de 14/02/2019, p. 171)

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). (DSF de 14/02/2019, p. 166)
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). (DSF de 14/02/2019, p. 169)
12. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº33/2019-GLPSD). (DSF de 14/02/2019, p. 95)
13. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS). (DSF de 15/02/2019, p. 76)
14. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). (DSF de 15/02/2019, p. 73)
15. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019). (DSF de 15/02/2019, p. 77)
16. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD). (DSF de 28/02/2019, p. 108)
17. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 183/2019-GLMDB). (DSF de 22/06/2019, p. 29)
18. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 95/2019-GLIDPSL). (DSF de 02/10/2019, p. 183)
19. Em 09.10.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 112/2019-GLPSDB). (DSF de 10/10/2019, p. 92)
20. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 237/2019-GLMDB). (DSF de 28/11/2019, p. 72)
21. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 156/2019-GLBSI). (DSF de 18/12/2019, p. 70)
22. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). (DSF de 06/02/2020, p. 108)
23. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020. (DSF de 16/04/2020, p. 546)
24. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 052/2020-GLPSD). (DSF de 23/04/2020, p. 127)
25. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
26. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
27. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 032/2020-BLSENIND). (DSF de 04/09/2020, p. 233)
28. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). (DSF de 01/10/2020, p. 7)
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 21.10.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 035/2020-GLMDB). (DSF de 22/10/2020, p. 52)
31. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR) (DSF de 05/02/2021, p. 244)
32. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke deixou a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). (DSF de 06/02/2021, p. 34)
33. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLDPP). (DSF de 11/02/2021, p. 264)
34. Em 11.02.2021, os Senadores Sérgio Petecão, Lucas Barreto e Angelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Irajá e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPSD). (DSF de 12/02/2021, p. 77)
35. Em 18.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS). (DSF de 19/02/2021, p. 8)
36. Em 18.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS). (DSF de 19/02/2021, p. 8)
37. Em 18.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS). (DSF de 19/02/2021, p. 8)
38. Em 18.02.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS). (DSF de 19/02/2021, p. 8)
39. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLPSDB). (DSF de 20/02/2021, p. 23)
40. Em 19.02.2021, os Senadores Zenaide Maia e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 14/2021-BLPRD). (DSF de 20/02/2021, p. 19)
41. Em 22.02.2021, os Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Nilda Gondim foram designados membros titulares, e os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 18/2021-GLMDB). (DSF de 23/02/2021, p. 17)
42. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Sérgio Petecão e a Senadora Zenaide Maia a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
43. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2021-BLSENIND). (DSF de 24/02/2021, p. 360)
44. Em 23.02.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 25/2021-BLSENIND). (DSF de 24/02/2021, p. 376)
45. Em 23.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Renan Calheiros, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 30/2021-GLMDB). (DSF de 24/02/2021, p. 395)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.052721/2022-91

46. Em 25.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixa de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 19/2021-BLVANG). (DSF de 25/02/2021, p. 341)
47. Em 26.02.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLMDB). (DSF de 27/02/2021, p. 71)
48. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS). (DSF de 06/03/2021, p. 7)
49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP). (DSF de 14/04/2021, p. 211)
50. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG). (DSF de 17/04/2021, p. 6)
51. Em 17.06.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLDPP). (DSF de 18/06/2021, p. 186)
52. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
53. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
54. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP) (DSF de 10/08/2021, p. 57)
55. Em 28.10.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-BLUNIDB). (DSF de 29/10/2021, p. 100)
56. Em 07.02.2022, o Senador Eduardo Braga deixa de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, (Of. nº 2/2022-GLMDB).
57. Em 29.03.2022, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Irajá, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 5/2022-BLPSDREP).
58. Em 11.04.2022, o Senador Alexandre Silveira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 08/2022-BLPSDREP).
59. Em 25.04.2022, o Senador Carlos Portinho, Líder do Partido Liberal, cedeu 1 vaga de suplente ao Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (Of. nº 25/2022-GLPL).
60. Em 25.04.2022, o Senador Irajá foi designado membro suplente, pelo Partido Liberal, em vaga cedida ao Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 10/2022-BLPSDREP).
61. Em 25.04.2022, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Partido Liberal, para compor a comissão (Of. nº 24/2022-GLPL).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3515/4608
E-mail: cas@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS

Finalidade: Acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (2)	1. Senador Romário (PL-RJ) (2)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (2)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) (2)	3.
Senadora Maria do Carmo Alves (PP-SE) (2)	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (2)	5.

Notas:
1. Em 30.09.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Mara Gabrilli e Flávio Arns, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 38/2021-CAS). (DSF de 05/10/2021, p. 30)
2. Em 30.09.2021, foram designados os Senadores Mara Gabrilli, Flávio arns, Nilda Gondim, Maria do Carmo e Zenaide Maia, como membros titulares, e os Senadores Romário e Paulo Paim, como membros suplentes, para compor a subcomissão (Of. 38/2021-CAS). (DSF de 05/10/2021, p. 30)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3515/4608
E-mail: cas@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 27/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

(Requerimento 27, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PL-RJ) (1)

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2)	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (2)
Senador Romário (PL-RJ) (2)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (2)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (2)	3. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (2)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (2)	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (2)
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)	5. Senadora Leila Barros (PDT-DF) (2)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (2)	6. Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) (2)

Notas:
1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS). (DSF de 28/05/2019, p. 59)
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Leila Barros e Jorge Kajuru, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS) (DSF de 28/05/2019, p. 59)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3515/4608
E-mail: cas@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (1)

Prazo final: 31/12/2022

TITULARES	SUPLENTES
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (2)	1.
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (2)	2.
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) (2)	3.
Senador Romário (PL-RJ) (2)	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (2)	5.

Notas:
1. Em 30.09.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Flávio Arns e Mara Gabrilli, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 39/2021-CAS). (DSF de 05/10/2021, p. 34)
2. Em 30.09.2021, foram designados os Senadores Flávio Arns, Mara Gabrilli, Nilda Gondim, Romário e Zenaide Maia como membros titulares, para compor a subcomissão (Of 39/2021-CAS). (DSF de 05/10/2021, p. 34)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3515/4608
E-mail: cas@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (1,127)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (8,89)	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (8,89)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8,89)	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8,25,31,89)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (8,89)	3. Senador Giordano (MDB-SP) (8,89,121)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8,20,89)	4. Senador Carlos Viana (PL-MG) (8,47,58,89,114,115,139)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8,81,89,111)	5. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (8,19,71,73,89,111)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (4,89,137,138)	6. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (9,66,67,76,80,89)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (11)	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (10)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (93,107,108)	8. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB)
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (6,53,55,84,87,134,135,141)	1. Senador Roberto Rocha (PTB-MA) (6,29,56,84,87)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (6,84,117,132,133)	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (6,29,35,39,51,52,84,87,109,110,124,128,129,130,134,135,141)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (7,28,30,36,104,142)	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7,18,26,27,72,74,122,136,140)	3. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (6,84,100,120)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (7,44,45,46,60,68,72,74,86,90,95,105)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7,72,74,90,95)
	5. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (13,42,57,59,61,69,72,74,86)
Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) (12,42,78)	6. Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) (14,43,78,98,101,104,105,122,136,140,142)
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
Senador Alexandre Silveira (PSD-MG) (2,54,83,125,126)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2,83,112,131)
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (2,83)	2. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2,63,83,137)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2,70,75,77,83)	3. Senador Carlos Fávaro (PSD-MT) (2,54,77,83,96,99,113,116)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (96,113,116,137)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (102)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (3,79,82,91)	1. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) (3)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (3)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (PP-SE) (3,34,37)
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (3)	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (3,92)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5,85)	1. Senador Fernando Collor (PTB-AL) (5,15,16,85)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5,15,17,32,33,40,85)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5,85)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (5,85)	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (5,16,41,85)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) (106)	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (65,88,94,97,103,118,119)	1. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) (88,94,97,118,119)
Senador Weverton (PDT-MA) (50,62,64,88)	2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (38,88)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (22,23,48,49,88)	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (21,24,88,103,123)

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ). (DSF de 14/02/2019, p. 75)

11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). (DSF de 14/02/2019, p. 170)

10. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). (DSF de 13/02/2019, p. 169)

9. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). (DSF de 14/02/2019, p. 167)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB). (DSF de 13/02/2019, p. 116)
7. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovídio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLID). (DSF de 14/02/2019, p. 174)
6. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB). (DSF de 14/02/2019, p. 144)
5. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD). (DSF de 14/02/2019, p. 96)
4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). (DSF de 14/02/2019, p. 168)
3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). (DSF de 14/02/2019, p. 138)
2. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nilsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD). (DSF de 14/02/2019, p. 80)
12. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). (DSF de 15/02/2019, p. 73)
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL). (DSF de 15/02/2019, p. 74)
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). (DSF de 15/02/2019, p. 72)
15. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD). (DSF de 14/02/2019, p. 109)
16. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permutaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD). (DSF de 15/03/2019, p. 117)
17. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). (DSF de 10/04/2019, p. 118)
18. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO). (DSF de 18/04/2019, p. 55)
19. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB). (DSF de 25/04/2019, p. 133)
20. Em 06.05.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO). (DSF de 07/05/2019, p. 52)
21. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI). (DSF de 10/05/2019, p. 72)
22. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI). (DSF de 22/05/2019, p. 102)
24. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI). (DSF de 22/05/2019, p. 111)
23. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI). (DSF de 22/05/2019, p. 102)
25. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB). (DSF de 23/05/2019, p. 118)
26. Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO). (DSF de 07/06/2019, p. 118)
27. Em 06.06.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO). (DSF de 08/06/2019, p. 89)
28. Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO). (DSF de 11/06/2019, p. 35)
29. Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB). (DSF de 13/06/2019, p. 108)
30. Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO). (DSF de 14/06/2019, p. 54)
31. Em 18.06.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho volta a ser membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 180/2019-GLMDB). (DSF de 19/06/2019, p. 107)
32. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 68/2019-BLPRD). (DSF de 07/08/2019, p. 102)
33. Em 13.08.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 74/2019-BLPRD). (DSF de 14/08/2019, p. 85)
34. Em 14.08.2019, o Senador Siqueira Campos foi designado membro suplente em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-BLVANG). (DSF de 15/08/2019, p. 83)
35. Em 14.08.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 96/2019-GLPSDB). (DSF de 15/08/2019, p. 85)
36. Em 15.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a Comissão (Ofício nº 85/2019-GLPODE). (DSF de 16/08/2019, p. 86)
37. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Siqueira Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 56/2019-BLVANG). (DSF de 20/08/2019, p. 68)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

38. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 109/2019-GLBSI). (DSF de 21/08/2019, p. 32)
39. Em 20.08.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente em substituição ao Senador Plínio Valério, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 97/2019-GLPSDB). (DSF de 21/08/2019, p. 35)
40. Em 11.09.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD). (DSF de 12/09/2019, p. 169)
41. Em 11.09.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Rocha, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD). (DSF de 12/09/2019, p. 169)
42. Em 25.09.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 91/2019-GLIDPSL). (DSF de 26/09/2019, p. 62)
43. Em 20.11.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 107/2019-GLIDPSL). (DSF de 23/11/2019, p. 99)
45. Em 20.11.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº sn/2019-GLPODEMOS). (DSF de 23/11/2019, p. 102)
44. Em 19.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 119/2019-GLPODEMOS). (DSF de 20/11/2019, p. 147)
46. Em 25.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPODEMOS). (DSF de 26/11/2019, p. 60)
47. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 238/2019-GLMDB). (DSF de 28/11/2019, p. 73)
48. Em 09.12.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 145/2019-GLBSI). (DSF de 10/12/2019, p. 91)
49. Em 11.12.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 147/2019-GLBSI). (DSF de 12/12/2019, p. 196)
50. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 157/2019-GLBSI). (DSF de 18/12/2019, p. 71)
51. Em 05.02.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador José Serra (Of. nº 15/2020-GLPSDB). (DSF de 06/02/2020, p. 114)
52. Em 18.02.2020, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Plínio Valério (Of. nº 16/2020-GLPSDB). (DSF de 19/02/2020, p. 77)
53. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
54. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 22/2020-GLPSD). (DSF de 21/02/2020, p. 52)
55. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente(Of. nº 21/2020-GLPSDB). (DSF de 05/03/2020, p. 80)
56. Em 05.03.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2020-GLPSDB). (DSF de 06/03/2020, p. 51)
57. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
58. Em 20.04.2020, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Pastore, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2020-GLMDB). (DSF de 23/04/2020, p. 122)
59. Em 23.04.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 32/2020-GLPODEMOS). (DSF de 30/04/2020, p. 106)
60. Em 27.04.2020, o Senador Romário foi designado membro titular, em substituição ao Senador Álvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 033/2020-GLPODEMOS). (DSF de 30/04/2020, p. 107)
61. Em 28.04.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLPODEMOS). (DSF de 30/04/2020, p. 108)
62. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
63. Em 07.08.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 61/2020-GLPSD). (DSF de 08/08/2020, p. 6)
64. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-BLSENIND). (DSF de 04/09/2020, p. 234)
65. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021. (DSF de 24/09/2020, p. 94)
66. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021. (DSF de 24/09/2020, p. 96)
67. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). (DSF de 29/09/2020, p. 6)
68. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS). (DSF de 01/10/2020, p. 6)
69. Em 30.09.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS). (DSF de 01/10/2020, p. 6)
70. Em 07.10.2020, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 63/2020-GLPSD). (DSF de 08/10/2020, p. 63)
71. Em 19.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-GLMDB). (DSF de 20/10/2020, p. 7)
72. Em 20.10.2020, os Senadores Lasier Martins, Eduardo Girão, Alvaro Dias e Oriovisto Guimarães permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Lasier Martins designado membro titular e o Senador Alvaro Dias suplente; o Senador Eduardo Girão designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães suplente, pelo PODEMOS(Of. nº 40/2020-GLPODEMOS). (DSF de 21/10/2020, p. 213)
73. Em 22.10.2020, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLMDB). (DSF de 23/10/2020, p. 9)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

74. Em 05.11.2020, os Senadores Alvaro Dias, Oriovisto Guimarães, Lasier Martins e Eduardo Girão permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Alvaro Dias designado membro titular e o Senador Lasier Martins suplente; o Senador Oriovisto Guimarães designado membro titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo PODEMOS(Of. nº 42/2020-GLPODEMOS). (DSF de 06/11/2020, p. 6)
75. Em 05.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 65/2020-GLPSD). (DSF de 06/11/2020, p. 7)
76. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR) (DSF de 05/02/2021, p. 244)
77. Em 02.02.2021, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Nelsinho Trad passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-GLPSD). (DSF de 05/02/2021, p. 257)
78. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). (DSF de 06/02/2021, p. 34)
79. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
80. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP). (DSF de 11/02/2021, p. 261)
81. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
82. Em 10.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 02/2021-BLVANG). (DSF de 11/02/2021, p. 260)
83. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia, Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPSD). (DSF de 12/02/2021, p. 78)
84. Em 19.02.2021, os Senadores Roberto Rocha e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLPSDB). (DSF de 20/02/2021, p. 24)
86. Em 19.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senado Alvaro Dias, que passar a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 6/2021-GLPODEMOS). (DSF de 20/02/2021, p. 10)
85. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-BLPRD). (DSF de 20/02/2021, p. 8)
87. Em 22.02.2021, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passa a atuar como 1º suplente; e o Senador José Serra passa então a 2º suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2021-GLPSDB). (DSF de 23/02/2021, p. 21)
90. Em 23.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 20/2021-GLPODEMOS). (DSF de 24/02/2021, p. 385)
89. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Rose de Freitas e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Jader Barbalho e Flávio Bolsonaro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-GLMDB). (DSF de 24/02/2021, p. 378)
88. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2021-BLSENIND). (DSF de 24/02/2021, p. 362)
91. Em 24.02.2021, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-BLVANG). (DSF de 25/02/2021, p. 334)
92. Em 24.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-BLVANG). (DSF de 25/02/2021, p. 335)
93. Em 24.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLDPP). (DSF de 25/02/2021, p. 351)
94. Em 24.02.2021, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 26/2021-BLSENIND). (DSF de 25/02/2021, p. 342)
95. Em 24.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lasier Martins, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 23/2021-GLPODEMOS). (DSF de 25/02/2021, p. 350)
96. Em 25.02.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLPSD). (DSF de 26/02/2021, p. 93)
97. Em 25.02.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que passa a ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente na comissão (Memo 28/2021-BLSENIND). (DSF de 26/02/2021, p. 97)
98. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
99. Em 08.04.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 46/2021-GLPSD). (DSF de 09/04/2021, p. 110)
100. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP). (DSF de 14/04/2021, p. 211)
101. Em 30.04.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 39/2021-GLPODEMOS). (DSF de 01/05/2021, p. 26)
102. Em 13.05.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLPSD). (DSF de 14/05/2021, p. 138)
103. Em 17.05.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Of. 27/2021-GSEGAMA). (DSF de 18/05/2021, p. 47)
104. Em 05.07.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Marcos do Val permutaram as vagas de titular e suplente, o Senador Jorge Kajuru passa a ser titular e o Senador Marcos do Val suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLPODEMOS). (DSF de 06/07/2021, p. 45)
105. Em 05.07.2021, os Senadores Marcos do Val e Eduardo Girão permutaram as vagas de titular e suplente, o Senador Marcos do Val passa a ser titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLPODEMOS). (DSF de 06/07/2021, p. 46)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

106. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
107. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
108. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP) (DSF de 10/08/2021, p. 57)
109. Em 10.08.2021, o Senador José Serra licenciou-se, nos termos do artigo 43, I, do RISF, até 10.12.2021. (DSF de 11/08/2021, p. 210)
110. Em 16.08.2021, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, em substituição ao Senador José Serra, para compor a comissão (Of. nº 53/2021-GLPSDB). (DSF de 17/08/2021, p. 55)
111. Em 19.08.2021, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil (Of. nº 70/2021-GLMDB). (DSF de 20/08/2021, p. 121)
112. Em 24.08.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Otto Alencar, para compor a comissão (Of. nº 68/2021-GLPSD). (DSF de 25/08/2021, p. 137)
113. Em 13.09.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que passa a membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão(Of. nº 79/2021-GLPSD). (DSF de 14/09/2021, p. 41)
114. Em 15.09.2021, o Senador Dario Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luiz do Carmo, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil (Of. nº 72/2021-GLMDB). (DSF de 16/09/2021, p. 116)
115. Em 22.09.2021, o Senador Luiz do Carmo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dario Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 74/2021-GLMDB). (DSF de 23/09/2021, p. 360)
116. Em 27.09.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que passa a membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 87/2021-GLPSD). (DSF de 28/09/2021, p. 52)
117. Em 08.11.2021, o Senador Chiquinho Feitosa foi designado membro titular, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão em vaga cedida ao DEM pelo PSDB (Of. nº 71/2021-GLPSDB e Of. nº 30/2021-GLDEM). (DSF de 09/11/2021, p. 47)
118. Em 23.11.2021, o Senador Alessandro Vieira e a Senadora Eliziane Gama permutaram as vagas de titular e suplente, o Senador Alessandro Vieira passa a ser titular e a Senadora Eliziane Gama, suplente, pelo CIDADANIA, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLCID). (DSF de 24/11/2021, p. 144)
119. Em 01.12.2021, o Senador Alessandro Vieira e a Senadora Eliziane Gama permutaram as vagas de titular e suplente, a Senadora Eliziane Gama passa a ser titular e o Senador Alessandro Vieira, suplente, pelo CIDADANIA, para compor a comissão (Of. nº 11/2021-GLCID). (DSF de 02/12/2021, p. 75)
120. Em 01.12.2021, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 38/2021). (DSF de 02/12/2021, p. 77)
121. Em 01.12.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Márcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 83/2021-GLMDB). (DSF de 02/12/2021, p. 78)
122. Em 10.12.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 63/2021-GLPODEMOS).
123. Em 15.12.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo partido REDE, para compor a comissão (Of. nº 269/2021-GSRROD). (DSF de 16/12/2021, p. 220)
124. Vago em 01.02.2022, em razão do retorno do titular.
125. Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.
126. Em 02.02.2022, o Senador Alexandre Silveira foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 3/2022-GLPSD).
127. Em 16.02.2022, a Comissão reunida elegeu o Senador Lucas Barreto a Vice-Presidente deste colegiado.
128. Em 16.02.2022, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2022-GLPSDB).
129. Em 16.02.2022, o Senador José Serra deixa de compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 6/2022-GLPSDB).
130. Em 23.02.2022, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2022-GLPSDB).
131. Em 24.02.2022, o Senador Otto Alencar foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, para compor a comissão (Of. nº 14/2022-GLPSD).
132. Vago em 27.02.2022, em razão do retorno do titular (Of. nº 1/2022-GSTJER).
133. Em 03.03.2022, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2022-GLPSDB).
134. Em 08.03.2022, os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo a Senadora Mara Gabrilli designada membro titular e o Senador Plínio Valério suplente, pelo Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (Of. nº 10/2022-GLPSDB).
135. Em 10.03.2022, os Senadores Plínio Valério e Mara Gabrilli permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Plínio Valério designado membro titular e a Senadora Mara Gabrilli suplente, pelo Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (Of. nº 12/2022-GLPSDB).
136. Em 15.03.2022, os Senadores Oriovisto Guimarães e Eduardo Girão permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Oriovisto Guimarães designado membro titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 11/2022-GLPODEMOS).
137. Em 29.03.2022, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que passa a atuar como suplente, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 4/2022-BLPSDREP).
138. Em 30.03.2022, o Senador Marcelo Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2022-GLMDB).
139. Em 30.03.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luiz do Carmo, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2022-GLMDB).
140. Em 04.04.2022, os Senadores Oriovisto Guimarães e Eduardo Girão permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Eduardo Girão designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães suplente, pelo Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (Of. nº 12/2022-GLPODEMOS).
141. Em 05.04.2022, os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo a Senadora Mara Gabrilli designada membro titular e o Senador Plínio Valério suplente, pelo Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (Of. nº 13/2022-GLPSDB).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

142. Em 05.04.2022, os Senadores Jorge Kajuru e Oriovisto Guimarães permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Oriovisto Guimarães designado membro titular e o Senador Jorge Kajuru suplente, pelo Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (Of. nº 14/2022-GLPODEMOS).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: ccj@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (45)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) (45)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (7,44)	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (7,44)
Senador Carlos Viana (PL-MG) (7,44,59,60,62)	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8,44)
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (7,44)	3. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (13,30,31,35,38,48)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (8,44)	4. VAGO (14)
Senador Dário Berger (PSB-SC) (8,44,46)	5. VAGO (21,53)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (9)	6. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (48)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) (10,23,27,39)	7. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (48)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (63)	8.
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (5,42)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (5,42)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (6,41)	2. Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) (5,42)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (6,41)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (6,41)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (6,41,51)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (6,32,41)
Senador Roberto Rocha (PTB-MA) (11,42)	5. VAGO (12,37,41)
Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (55,57,64)	6. VAGO (19,26)
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
(1,2,40,61)	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (1,40)
(1,20,40)	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1,22,34,36,40)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (1,34,36,40)	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (1,20,40)
	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (3)	1. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) (3)
Senadora Maria do Carmo Alves (PP-SE) (3)	2. Senador Marcos Rogério (PL-RO) (16,52)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3)	3. Senador Romário (PL-RJ) (18,33,49,50,54)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (4,43)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (4,43)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4,15,17,43)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4,43)
Senador Fernando Collor (PTB-AL) (4,43)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4,43)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) (58)	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (47)	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (25,47,56)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (24,28,29,47)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (47)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (41,47)	3. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) (47)

Notas:

1. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD). (DSF de 14/02/2019, p. 84)
2. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD). (DSF de 14/02/2019, p. 94)
3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). (DSF de 14/02/2019, p. 138)
4. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD). (DSF de 14/02/2019, p. 98)
5. Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB). (DSF de 14/02/2019, p. 146)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

6. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLID). (DSF de 14/02/2019, p. 177)
7. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB). (DSF de 14/02/2019, p. 119)
8. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB). (DSF de 14/02/2019, p. 134)
9. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). (DSF de 14/02/2019, p. 171)
10. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP). (DSF de 15/02/2019, p. 82)
11. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB). (DSF de 20/02/2019, p. 97)
12. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIRÃO). (DSF de 20/02/2019, p. 104)
13. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB). (DSF de 22/02/2019, p. 51)
14. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB). (DSF de 27/03/2019, p. 150)
15. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). (DSF de 10/04/2019, p. 118)
16. Em 04.07.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLVANG). (DSF de 05/07/2019, p. 55)
17. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 72/2019-BLPRD). (DSF de 07/08/2019, p. 106)
18. Em 07.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 50/2019-BLVANG). (DSF de 08/08/2019, p. 143)
19. Em 29.08.2019, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 101/2019-GLPSDB). (DSF de 30/08/2019, p. 111)
20. Em 11.09.2019, os Senadores Irajá e Carlos Viana permutam e passam a ocupar, respectivamente, vaga de titular e suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 133/2019-GLPSD). (DSF de 12/09/2019, p. 170)
21. Em 02.10.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLUNIDB). (DSF de 03/10/2019, p. 93)
22. Em 16.10.2019, o Senador Arolde de Oliveira deixou de ocupar a vaga de suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 151/2019-GLPSD). (DSF de 17/10/2019, p. 110)
23. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 234/2019-GLMDB). (DSF de 28/11/2019, p. 69)
24. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 158/2019-GLBSI). (DSF de 18/12/2019, p. 72)
25. Em 05.02.2020, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 005/2020-BLSENIND). (DSF de 06/02/2020, p. 112)
26. Em 03.03.2020, o Senador Antônio Anastasia deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL(Of. nº 23/2019-GLPSDB). (DSF de 05/03/2020, p. 82)
27. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
28. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
29. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 034/2020-BLSENIND). (DSF de 04/09/2020, p. 235)
30. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
31. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). (DSF de 29/09/2020, p. 6)
32. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). (DSF de 01/10/2020, p. 7)
33. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
34. Em 05.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 68/2020-GLPSD). (DSF de 06/11/2020, p. 8)
35. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
36. Em 02.02.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Carlos Fávaro passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 3/2021-GLPSD). (DSF de 05/02/2021, p. 256)
37. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). (DSF de 06/02/2021, p. 34)
38. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP). (DSF de 11/02/2021, p. 261)
39. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP). (DSF de 11/02/2021, p. 265)
40. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia, Carlos Viana e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Otto Alencar e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPSD). (DSF de 12/02/2021, p. 81)
41. Em 18.02.2021, os Senadores Flávio Arns e Styvenson Valentim são designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Lasier Martins e Romário, suplentes, pelo Podemos (Of. nº 7/2021-GLPODEMOS). (DSF de 18/02/2021, p. 9)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

42. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPSDB). (DSF de 20/02/2021, p. 28)
43. Em 19.02.2021, os Senadores Zenaide Maia, Paulo Paim e Fernando Collor foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-BLPRD). (DSF de 20/02/2021, p. 14)
44. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Rose de Freitas, Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 27/2021-GLMDB). (DSF de 23/02/2021, p. 14)
45. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcelo Castro e a Senadora Leila Barros o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
46. Em 23.02.2021, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 27/2021-GLMDB). (DSF de 24/02/2021, p. 392)
47. Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes, Leila Barros e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 12/2021-BLSENIND). (DSF de 24/02/2021, p. 363)
48. Em 23.02.2021, o Senador Jarbas Vasconcelos foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 29/2021-GLMDB).
49. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG). (DSF de 27/02/2021, p. 66)
50. Em 26.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 21/2021-BLVANG). (DSF de 27/02/2021, p. 68)
51. Em 04.03.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em vaga cedida ao PL, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 12/2021-BLPPP). (DSF de 05/03/2021, p. 119)
52. Em 04.03.2021, o Senador Carlos Portinho deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 23/2021-BLVANG). (DSF de 05/03/2021, p. 121)
53. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS). (DSF de 06/03/2021, p. 7)
54. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG). (DSF de 17/04/2021, p. 6)
55. Em 28.04.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLPODEMOS). (DSF de 29/04/2021, p. 272)
56. Em 17.05.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. 27/2021-GSEGAMA). (DSF de 18/05/2021, p. 47)
57. Vago, em razão de o Senador Jorge Kajuru não compor mais a Comissão (Of. 45/2021-GLPODEMOS). (DSF de 06/07/2021, p. 47)
58. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
59. Em 28.09.2021, a Senadora Maria Eliza de Aguiar e Silva foi designada membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 77/2021-GLMDB). (DSF de 29/09/2021, p. 100)
60. Em 28.01.2022, vago, em função do retorno do titular.
61. Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.
62. Em 10.02.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, pelo Republicanos, para compor a comissão (Of. 9/2022-GSMJESUS).
63. Em 10.02.2022, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 6/2022-GLMDB)
64. Em 22.03.2022, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Juntos Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2022-GLPODEMOS).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A
Telefone(s): 3498
E-mail: ce@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE

Finalidade: Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

(Requerimento 1, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) (2)

Instalação: 29/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (1)	1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (1)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (1)	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (1)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (1)	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (1)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (1)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)
VAGO (1,3,4)	5. Senador Carlos Viana (PL-MG) (1)

Notas:
1. Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE) (DSF de 22/05/2019, p. 105)
2. Em 29.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Marcos do Val Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CEEEFCB). (DSF de 30/05/2019, p. 107)
3. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)
4. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A
Telefone(s): 3498
E-mail: ce@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

4.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA

Finalidade: Avaliar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os impactos da pandemia de covid-19 na área educação, com o fim de garantir a continuidade das atividades de ensino, especialmente na forma remota, bem como acompanhar e avaliar o planejamento e as ações quanto a um possível retorno das aulas presenciais.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (1)

Instalação: 13/09/2021

Prazo prorrogado: 31/12/2022

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO)	1.
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR)	2.
VAGO (2)	3.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT)	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN)	5.

Notas:
1. Em 13.09.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Flávio Arns e Zenaide Maia, Presidente e Vice-Presidente (Of. nº 001/2021-CECTCOVID).
2. Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.
*. Em 17.08.2021, os Senadores Confúcio Moura, Flávio Arns, Antonio Anastasia, Wellington Fagundes e Zenaide Maia foram designados membros titulares para compor a subcomissão (Of. 9/2021-CE).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A
Telefone(s): 3498
E-mail: ce@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jaques Wagner (PT-BA) (1,47)

VICE-PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (1,47)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (10,17,28,34,42,43,46)	1. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (6,16,42,43,46)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (10,42,43,46)	2. Senador Carlos Viana (PL-MG) (16,17,37,43,46,56)
VAGO (10,23,27,29,35,42)	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (17,42,57)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (13)	4. Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (17,51,52)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) (53)	5. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (55)
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8,40)	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (11,36,40)
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) (9,36,40)	2. Senador Roberto Rocha (PTB-MA) (14,40)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (15)	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (15,30,33,39,48)
Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (19,39)	4. Senador Giordano (MDB-SP) (19,22,31,49)
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
Senador Carlos Fávaro (PSD-MT) (2,21,24,25,38)	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2,21,38,54)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2,38)	2. (2,18,26,38,56)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (PP-SE) (5)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	2. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) (12,32,44)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7,41)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7,41)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7,41)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (7,41)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) (50)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3,45)	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,45)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (3,20,45)	2. Senadora Leila Barros (PDT-DF) (3,45)

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD). (DSF de 14/02/2019, p. 85)
3. Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI). (DSF de 14/02/2019, p. 157)
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). (DSF de 14/02/2019, p. 138)
5. Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019). (DSF de 14/02/2019, p. 137)
6. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). (DSF de 14/02/2019, p. 168)
7. Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD). (DSF de 14/02/2019, p. 107)
8. Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB). (DSF de 14/02/2019, p. 147)
9. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). (DSF de 14/02/2019, p. 77)
10. Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB). (DSF de 14/02/2019, p. 129)
11. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). (DSF de 15/02/2019, p. 72)
12. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019). (DSF de 15/02/2019, p. 77)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

13. Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP). (DSF de 15/02/2019, p. 81)
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB).
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE). (DSF de 27/02/2019, p. 62)
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB). (DSF de 13/03/2019, p. 107)
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB). (DSF de 27/03/2019, p. 149)
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD). (DSF de 27/03/2019, p. 147)
19. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO). (DSF de 09/04/2019, p. 48)
20. Em 19.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Memo. nº 110/2019-GLBSI). (DSF de 20/08/2019, p. 69)
21. Em 21.08.2019, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo PSD(Of. nº 128/2019-GLPSD). (DSF de 22/08/2019, p. 110)
22. Em 09.10.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS(Of. nº 112/2019-GLPODE). (DSF de 10/10/2019, p. 92)
23. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 233/2019-GLMDB). (DSF de 28/11/2019, p. 68)
24. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). (DSF de 06/02/2020, p. 108)
25. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 049/2020-GLPSD). (DSF de 23/04/2020, p. 124)
26. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Osmar Aziz, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 54/2020-GLPSD). (DSF de 30/04/2020, p. 110)
27. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
28. Em 15.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 30/2020-GLMDB). (DSF de 16/10/2020, p. 7)
29. Em 15.10.2020, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2020-GLMDB). (DSF de 16/10/2020, p. 8)
30. Em 16.10.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLPODEMOS). (DSF de 17/10/2020, p. 8)
31. Em 19.10.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLPSDB). (DSF de 20/10/2020, p. 10)
32. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
33. Em 21.10.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 41/2020-GLPODEMOS). (DSF de 22/10/2020, p. 53)
34. Em 22.10.2020, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 37/2020-GLMDB). (DSF de 23/10/2020, p. 8)
35. Em 22.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Esperidião Amin, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLMDB). (DSF de 23/10/2020, p. 10)
36. Em 05.02.2021, os Senadores Soraya Thronicke e Major Olimpio deixaram as vagas de titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). (DSF de 06/02/2021, p. 34)
37. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
38. Em 11.02.2021, os Senadores Carlos Fávaro e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 26/2021-GLPSD). (DSF de 12/02/2021, p. 86)
39. Em 18.02.2021, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPODEMOS). (DSF de 19/02/2021, p. 13)
40. Em 19.02.2021, os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPSDB). (DSF de 20/02/2021, p. 30)
41. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 10/2021-BLPRD). (DSF de 20/02/2021, p. 15)
42. Em 22.02.2021, os Senadores Marcio Bittar e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e o Senador Confúcio Moura, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLMDB). (DSF de 23/02/2021, p. 11)
43. Em 22.02.2021, os Senadores Márcio Bittar e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLMDB). (DSF de 24/02/2021, p. 390)
44. Em 23.02.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2021-BLVANG).
45. Em 23.02.2021, os Senadores Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e as Senadoras Eliziane Gama e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 18/2021-BLSENIND). (DSF de 24/02/2021, p. 369)
46. Em 23.02.2021, os Senadores Confúcio Moura e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Rose de Freitas e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLMDB). (DSF de 24/02/2021, p. 398)
47. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaques Wagner e o Senador Confúcio Moura a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

48. Em 24.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2021-GLPODEMOS). (DSF de 25/02/2021, p. 348)
49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP). (DSF de 14/04/2021, p. 211)
50. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
51. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
52. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP) (DSF de 10/08/2021, p. 57)
53. Em 12.08.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2021-GLDPP). (DSF de 13/08/2021, p. 61)
54. Em 30.08.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 74/2021-GLPSD). (DSF de 31/08/2021, p. 34)
55. Em 20.09.2021, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLDPP). (DSF de 21/09/2021, p. 85)
56. Em 10.02.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Márcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 3/2022-GLMDB).
57. Em 30.03.2022, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 16/2022-GLMDB).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior
Reuniões: Quartas-Feiras 08:30 horas -
Telefone(s): 61 33033284
E-mail: cma@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO AO PANTANAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ 24/2021-CMA, destinada a estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal e para propor aprimoramento da legislação e políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 24, de 2021)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (2)

Instalação: 22/09/2021

TITULARES	SUPLENTES
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (1)	1. Senador Carlos Fávaro (PSD-MT) (1)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (1)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,3)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (1)	3. Senadora Leila Barros (PDT-DF) (1)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (1)	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (1)

Notas:
1. Em 01.09.2021, foram designados os Senadores Wellington Fagundes, Jayme Campos, Luis Carlos Heinze e Izalci Lucas como membros titulares, e os Senadores Carlos Fávaro, Jean Paul Prates, Leila Barros e Plínio Valério, membros suplentes, para compor a Comissão (Of. 113/2021-CMA)
2. Em 22.09.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wellington Fagundes e Izalci Lucas a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 1/2021-CMABIOPANT).
3. Em 05.11.2021, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jean Paul Prates, para compor a Comissão (Of. 174/2021-CMA)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior
Reuniões: Quartas-Feiras 08:30 horas -
Telefone(s): 61 33033284
E-mail: cma@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) (49)

VICE-PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (49)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (8,31,48)	1. Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) (8,12,48)
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (12,48)	2. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (9,12,13,15,19,35,36,41,43)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (12,17,19)	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (13,21)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (14)	4. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (26,48)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (23,31)	5. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (28,34,63)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (61)	6.
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7,45)	1. Senador Roberto Rocha (PTB-MA) (6,25,32,46)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (7,45)	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7,45,54)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (24,46)	3. Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) (37,46)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (10,25,46)	4. Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) (11,24,46,53)
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
Senador Irajá (PSD-TO) (1,39,40,42,44)	1. Senador Carlos Fávaro (PSD-MT) (1,2,44,59)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (1,62)	2. (1,30,33)
	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL)	
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (PP-SE) (22)
Senador Chico Rodrigues (UNIÃO-RR) (20,38,52,58)	2. Senador Romário (PL-RJ) (56)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5,47)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5,16,47)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (5,47)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5,47)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) (57)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3,50,55,60)	1. Senadora Leila Barros (PDT-DF) (3,27,29,50,51)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (3,50,51)	2. VAGO (18)

Notas:

*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº7/2019-GLPSD). (DSF de 14/02/2019, p. 82)

9. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of.nº s/n/2019-GLDPP). (DSF de 14/02/2019, p. 171)

8. Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB). (DSF de 14/02/2019, p. 135)

7. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLID). (DSF de 14/02/2019, p. 181)

6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). (DSF de 14/02/2019, p. 181)

5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD). (DSF de 14/02/2019, p. 106)

4. Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). (DSF de 14/02/2019, p. 138)

3. Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gugacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI). (DSF de 14/02/2019, p. 158)

2. Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº20/2019-GLPSD). (DSF de 14/02/2019, p. 91)

10. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). (DSF de 15/02/2019, p. 73)

11. Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB). (DSF de 28/02/2019, p. 109)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

12. Em 28.03.2019, o Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e o Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB). (DSF de 29/03/2019, p. 89)
13. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3ª suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2º suplente (Of.nº 125/2019-GLMDB). (DSF de 29/03/2019, p. 89)
14. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB). (DSF de 04/04/2019, p. 105)
15. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB). (DSF de 09/04/2019, p. 49)
16. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD). (DSF de 11/04/2019, p. 128)
17. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB). (DSF de 25/04/2019, p. 132)
18. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI). (DSF de 08/05/2019, p. 112)
19. Em 04.07.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLDPP). (DSF de 05/07/2019, p. 57)
20. Em 13.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-BLVANG). (DSF de 14/08/2019, p. 84)
21. Em 13.08.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 58/2019-GLDPP). (DSF de 14/08/2019, p. 86)
22. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 57/2019-BLVANG). (DSF de 20/08/2019, p. 67)
23. Em 23.09.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 215/2019-GLMDB). (DSF de 24/09/2019, p. 61)
24. Em 25.09.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em permuta com o Senador Lasier Martins, que passa a ocupar vaga como suplente (Of. nº 110/2019-GLPSDB). (DSF de 26/09/2019, p. 63)
25. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 94/2019-GLIDPSL). (DSF de 02/10/2019, p. 182)
26. Em 15.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 220/2019-GLMDB). (DSF de 16/10/2019, p. 137)
27. Em 07.11.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 136/2019-GLBSI). (DSF de 08/11/2019, p. 61)
28. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 236/2019-GLMDB). (DSF de 28/11/2019, p. 71)
29. Em 11.12.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 146/2019-GLBSI). (DSF de 12/12/2019, p. 195)
30. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). (DSF de 06/02/2020, p. 108)
31. Em 11.03.2020, os Senadores Márcio Bittar e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, em substituição aos Senadores Jader Barbalho e Eduardo Gomes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 17/2020-GLMDB). (DSF de 13/03/2020, p. 69)
32. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
33. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 053/2020-GLPSD). (DSF de 23/04/2020, p. 128)
34. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
35. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021. (DSF de 24/09/2020, p. 96)
36. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). (DSF de 29/09/2020, p. 6)
37. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). (DSF de 01/10/2020, p. 7)
38. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021. (DSF de 21/10/2020, p. 141)
39. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
40. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 67/2020-GLPSD). (DSF de 11/11/2020, p. 7)
41. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR) (DSF de 05/02/2021, p. 244)
42. Em 02.02.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLPSD). (DSF de 05/02/2021, p. 263)
43. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP). (DSF de 11/02/2021, p. 261)
44. Em 11.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-GLPSD). (DSF de 12/02/2021, p. 87)
45. Em 12.02.2021, os Senadores Eduardo Girão e Flávio Arns foram designados membros titulares e o Senador Romário membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLPODEMOS). (DSF de 13/02/2021, p. 9)
46. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2021-GLPSDB). (DSF de 20/02/2021, p. 26)
47. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Paim e Humberto Costa foram designados membros titulares; e os Senadores Zenaide Maia e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-BLPRD). (DSF de 20/02/2021, p. 12)
48. Em 22.02.2021, os Senadores Rose de Freitas e Márcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Nilda Gondim e Jarbas Vasconcelos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 12/2021-GLMDB). (DSF de 23/02/2021, p. 10)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

49. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e o Senador Fabiano Contarato a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
50. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Leila Barros foram designados membros titulares; e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 15/2021-BLSENIND). (DSF de 24/02/2021, p. 366)
51. Em 23.02.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passa para a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 22/2021-BLSENIND). (DSF de 24/02/2021, p. 372)
52. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG). (DSF de 27/02/2021, p. 66)
53. Em 03.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021). (DSF de 04/03/2021, p. 331)
54. Em 04.03.2021, o Senador Styvenson Valetim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2021). (DSF de 05/03/2021, p. 123)
55. Em 10.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 36/2021-BLSENIND). (DSF de 11/03/2021, p. 207)
56. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG). (DSF de 17/04/2021, p. 6)
57. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
58. Em 04.08.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 34/2021-BLVANG). (DSF de 05/08/2021, p. 740)
59. Em 11.08.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 64/2021-GLPSD). (DSF de 12/08/2021, p. 112)
60. Em 11.11.2021, o Senador Randolfe Rodriques foi designado membro titular, pela REDE Sustentabilidade, para compor a comissão (Of. nº 262/2021-GSRROD). (DSF de 12/11/2021, p. 14)
61. Em 07.12.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 84/2021-GLMDB). (DSF de 08/12/2021, p. 10)
62. Em 02.02.2022, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 6/2022-GLPSD).
63. Em 04.02.2022, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 1/2022-GLMDB).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Reuniões: Segundas-Feiras 14:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: cdh@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

(Requerimento 7, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) (3)

Instalação: 06/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (1)	1.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (1)	2.
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (1)	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (2)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (1)	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)

Notas:
1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).
3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Reuniões: Segundas-Feiras 14:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: cdh@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Finalidade: Subcomissão Temporária criada pelo REQ nº 48/2019-CDH, para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, debater questões relacionadas ao sistema penitenciário brasileiro.

(Requerimento 48, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Prazo final: 03/02/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (1)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (1)	2.
VAGO (1,2)	3.
Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) (1)	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (1)	5.

Notas:
1. Em 14.05.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Paim, membro suplente, para compor o Colegiado (Ofício. 47/2019-CDH)
2. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Reuniões: Segundas-Feiras 14:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: cdh@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (PP-TO) (1,47)

VICE-PRESIDENTE: VAGO (1,22)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9,49,52)	1. Senador Dário Berger (PSB-SC) (9,49,51,52)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9,49,52)	2. Senador Carlos Viana (PL-MG) (9,49,52,65)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (9,49,52)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8,49,52)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) (11,49,50,52)	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (4,21,33,34,37,39,49,50,52,54)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5,17,21,41)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (10,41)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO)	6. Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (59,60)
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (7,29,30,44)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (7,25,27,32,44)
Senador Roberto Rocha (PTB-MA) (7,44)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (13,44,61,66,67)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (12,38,53)	3. Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) (14,38,53)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (19,24,43,62,63)	4. Senador Giordano (MDB-SP) (19,24,26,35,43,55,57)
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (2,42,64,68)	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (2,31,42)
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2,28,42)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2,28,42)
(46)	3. (69)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL)	
Senador Chico Rodrigues (UNIÃO-RR) (3,36)	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) (3)
Senador Zequinha Marinho (PL-PA) (3)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (PP-SE) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6,16,20,45)	1. Senador Fernando Collor (PTB-AL) (6,45)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (6,45)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (6,15,45)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) (58)	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (48)	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (48,56)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (23,48)	2. Senador Weverton (PDT-MA) (48)

Notas:

*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE). (DSF de 14/02/2019, p. 165)

11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). (DSF de 14/02/2019, p. 170)

10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). (DSF de 14/02/2019, p. 166)

9. Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB). (DSF de 14/02/2019, p. 125)

8. Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB). (DSF de 14/02/2019, p. 124)

7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB). (DSF de 14/02/2019, p. 148)

6. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD). (DSF de 14/02/2019, p. 14)

5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). (DSF de 14/02/2019, p. 167)

4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). (DSF de 14/02/2019, p. 168)

3. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). (DSF de 14/02/2019, p. 138)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD). (DSF de 14/02/2019, p. 87)
12. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). (DSF de 15/02/2019, p. 72)
13. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL). (DSF de 15/02/2019, p. 74)
14. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO). (DSF de 19/02/2019, p. 116)
15. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD). (DSF de 14/03/2019, p. 103)
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). (DSF de 10/04/2019, p. 118)
17. Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (OF s/n de 02.07.2019.)
19. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
20. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD). (DSF de 07/08/2019, p. 105)
21. Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP). (DSF de 08/08/2019, p. 142)
22. Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
23. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI). (DSF de 21/08/2019, p. 33)
24. Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS(Of. nº 91/2019-GLPODE). (DSF de 22/08/2019, p. 107)
25. Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB). (DSF de 23/11/2019, p. 96)
26. Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE). (DSF de 29/11/2019, p. 78)
27. Em 05.02.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Izalci Lucas (Of. nº 1/2020-GLPSDB). (DSF de 06/02/2020, p. 113)
28. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 23/2020-GLPSD). (DSF de 21/02/2020, p. 53)
29. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
30. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente(Of. nº 22/2020-GLPSDB). (DSF de 05/03/2020, p. 81)
31. Em 14.09.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD (Of. nº 62/2020-GLPSD). (DSF de 15/09/2020, p. 6)
32. Em 17.09.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão(Of. nº 35/2020-GLPSDB). (DSF de 18/09/2020, p. 172)
33. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
34. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). (DSF de 29/09/2020, p. 6)
35. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). (DSF de 01/10/2020, p. 7)
36. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
37. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
38. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). (DSF de 06/02/2021, p. 34)
39. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP). (DSF de 11/02/2021, p. 261)
40. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL(OF. 2/2021-GLPODEMOS). (DSF de 11/02/2021, p. 269)
41. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLDPP). (DSF de 11/02/2021, p. 263)
42. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 23/2021-GLPSD). (DSF de 12/02/2021, p. 84)
43. Em 12.02.2021, os Senadores Marcos do Val e Romário foram indicados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLPODEMOS).
44. Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSDB). (DSF de 20/02/2021, p. 32)
45. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Collor e Telmário Motta membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 16/2021-BLPRD).
46. Em 22.02.2021, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Ofício nº 33/2021-GLPSD). (DSF de 23/02/2021, p. 22)
47. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu a Senadora Kátia Abreu a Presidente deste colegiado.
48. Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 13/2021-BLSENIND). (DSF de 24/02/2021, p. 364)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

49. Em 23.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Nilda Gondim e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2021-GLMDB). (DSF de 24/02/2021, p. 396)
50. Em 23.02.2021, o MDB cede a vaga ao Republicanos.
51. Em 25.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLMDB). (DSF de 26/02/2021, p. 96)
52. Em 26.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos e Nilda Gondim foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 45/2021-GLMDB). (DSF de 27/02/2021, p. 72)
53. Em 26.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que passa para a vaga de suplente, em substituição ao Senador Major Olimpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLPODEMOS). (DSF de 26/02/2021, p. 69)
54. Em 02.03.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 48/2021-GLMDB). (DSF de 03/03/2021, p. 512)
55. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS). (DSF de 06/03/2021, p. 7)
56. Em 30.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, para compor a comissão (Memo 40/2021-BLSENIND). (DSF de 31/03/2021, p. 303)
57. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP). (DSF de 14/04/2021, p. 211)
58. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
59. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
60. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP) (DSF de 10/08/2021, p. 57)
61. Em 08.11.2021, o Senador Chiquinho Feitosa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão em vaga cedida ao DEM pelo PSDB (Of. nº 73/2021-GLPSDB e Of. nº 31/2021-GLDEM). (DSF de 09/11/2021, p. 49)
62. Em 30.11.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 61/2021-GLPODEMOS). (DSF de 01/12/2021, p. 128)
63. Em 30.11.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 62/2021-GLPODEMOS). (DSF de 01/12/2021, p. 128)
64. Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.
65. Em 10.02.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Márcio Bittar para compor a comissão (Of. 8/2022-GLMDB)
66. Vago em 27.02.2022, em razão do retorno do titular (Of. nº 1/2022-GSTJER).
67. Em 03.03.2022, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2022-GLPSDB).
68. Em 29.03.2022, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, parar compor a Comissão (Ofício nº 1/2022-BLPSDREP).
69. Em 25.04.2022, o Senador Nelsinho Trad, Líder do Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, cedeu 1 vaga de suplente ao Partido Liberal (Of. nº 9/2022-BLPSDREP).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira
Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7
Telefone(s): 3303-5919
E-mail: cre@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

(Requerimento 8, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (2)	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (2)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (2)	2. Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) (2)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (2)	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (2)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (2)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senador Carlos Viana (PL-MG) (2)	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Senador Chico Rodrigues (UNIÃO-RR) (2,3)	6. Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)

Notas:
1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).
3. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira
Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7
Telefone(s): 3303-5919
E-mail: cre@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

7.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O FAVORECIMENTO À LEROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 52/2019-CRE, do Senador Jaques Wagner, para se informar sobre a tentativa de favorecimento ilegal à empresa de energia Leros.

(Requerimento 52, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
RELATOR: Senador Jaques Wagner (PT-BA) (2)

Instalação: 10/09/2019

Prazo prorrogado: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (1)	1. VAGO (1,4)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (1)	2. Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) (1)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (1)	3. Senador Chico Rodrigues (UNIÃO-RR) (1,3)

Notas:
1. Em 30.08.2019, os Senadores Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Antonio Anastasia, Soraya Thronicke e Chico Rodrigues, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 138/2019-CRE)
2. Em 10.09.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad a Presidente, e designou o Senador Jaques Wagner como relator deste Colegiado (Of. 148/2019-CRE).
3. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
4. Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.
*. Em 31.10.2019, foi prorrogado o prazo da Subcomissão para 60 (sessenta) dias (Of. 182/2019-CRE).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira
Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7
Telefone(s): 3303-5919
E-mail: cre@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dário Berger (PSB-SC) (1,42)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (1,42)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (7,39)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (7,39)
Senador Dário Berger (PSB-SC) (7,39)	2. Senador Carlos Viana (PL-MG) (7,39,54)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (7,39)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (7,39)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (7,39)	4. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) (6,12,13,30,33)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (8)	5. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (14,39)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (11,47,52,56)	6. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (16)
VAGO (46)	7. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (46)
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Senador Giordano (MDB-SP) (5,36,49)	1. Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) (5,36)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (9,19,23,29,36)	2. Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) (5,31)
Senador Roberto Rocha (PTB-MA) (15,36)	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (10,24,36,45)
(18,20)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (35)
VAGO (18,28,38)	5. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (18,35)
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (2,21,25,34)	1. Senador Carlos Fávaro (PSD-MT) (2,34,44,48)
Senador Alexandre Silveira (PSD-MG) (2,34,53)	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2,34)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (2,34,55)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2,34)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL)	
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (3)	1. Senador Fabio Garcia (UNIÃO-MT) (3,40,43,57)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3)	2. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) (3)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (40)	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (51)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (4,37)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4,37)
Senador Fernando Collor (PTB-AL) (4,37)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (4,37)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) (50)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (22,26,27,41)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (41)
Senador Weverton (PDT-MA) (41)	2. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) (26,41)

Notas:

3. Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). (DSF de 14/02/2019, p. 138)

2. Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD). (DSF de 14/02/2019, p. 88)

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI). (DSF de 14/02/2019, p. 189)

4. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD). (DSF de 14/02/2019, p. 100)

5. Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB). (DSF de 14/02/2019, p. 145)

6. Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB). (DSF de 14/02/2019, p. 121)

7. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB). (DSF de 14/02/2019, p. 120)

8. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). (DSF de 14/02/2019, p. 170)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

9. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL). (DSF de 15/02/2019, p. 74)
10. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). (DSF de 15/02/2019, p. 73)
11. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP). (DSF de 20/02/2019, p. 95)
12. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB). (DSF de 25/04/2019, p. 131)
13. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMDB). (DSF de 16/05/2019, p. 116)
14. Em 23.05.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 158/2019-GLMDB). (DSF de 24/05/2019, p. 97)
15. Em 03.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 80/2019-GLPSDB). (DSF de 04/06/2019, p. 140)
16. Em 04.07.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-GLDPP). (DSF de 05/07/2019, p. 58)
17. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (OF s/n de 02.07.2019.)
18. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLID). (DSF de 14/02/2019, p. 178)
19. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL(Of. nº 111/2019-GLIDPSL). (DSF de 05/12/2019, p. 99)
20. Em 05.02.2020, o Senador Styvenson Valentim, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 004/2020-GLPODE). (DSF de 06/02/2020, p. 106)
21. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). (DSF de 06/02/2020, p. 108)
22. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND). (DSF de 06/02/2020, p. 111)
23. Em 05.02.2020, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-GLPSDB). (DSF de 06/02/2020, p. 115)
24. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
25. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 048/2020-GLPSD). (DSF de 23/04/2020, p. 123)
26. Em 28.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 028/2020-BLSENIND). (DSF de 04/08/2020, p. 6)
27. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). (DSF de 01/10/2020, p. 7)
29. Em 19.10.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. nº 40/2020-GLPSDB). (DSF de 20/10/2020, p. 11)
30. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
31. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). (DSF de 06/02/2021, p. 34)
32. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL(OF. 2/2021-GLPODEMOS). (DSF de 11/02/2021, p. 269)
33. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP). (DSF de 11/02/2021, p. 265)
34. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel, Carlos Viana e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Fávaro, Otto Alencar e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLPSD). (DSF de 12/02/2021, p. 82)
35. Em 12.02.2021, os Senadores Lasier Martins e Oriovisto Guimarães permutaram suas vagas de suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PLS, na Comissão (Of. 9/2021-GLPODEMOS). (DSF de 13/02/2021, p. 8)
36. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPSDB). (DSF de 20/02/2021, p. 29)
37. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Fernando Collor foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPRD). (DSF de 20/02/2021, p. 20)
38. Em 22.02.2021, o Senador Alvaro Dias deixa de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 19/2021-GLPODEMOS) (DSF de 23/02/2021, p. 18)
39. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Jarbas Vasconcelos, Marcelo Castro e Jader Barbalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 17/2021-GLMDB). (DSF de 23/02/2021, p. 16)
40. Em 23.02.2021, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 9/2021-BLVANG). (DSF de 24/02/2021, p. 381)
41. Em 23.02.2021, os Senadores Acir Gurgacz e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 17/2021-BLSENIND). (DSF de 24/02/2021, p. 368)
42. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Dário Berger e o Senador Jayme Campos a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
43. Em 24.02.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 18/2021-BLVANG). (DSF de 25/02/2021, p. 339)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

44. Em 24.02.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 35/2021-GLPSD). (DSF de 25/02/2021, p. 354)
45. Em 24.02.2021, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 25/2021-GLPSDB). (DSF de 25/02/2021, p. 358)
46. Em 02.03.2021, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular e o Senador Flávio Bolsonaro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 02/2021-GLREP). (DSF de 03/03/2021, p. 509)
47. Em 04.03.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em vaga cedida pelo PP, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 17/2021-GLDPP). (DSF de 05/03/2021, p. 120)
48. Em 08.04.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 47/2021-GLPSD). (DSF de 09/04/2021, p. 111)
49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP). (DSF de 14/04/2021, p. 211)
50. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
51. Em 10.08.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 36/2021-BLVANG). (DSF de 11/08/2021, p. 102)
52. Em 02.12.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 47/2021-GLDPP). (DSF de 03/12/2021, p. 309)
53. Em 09.02.2022, o Senador Alexandre Silveira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 8/2022-GLPSD).
54. Em 10.02.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos para compor a comissão (Of. 9/2022-GLMDB).
55. Em 29.03.2022, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 7/2022-BLPSDREP).
56. Em 05.04.2022, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 5/2022-GLDPP).
57. Em 20.04.2022, o Senador Fábio Garcia foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, pelo Partido União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2022-GLUNIAO).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) (1,40)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (12,40)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (10,36,41)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (10,36,41)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) (10,36,41)	2. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (9,11,41)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (5,13,23,41)	3. VAGO (14,27,28,30)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (43,44)	4. VAGO (19)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (39)	5.
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (7,35)	1. Senador Roberto Rocha (PTB-MA) (7,35)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (7,35)	2. Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) (7,35)
Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) (7,8)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (18,24,33)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (17,22,33)	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (17,33)
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (2,21,25,32)	1. Senador Irajá (PSD-TO) (2,32)
Senador Carlos Fávaro (PSD-MT) (2,32)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (2,32,46)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL)	
Senador Chico Rodrigues (UNIÃO-RR) (4,29)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)
Senador Zequinha Marinho (PL-PA) (4)	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6,34)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (6,34)
Senador Fernando Collor (PTB-AL) (6,34)	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (6,34)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) (42)	
Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) (3,26,37)	1. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3,15,20,37)
VAGO (3,37,45)	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3,38)

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR). (DSF de 14/02/2019, p. 187)
2. Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº8/2019-GLPSD). (DSF de 14/02/2019, p. 83)
3. Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI). (DSF de 14/02/2019, p. 161)
4. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). (DSF de 14/02/2019, p. 138)
5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). (DSF de 14/02/2019, p. 167)
6. Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD). (DSF de 14/02/2019, p. 104)
7. Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB). (DSF de 14/02/2019, p. 151)
8. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). (DSF de 14/02/2019, p. 114)
9. Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB). (DSF de 14/02/2019, p. 128)
10. Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB). (DSF de 14/02/2019, p. 127)
11. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB). (DSF de 20/02/2019, p. 98)
12. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR). (DSF de 21/02/2019, p. 100)

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

13. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão(Of. nº 06/2019-BPUB). (DSF de 22/02/2019, p. 52)
14. Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB). (DSF de 03/04/2019, p. 135)
15. Em 12.06.2019, a Senadora Leila Barros, designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão(Memo. nº 95/2019-GLBSI). (DSF de 13/06/2019, p. 103)
16. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
17. Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
18. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
19. Em 18.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 221/2019-GLMDB). (DSF de 19/10/2019, p. 45)
20. Em 22.10.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão(Memo. nº 131/2019-GLBSI). (DSF de 23/10/2019, p. 131)
21. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). (DSF de 06/02/2020, p. 108)
22. Em 05.02.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 011/2020-GLPODEMOS). (DSF de 06/02/2020, p. 107)
23. Em 03.03.2020, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 02/2020-BLUNIDB). (DSF de 05/03/2020, p. 86)
24. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
25. Em 24.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 047/2020-GLPSD). (DSF de 30/04/2020, p. 109)
26. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021. (DSF de 24/09/2020, p. 94)
27. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021. (DSF de 24/09/2020, p. 96)
28. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). (DSF de 29/09/2020, p. 6)
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021. (DSF de 21/10/2020, p. 141)
30. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR) (DSF de 05/02/2021, p. 244)
31. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL(OF. 2/2021-GLPODEMOS). (DSF de 11/02/2021, p. 269)
32. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel e Carlos Fávaro foram designados membros titulares; e os Senadores Irajá e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSD). (DSF de 12/02/2021, p. 80)
33. Em 12.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular, e os Senadores Eduardo Girão e Flávio Arns membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPODEMOS). (DSF de 13/02/2021, p. 11)
34. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Fernando Collor foram designados membros titulares; e os Senadores Zenaide Maia e Jean Paul Prates, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-BLPRD). (DSF de 20/02/2021, p. 13)
35. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPSDB). (DSF de 20/02/2021, p. 27)
36. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Marcelo Castro e Nilda Gondim foram designados membros titulares, e o Senador Eduardo Gomes membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 11/2021-GLMDB). (DSF de 23/02/2021, p. 8)
37. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Cid Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 16/2021-BLSENIND). (DSF de 24/02/2021, p. 367)
38. Em 23.02.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 24/2021-BLSENIND). (DSF de 24/02/2021, p. 375)
39. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 13/2021-GLDPP). (DSF de 24/02/2021, p. 383)
40. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Flávio Bolsonaro a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 1/2021-CDR). (DSF de 25/02/2021, p. 361)
41. Em 04.03.2021, os Senadores Marcelo Castro, Nilda Gondim e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 50/2021-GLMDB). (DSF de 05/03/2021, p. 124)
42. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
43. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
44. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP) (DSF de 10/08/2021, p. 57)
45. Em 24.03.2022, a Senadora Eliziane Gama deixou de compor a comissão pelo CIDADANIA (Of. nº 06/2022-GSEGAMA)
46. Em 29.03.2022, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 6/2022-BLPSDREP).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: cdr@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (12,40)

VICE-PRESIDENTE: VAGO (12)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9,37,38,44,46)	1. VAGO (9,19,37,38,44,46)
Senador Luiz Carlos do Carmo (PSC-GO) (8,37,38,44,46)	2. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (11,44,46)
Senador Dário Berger (PSB-SC) (8,32,44,48,50)	3. VAGO (13,44)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (10)	4. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (17,37,38,44)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) (45)	5. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (44)
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) (6)	1. VAGO (5,35,41,49,51)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7,34)	2. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (7,30)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (14,25,35)	3. Senador Elmano Férrer (PP-PI) (16,22,24)
Senador Roberto Rocha (PTB-MA) (15,35)	4. Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) (35)
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
Senador Carlos Fávaro (PSD-MT) (1,23,26,33)	1. Senador Irajá (PSD-TO) (1,20,21,28,33)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (1,27,33)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (1,18,33)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3,31,42)	1. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) (3)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3)	2. Senador Chico Rodrigues (UNIÃO-RR) (3,43)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (4,36)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (4,36)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4,36)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (4,36)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) (47)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (2,39)	1. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2,29,39)
VAGO (2)	2. Senador Weverton (PDT-MA) (39)

Notas:

1. Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD). (DSF de 14/02/2019, p. 86)
2. Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI). (DSF de 14/02/2019, p. 162)
3. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). (DSF de 14/02/2019, p. 138)
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD). (DSF de 14/02/2019, p. 108)
5. Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB). (DSF de 14/02/2019, p. 149)
6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). (DSF de 14/02/2019, p. 77)
7. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID). (DSF de 14/02/2019, p. 180)
8. Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB). (DSF de 14/02/2019, p. 131)
9. Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP). (DSF de 14/02/2019, p. 130)
10. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). (DSF de 14/02/2019, p. 169)
11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). (DSF de 14/02/2019, p. 170)
12. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA). (DSF de 15/02/2019, p. 78)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

13. Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP). (DSF de 16/02/2019, p. 61)
14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO). (DSF de 19/02/2019, p. 117)
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB). (DSF de 20/02/2019, p. 99)
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA). (DSF de 21/02/2019, p. 97)
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB). (DSF de 13/03/2019, p. 106)
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão(Of. nº 106/2019-GLPSD). (DSF de 22/05/2019, p. 109)
19. Em 23.05.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, para compor a comissão (Of. nº 159/2019-GLMDB). (DSF de 24/05/2019, p. 98)
20. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixou de compor a comissão, pelo PSD, cedendo a vaga de suplente ao Partido Democratas - DEM. (Of. nº 109/2019-GLPSD). (DSF de 29/05/2019, p. 119)
21. Em 29.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo PSD, em vaga cedida ao Partido Democratas - DEM, para compor a comissão. (Of. nº 40/2019-BLVANG). (DSF de 30/05/2019, p. 110)
22. Em 04.02.2020, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS(Of. nº 002/2020-GLPODE). (DSF de 05/02/2020, p. 91)
23. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). (DSF de 06/02/2020, p. 108)
24. Em 11.02.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, para compor a comissão (Of. nº 20/2020-GLPODEMOS). (DSF de 12/02/2020, p. 93)
25. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
26. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 050/2020-GLPSD). (DSF de 23/04/2020, p. 125)
27. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD). (DSF de 30/04/2020, p. 111)
28. Em 23.04.2020, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD). (DSF de 30/04/2020, p. 111)
29. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
30. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). (DSF de 01/10/2020, p. 7)
31. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
32. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
33. Em 11.02.2021, os Senadores Carlos Fávaro e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Irajá e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 22/2021-GLPSD). (DSF de 12/02/2021, p. 83)
34. Em 12.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado, novamente, membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 15/2021-GLPODEMOS). (DSF de 13/02/2021, p. 10)
35. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2021-GLPSDB). (DSF de 20/02/2021, p. 31)
36. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia e Telmário Mota membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 11/2021-BLPRD). (DSF de 20/02/2021, p. 16)
37. Em 22.02.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLMDB). (DSF de 23/02/2021, p. 12)
38. Em 23.02.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLMDB). (DSF de 24/02/2021, p. 389)
39. Em 23.02.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular; e os Senadores Cid Gomes e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 19/2021-BLSENIND). (DSF de 24/02/2021, p. 370)
40. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz a Presidente deste colegiado.
41. Em 24.02.2021, o Senador Plínio Valério deixou o cargo de suplente na comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 24/2021-GLPSDB). (DSF de 25/02/2021, p. 357)
42. Em 24.02.2021, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-BLVANG). (DSF de 25/02/2021, p. 338)
43. Em 24.02.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 19/2020-BLVANG). (DSF de 25/02/2021, p. 340)
44. Em 24.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLMDB). (DSF de 25/02/2021, p. 345)
45. Em 26.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-GLDPP). (DSF de 25/03/2021, p. 76)
46. Em 24.03.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2021-GLMDB). (DSF de 25/03/2021, p. 76)
47. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
48. Em 26.10.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 81/2021-GLMDB). (DSF de 27/10/2021, p. 135)
49. Em 07.12.2021, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 75/2021-GLPSDB). (DSF de 08/12/2021, p. 9)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.052721/2022-91

50. Em 15.12.2021, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 85/2021-GLMDB). (DSF de 06/02/2021, p. 33)
51. Vago em 01.02.2022, em razão do retorno do titular.

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
E-mail: cra@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) (1,24,28,44)

VICE-PRESIDENTE: VAGO (13)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (9,40,42)	1. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (9,40,42)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (9,40,42,49,51,52)	2. Senador Carlos Viana (PL-MG) (9,43,52)
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (6,27)	3. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (9,52)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (10,23)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (5,15)
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (42)	5.
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (8,38)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8,38)
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) (8,38)	2. Senador Roberto Rocha (PTB-MA) (8,38)
(18,26)	3. VAGO (19,33,38)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (17,37)	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (17,37)
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (2,30,31,32,36)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2,3,36,50)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2,3,36)	2. (2,25,32,36,52)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL)	
Senador Chico Rodrigues (UNIÃO-RR) (4,29)	1. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) (22)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (35)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7,39)	1. Senador Fernando Collor (PTB-AL) (7,14,20,39)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (7,39)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (7,39)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) (47)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (11,41,46,48)	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (12,37,41)
VAGO (21,41,53)	2. VAGO (41,45)

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT). (DSF de 14/02/2019, p. 188)
2. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº6/2019-GLPSD). (DSF de 14/02/2019, p. 81)
3. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD). (DSF de 14/02/2019, p. 92)
4. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). (DSF de 14/02/2019, p. 138)
5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). (DSF de 14/02/2019, p. 168)
6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). (DSF de 14/02/2019, p. 167)
7. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD). (DSF de 14/02/2019, p. 102)
8. Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB). (DSF de 14/02/2019, p. 150)
9. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB). (DSF de 14/02/2019, p. 126)
10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). (DSF de 14/02/2019, p. 138)
11. Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT(Memo. nº 17/2019-GLBSI). (DSF de 20/02/2019, p. 103)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

12. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI). (DSF de 21/02/2019, p. 99)
13. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT). (DSF de 27/02/2019, p. 63)
14. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). (DSF de 10/04/2019, p. 118)
15. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB). (DSF de 10/04/2019, p. 120)
16. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019) (DSF de 03/07/2019, p. 33)
17. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLID). (DSF de 14/02/2019, p. 183)
18. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). (DSF de 15/02/2019, p. 73)
19. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). (DSF de 15/02/2019, p. 72)
20. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 70/2019-BLPRD). (DSF de 07/08/2019, p. 104)
21. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição ao Senador Marcos do Val (Memo. nº 115/2019-GLBSI). (DSF de 28/08/2019, p. 114)
22. Em 23.09.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2019-BLVANG). (DSF de 24/09/2019, p. 60)
23. Em 03.03.2020, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso(Of. nº 15/2020-GLDPP). (DSF de 05/03/2020, p. 88)
24. Em 04.03.2020, a Comissão reunida elegeu a Senadora Daniella Ribeiro para Presidente deste colegiado (Of. 2/2020-CCT). (DSF de 05/03/2020, p. 84)
25. Em 12.03.2020, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 36/2020-GLPSD). (DSF de 13/03/2020, p. 67)
26. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020. (DSF de 16/04/2020, p. 546)
27. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno.
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
31. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 66/2020-GLPSD). (DSF de 11/11/2020, p. 6)
32. Em 02.02.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Sérgio Petecão passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLPSD). (DSF de 05/02/2021, p. 262)
33. Em 05.02.2021, o Senador Major Olimpio deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). (DSF de 06/02/2021, p. 34)
34. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL(OF. 2/2021-GLPODEMOS). (DSF de 11/02/2021, p. 269)
35. Em 10.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-BLVANG). (DSF de 11/02/2021, p. 259)
36. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPSD). (DSF de 12/02/2021, p. 79)
37. Em 18.02.2021, o Senador Styvenson Valentim deixa de atuar como suplente, sendo designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães; e o Senador Flávio Arns passa a atuar como suplente, pelo Podemos (Of. nº 12/2021-GLPODEMOS). (DSF de 19/02/2021, p. 12)
38. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2021-GLPSDB). (DSF de 20/02/2021, p. 25)
39. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram reconduzidos como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-BLPRD). (DSF de 20/02/2021, p. 9)
40. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Gomes e Confúcio Moura foram designados membros titulares, e a Senadora Simone Tebet membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 10/2021-GLMDB). (DSF de 23/02/2021, p. 7)
41. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 14/2021-BLSENIND). (DSF de 24/02/2021, p. 365)
42. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Gomes, Confúcio Moura e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e a Senadora Simone Tebet membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 23/2021-GLMDB). (DSF de 24/02/2021, p. 388)
43. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 14/2021-GLDPP). (DSF de 24/02/2021, p. 384)
44. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Cunha para Presidente deste colegiado.
45. Em 05.03.2021, a Senadora Leila Barros deixa de compor, como membro suplente, a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Memo. 34/2021-BLSENIND). (DSF de 06/03/2021, p. 8)
46. Em 10.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 35/2021-BLSENIND). (DSF de 11/03/2021, p. 206)
47. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
48. Em 19.08.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular, pelo PDT, para compor a comissão (Of. nº 48/2021-GLPDT). (DSF de 20/08/2021, p. 120)
49. Em 06.10.2021, a Senadora Maria Eliza foi designada membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2021-GLMDB). (DSF de 07/10/2021, p. 108)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.052721/2022-91

50. Em 21.10.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 89/2021-GLPSD). (DSF de 22/10/2021, p. 91)
51. Em 28.01.2022, vago, em função do retorno do titular.
52. Em 10.02.2022, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular; e o Senador Carlos Viana, membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro, que passa a ocupar a terceira suplência, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 4/2022-GLMDB).
53. Em 24.03.2022, a Senadora Eliziane Gama deixou de compor a comissão pelo CIDADANIA (Of. nº 06/2022-GSEGAMA)

Secretário(a): Itamar Da Silva Melchior Júnior
Reuniões: Quintas-feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 33031120
E-mail: cct@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (6,20)

VICE-PRESIDENTE: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (6,20)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
VAGO (4)	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (7)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (7,8,9)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (18)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (18)
VAGO (11,12,19)	2. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (11)
	3.
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (1,16)	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (1,13,14,16)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (24)	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL)	
Senador Zequinha Marinho (PL-PA) (2,5)	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (5)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (3,17)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (3,17)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) (22)	
VAGO (21,23)	1.

Notas:

*. A 11ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD). (DSF de 14/02/2019, p. 93)

2. Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). (DSF de 14/02/2019, p. 138)

3. Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD). (DSF de 14/02/2019, p. 101)

4. Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB). (DSF de 14/02/2019, p. 136)

5. Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019). (DSF de 20/02/2019, p. 105)

6. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF). (DSF de 27/02/2019, p. 60)

7. Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB). (DSF de 27/02/2019, p. 59)

8. Em 06.06.2019, o Senador Marcio Bittar, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 163/2019-GLMDB). (DSF de 07/06/2019, p. 119)

9. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 181/2019-GLMDB). (DSF de 22/06/2019, p. 28)

10. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019) (DSF de 03/07/2019, p. 33)

11. Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019). (DSF de 15/02/2019, p. 83)

12. Em 10.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 100/2019-GLPODEMOS). (DSF de 12/09/2019, p. 168)

13. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.

14. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 69/2019-GLPSD). (DSF de 11/11/2020, p. 8)

15. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL(OF. 2/2021-GLPODEMOS). (DSF de 11/02/2021, p. 269)

16. Em 11.02.2021, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLPSD). (DSF de 12/02/2021, p. 85)

17. Em 19.02.2021, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, e a Senadora Zenaide Maia membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 12/2021-BLPRD). (DSF de 20/02/2021, p. 17)

18. Em 19.02.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPSDB). (DSF de 20/02/2021, p. 33)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

19. Em 22.02.2021, o Senador Alvaro Dias deixa de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 19/2021-GLPODEMOS) (DSF de 23/02/2021, p. 18)
20. Em 24.03.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Izalci Lucas e Mecias de Jesus o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2021-CSF). (DSF de 25/03/2021, p. 74)
21. Em 31.05.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão, pelo Bloco Senado Independente (Of. 28/2021-GSEGAMA). (DSF de 01/06/2021, p. 6)
22. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
23. Em 24.03.2022, a Senadora Eliziane Gama deixou de compor a comissão pelo CIDADANIA (Of. nº 06/2022-GSEGAMA)
24. Em 29.03.2022, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, parar compor a Comissão (Ofício nº 2/2022-BLPSDREP).

Secretário(a): Andréia Mano
Telefone(s): 61 3303-4488
E-mail: csf@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Reguffe (UNIÃO-DF) (39)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (9,39)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (5,38)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (6,38)
Senador Dário Berger (PSB-SC) (5,12,38)	2. VAGO (5,38)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (5,38)	3. VAGO (5,11,25,29)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (8,42,43)	4.
	5.
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (4,35)	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (4,35)
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) (4,13,35)	2. Senador Roberto Rocha (PTB-MA) (4,13,35)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (20,28,31,37)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (21,37)
Senador Reguffe (UNIÃO-DF) (18,23,34)	4. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (18,19,24,34)
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
Senador Irajá (PSD-TO) (1,33)	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (1,22,27,33)
(1)	2. (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL)	
VAGO (2,30)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (7)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2,7)	2. VAGO (14,15,16,44,45)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3,36)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3,36)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (3,36)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (3,36)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) (41)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (26,40)	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (10,40)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (40)	2. VAGO

Notas:

1. Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD). (DSF de 14/02/2019, p. 89)
2. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). (DSF de 14/02/2019, p. 138)
3. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD). (DSF de 14/02/2019, p. 99)
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB). (DSF de 14/02/2019, p. 152)
5. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB). (DSF de 14/02/2019, p. 133)
6. Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP). (DSF de 14/02/2019, p. 132)
7. Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019). (DSF de 15/02/2019, p. 80)
8. Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP). (DSF de 21/02/2019, p. 94)
9. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC). (DSF de 28/02/2019, p. 111)
10. Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI). (DSF de 13/03/2019, p. 102)
11. Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB). (DSF de 21/03/2019, p. 96)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

12. Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB). (DSF de 03/04/2019, p. 120)
13. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB). (DSF de 21/05/2019, p. 81)
14. Em 04.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2019-BLVANG). (DSF de 05/07/2019, p. 56)
15. Em 09.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL, ficando seu efeito a cessão do Of. nº 46/2019-BLVANG (Of. nº 48/2019-BLVANG). (DSF de 10/07/2019, p. 131)
16. Em 10.07.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente para compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, que cedeu a vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 86/2019-GLPSDB). (DSF de 11/07/2019, p. 130)
17. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
18. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLID). (DSF de 14/02/2019, p. 184)
19. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLID). (DSF de 21/02/2019, p. 98)
20. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº08/2019-GLIDPSL). (DSF de 15/02/2019, p. 73)
21. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of.nº 07/2019-GLIDPSL). (DSF de 15/02/2019, p. 72)
22. Em 03.09.2019, o Senador Carlos Viana, membro suplente pelo PSD, deixou de compor a comissão(Of. nº 134/2019-GLPSD). (DSF de 04/09/2019, p. 118)
23. Em 24.09.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, pelo PODEMOS, em substituição ao Senador Eduardo Girão, para compor a comissão(Of. nº 108/2019-GLPODEMOS). (DSF de 25/09/2019, p. 28)
24. Em 29.10.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, em substituição à Senadora Rose de Freitas, para compor a comissão (Of. nº 115/2019-GLPODEMOS). (DSF de 30/10/2019, p. 112)
25. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 235/2019-GLMDB). (DSF de 28/11/2019, p. 70)
26. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND). (DSF de 06/02/2020, p. 111)
27. Em 03.03.2020, o Senador Irajá foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 26/2020-GLPSD). (DSF de 05/03/2020, p. 83)
28. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
29. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
30. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
31. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). (DSF de 06/02/2021, p. 33)
32. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL(OF. 2/2021-GLPODEMOS). (DSF de 11/02/2021, p. 269)
33. Em 11.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLPSD). (DSF de 12/02/2021, p. 88)
34. Em 18.02.2021, o Senador Reguffe foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPODEMOS). (DSF de 19/02/2021, p. 14)
35. Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLPSDB). (DSF de 20/02/2021, p. 34)
36. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD). (DSF de 20/02/2021, p. 18)
37. Em 22.02.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, em substituição do Senador Major Olimpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 17/2021-GLPODEMOS). (DSF de 23/02/2021, p. 15)
38. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Renan Calheiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLMDB). (DSF de 23/02/2021, p. 13)
39. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Reguffe a Presidente e o Senador Marcos do Val a Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2021-CTFC).
40. Em 23.02.2021, os Senadores Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 20/2021-BLSENIND). (DSF de 24/02/2021, p. 371)
41. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
42. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
43. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP) (DSF de 10/08/2021, p. 57)
44. Em 10.08.2021, o Senador José Serra licenciou-se, nos termos do artigo 43, I, do RISF, até 10.12.2021.
45. Em 15.02.2022, o Senador José Serra deixa de compor a comissão, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 4/2022-BLVANG)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.052721/2022-91

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior
Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 33033519
E-mail: ctfc@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

13.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ 04, de 2019-CTFC, com a finalidade de debater e avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção.

(Requerimento 4, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (2)

Instalação: 03/09/2019

Prazo final: 10/07/2020

TITULARES	SUPLENTES
VAGO (1,5)	1. Senador Reguffe (UNIÃO-DF) (1,3,4)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (1)	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (1)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (1)	3.

Notas:
1. Em 02.07.2019, as Senadoras Juíza Selma, Mara Gabrilli e Eliziane Gama foram designadas membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Izalci Lucas, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memorando nº 29/2019-CTFC)
2. Em 03.09.2019, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli presidente do colegiado (Of. 34/2019-CTFC)
3. Em 25.09.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor o Colegiado, pois não pertence mais ao quadro da CTFC (Memorando nº 05/2019-CTFCGPCC)
4. Em 12.02.2020, o senador Reguffe foi designado membro suplente na subcomissão (Of. nº 1/2020-CTFCGPCC).
5. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior
Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 33033519
E-mail: ctfc@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) (10)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (10)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (9)	2. Senador Carlos Viana (PL-MG) (17)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9)	3.
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (9)	4.
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (6)	5.
Senador Elmano Férrer (PP-PI) (6)	6.
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (1)	1. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (11)
Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) (8)	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (12)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (3)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (3)
Senador Roberto Rocha (PTB-MA) (3)	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (3)
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (2)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (13)
Senador Alexandre Silveira (PSD-MG) (2,16)	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	1.
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (4)	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (7)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (7)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) (15)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (5,14)	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (14)
Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) (5)	2.

Notas:

1. Em 16.03.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLPODEMOS). (DSF de 17/03/2021, p. 208)
2. Em 16.03.2021, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Carlos Viana foram designados membros titulares; e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLPSD). (DSF de 17/03/2021, p. 210)
3. Em 16.03.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Tasso Jereissati e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 42/2021-GLPSDB). (DSF de 17/03/2021, p. 211)
4. Em 17.03.2021, os Senadores Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-BLVANG). (DSF de 18/03/2021, p. 6)
5. Em 22.03.2021, os Senadores Eliziane Gama e Alessandro Vieira foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 38/2021-BLSENIND). (DSF de 23/03/2021, p. 6)
6. Em 22.03.2021, os Senadores Daniella Ribeiro e Elmano Férrer foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLDPP). (DSF de 23/03/2021, p. 7)
7. Em 23.03.2021, os Senadores Rogério Carvalho e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPRD). (DSF de 24/03/2021, p. 70)
8. Em 23.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-BLPPP). (DSF de 24/03/2021, p. 69)
9. Em 23.03.2021, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Renan Calheiros e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLMDB). (DSF de 24/03/2021, p. 71)
10. Em 24.03.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Omar Aziz e Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2021-CSP). (DSF de 25/03/2021, p. 74)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

11. Em 24.03.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 32/2021-GLPODEMOS). (DSF de 25/03/2021, p. 77)
12. Em 24.03.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 33/2021-GLPODEMOS). (DSF de 25/03/2021, p. 78)
13. Em 24.03.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLPSD). (DSF de 25/03/2021, p. 79)
14. Em 25.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Memo. nº 39/2021-BLSENIND). (DSF de 26/03/2021, p. 7)
15. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
16. Em 09.02.2022, o Senador Alexandre Silveira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 10/2022-GLPSD).
17. Em 10.02.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 7/2022-GLMDB)

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda
Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): (61) 3303-2315
E-mail: csp@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.052721/2022-91

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PTB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 27/06/2017

Notas:
1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 18 de setembro de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 3303-5258
E-mail: saop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995
2ª Eleição Geral: 30/06/1999
3ª Eleição Geral: 27/06/2001
4ª Eleição Geral: 13/03/2003
5ª Eleição Geral: 23/11/2005
6ª Eleição Geral: 06/03/2007
7ª Eleição Geral: 14/07/2009
8ª Eleição Geral: 26/04/2011
9ª Eleição Geral: 06/03/2013
10ª Eleição Geral: 02/06/2015
11ª Eleição Geral: 30/05/2017

TITULARES	SUPLENTES
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Roberto Rocha (PTB-MA)	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
VAGO	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO)	2.
Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	3.
VAGO (1)	4.
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (2)	1.
VAGO	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1.
VAGO (5)	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (3)
Senador Telmário Mota (PROS-RR)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (4)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Weverton (PDT-MA)	2. Senador Fabiano Contarato (PT-ES)
PODEMOS	
Senador Marcos do Val (ES)	1. Senador Eduardo Girão (CE)

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. Vago devido à renúncia do Senador Confúcio Moura, de acordo com o Memorando - MEMO nº048/2019 - GSMOURA, data: 25/09/2019.
2. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do PSDB, Roberto Rocha, por meio do Ofício nº 109/2019 - GLPSDB.
3. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
4. Senadora eleita na sessão do dia 25/09/2019, indicada pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
5. Vago devido ao pedido de desligamento imediato do Senador Chico Rodrigues, de acordo com o Ofício n°37/2020 - GSCRODRI, data: 19/10/2020.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio à Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

3) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)

PRESIDENTE:

MEMBROS
DEM
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
PSD
Senador Irajá (TO)
PSDB
VAGO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.052721/2022-91

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Leila Barros (PDT-DF)	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

Notas:

1. Ato do Presidente do Senado Federal, nº 11, de 2021, designa a Senadora LEILA BARROS, como Procuradora Especial da Mulher, para o período de 2021 a 2023.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (1)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/02/2019

Notas:
1. Designado por meio da Portaria do Presidente do Senado Federal nº1, de 2021.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
E-mail: saop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

6) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL

(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)

Número de membros: 1 titulares

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

MEMBROS
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.052721/2022-91

7) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA

(Resolução do Senado Federal n° 17, de 2021)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

8) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO

(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.052721/2022-91

9) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER

(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DA4C575C0044FE83.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.